

RODRIGO FONSECA CAIXETA

**CONCURSOS DE BELEZA E SOCIALIZAÇÃO FEMININA NOS “ANOS  
DOURADOS”**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C138c  
2015 Caixeta, Rodrigo Fonseca, 1979-  
Concursos de beleza e socialização feminina nos "anos  
dourados" / Rodrigo Fonseca Caixeta. – Viçosa, MG, 2015.  
viii, 136f. : il. ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Maria de Fátima Lopes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.125-131.

1. Mulheres - Conduta. 2. Feminilidade. 3. Beleza -  
Concursos . I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de  
Economia Doméstica. Programa de Pós-graduação em Economia  
Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 305.4

RODRIGO FONSECA CAIXETA

**CONCURSOS DE BELEZA E SOCIALIZAÇÃO FEMININA NOS “ANOS  
DOURADOS”**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 19 de outubro de 2015.




Daniela Leandro Rezende



Lilian Perdigão Caixêta Reis



Raquel dos Santos Sousa Lima



Maria de Fatima Lopes  
(Orientadora)

Dedico este trabalho à mulher que foi a inspiradora de meu interesse em moda e beleza, exemplo de generosidade e dedicação ao outro, minha amada avó Cecília.

*“O fato de uma mulher ser livre não implica que ela deva libertar-se também dos liames de moral e pudor, que são, afinal, embelezadores da mulher e, portanto, indispensáveis à sua *personalidade*”.*

(Clarice Lispector)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha coorientadora, Professora Alice Inês Silva, pela gentileza de ceder grande material para pesquisa e oferecer valiosos esclarecimentos sobre o tema.

Agradeço especialmente a minha orientadora, Professora Maria de Fatima Lopes, por respeitar o tempo que precisei interromper o trabalho e por sempre apontar os caminhos a serem seguidos de maneira clara e objetiva.

Aos meus colegas e amigos Cláudia Vale e Clécio Campos, além de minha prima Morgana Porto, por compartilharem seus conhecimentos e incentivarem a realização e conclusão deste estudo.

Faço sinceros agradecimentos aos meus pais e irmãos pela compreensão, apoio, paciência e por sempre acreditarem nos meus empreendimentos.

Não posso deixar de agradecer às colaboradoras da Casa de Cultura Memorial do Milho, Lilian Lopes e Marialda Coury, por toda a ajuda prestada na investigação de campo.

Por fim, agradeço profundamente as senhoras Cecília Fonseca, Maria Marta Borges, Maria da Glória Teixeira e Silésia Maia por tão gentilmente me receberem e dividirem suas memórias.

## SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS .....	vi
RESUMO .....	vii
ABSTRACT.....	viii
1 INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Tema e justificativa .....	1
1.2 Objetivos e procedimentos metodológicos.....	9
1.3 Identificação dos sujeitos da pesquisa.....	13
2 CAPÍTULO 1 - A MEMORÁVEL DÉCADA DE OURO .....	14
2.1 Desenvolvimento no Brasil dos Anos Dourados.....	16
2.2 Modernização da sociedade brasileira.....	22
2.3 A terra da Rainha do Milho - Patos de Minas ontem e hoje .....	29
3 CAPÍTULO 2 - SER MENINA-MOÇA NO PÓS-2ª GUERRA .....	40
3.1 Família como primeiro espaço de interação.....	42
3.2 Socialização na escola e educação moral .....	50
4 CAPÍTULO 3 - AS BELEZAS FÍSICA E MORAL DOS ANOS DOURADOS.....	59
4.1 Desejo e obrigação de cuidar da aparência .....	62
4.2 O belo comportamento em sociedade da moça dos anos 1950 .....	74
5 CAPÍTULO 4 – ESPOSA, MÃE E RAINHA .....	80
5.1 O casamento como um sonho a ser realizado.....	83
5.2 A Rainha do Milho e suas representações.....	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
REFERÊNCIAS .....	115
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista .....	122
APÊNDICE B - Narração de entrevista com a Sra. Maria Marta Caixeta Borges.....	124
APÊNDICE C - Narração de entrevista com a Sra. Maria da Glória Teixeira.....	125
APÊNDICE D - Narração de entrevista com a Sra. Silésia de Sousa Maia.....	128
APÊNDICE E – Narração de entrevista com a Sra. Cecília Maria da Silva Fonseca .....	132

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Cecília Maria Fonseca .....	13
Figura 2 - Maria Marta Borges.....	13
Figura 3 - Maria da Glória Teixeira .....	13
Figura 4 - Silésia Sousa Maia.....	13
Figura 5 - Tônia Carrero.....	26
Figura 6 - Cecília Fonseca.....	26
Figura 7 - Av. da Liberdade, "Champ´s Élisées" patense - anos 1930.....	37
Figura 8 - Av. Getúlio Vargas, antiga Av da Liberdade - anos 1950.....	38
Figura 9 - Silésia como Rainha entre as alunas do Colégio das Irmãs .....	56
Figura 10 - Moças no churrasco oferecido às participantes do concurso em 1964.....	71
Figura 11 - Cecília a passeio em 1954 .....	73
Figura 12 - Vai e Vem, anos 1950 .....	77
Figura 13 - Cecília com filho no colo .....	83
Figura 14 - Desfile de candidatas sobre carro, 1964 .....	92
Figura 15 - Convite para desfile Miss Elegante Bangu – 1964.....	94
Figura 16 - Carro alegórico de Maria Marta, 1959 .....	96
Figura 17 - Princesas e Rainha do Milho 1959 .....	97
Figura 18 - Carro alegórico de Maria da Glória – 1962.....	98
Figura 19 - Princesas e Rainha do Milho – 1962 .....	98
Figura 20 - Gogoia em traje de gala .....	98
Figura 21 - Carro alegórico de Silésia – 1964.....	100
Figura 22 - Silésia em traje típico (close).....	100
Figura 23 - Coroação da Rainha Nacional do Milho – 1964.....	101
Figura 24 - Silésia em traje de gala .....	101
Figura 25 - Rainha-Mirim e Rainha do Milho – 1964 .....	101

## RESUMO

CAIXETA, Rodrigo Fonseca, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2015. **Concursos de beleza e socialização feminina nos “anos dourados”**. Orientadora: Maria de Fatima Lopes.

A presente dissertação pretende descobrir de que maneira os concursos de beleza contribuíram para a promoção de um modelo ideal de comportamento e aparência para as mulheres do período do século XX chamado de “os anos dourados”. Para atingir esse objetivo, tem como objeto de pesquisa o concurso de “Rainha do Milho”, realizado na cidade de Patos de Minas - Minas Gerais. O texto apresenta narrativas de entrevista de quatro senhoras testemunhas contemporâneas dos fatos e pesquisa bibliográfica que os contextualiza no tempo e lugar, além de refletir sobre a influência da família e da escola na infância dos sujeitos, sobre a importância dos cuidados com a beleza e do comportamento socialmente adequado e, finalmente, a representação do casamento e do concurso em questão. No fim, há a percepção de que a memória, carregada de saudosismo, é decorrente da profusão de simbologia que envolvia aqueles eventos. As práticas sociais e de beleza recompunham as identidades, o ideal de feminilidade valorizado fazia parte de um projeto ideológico que visava a manutenção das estruturas de poder e a reprodução da sociedade. Os discursos buscavam tipificar os papéis a serem desempenhados no cenário urbano e a coerção social pela força da rígida moral levava a maioria das mulheres a segui-los. Modelos de beleza e comportamento eram eleitos para que as moças se alinhassem àqueles discursos, que tendiam à manutenção da ordem social, garantida pela divisão da sociedade em classes e a divisão sexual do trabalho.

## ABSTRACT

CAIXETA, Rodrigo Fonseca, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, October, 2015. **Beauty pageants and female socialization in the "golden years"**. Adviser: Maria de Fatima Lopes.

This dissertation aims to uncover how beauty contests have contributed to the promotion of an ideal model of behavior and appearance to the women of the period called "the golden years" of the 20th century. To achieve this goal, the object chosen for research was the contest "Rainha do Milho", held in the city of Patos de Minas-MG. The text presents interview narratives of four ladies contemporary witnesses of the facts and bibliographical research that puts in time and place, as well as reflect on the influence of family and school in the childhood of those women, on the importance of beauty care and socially appropriate behaviour and, finally, about the representation of the marriage and the contests approached. In the end, there is the perception that memory, loaded with nostalgia, is due to the profusion of symbols involving those events. Social and beauty practices recovered the identities, the beauty and femininity ideal valued was part of an ideological project aimed to maintain the power structures and the reproduction of society. The speeches sought to typify the roles to be played in the urban life and the social coercion by force of rigid moral took most women to follow them. Beauty models and behavior were elected for the girls to be aligned to those speeches, and they tended to maintaining social order, guaranteed by the division of society into classes and the sexual division of labor.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e justificativa

A escolha do tema de pesquisa para esta dissertação surgiu como sequência de estudo na área de interesse do autor – a História da Moda. As mudanças que se operaram na indumentária das mulheres, exigidas por novas necessidades oriundas de sua presença no espaço urbano, no final do século XIX, foram o objeto de investigação do trabalho de conclusão do curso de graduação em Design de Moda. No curso de especialização em Moda, Cultura de Moda e Arte, foi dado prosseguimento ao tema, com a busca da compreensão das razões de inserção de elementos da indumentária masculina no universo feminino, na primeira metade do século XX.

A moda, como um fenômeno social, é “um elemento essencial na construção identitária dos indivíduos e dos grupos sociais”, e as roupas são o veículo mais óbvio da ação desse fenômeno (GODART, 2010, p. 33). Na década de 1940, em decorrência da urgência de praticidade e das restrições em tempos de guerra, a sobriedade imperou; tecidos, cortes e formas, e até mesmo peças tradicionalmente reservadas aos homens, foram autorizados às mulheres. Após a Segunda Guerra Mundial, um estilo que resgatava emblemas clássicos do vestuário feminino arrebatou o mundo ocidental, remetendo a imagem das mulheres àquela do século anterior, quando sua aparência reunia elementos simbólicos de sua submissão (espartilho, armações, profusão de abotoamentos) e silhueta que representava sua função de reprodução sexual (cintura marcada, busto e quadril pronunciados).

Deixando de lado o caráter cíclico de tendências de moda e percebendo a possibilidade de haver aspectos ideológicos - dos quais a moda era apenas espelho - que promoviam a reassunção desse ideal de feminilidade, decidimos investigar como as mulheres passaram por esse processo. O viés de pesquisa foi a socialização das moças e a importância dos cuidados com a beleza e/ou aparência na década de 1950. Elegemos as participantes dos concursos de beleza – fato social de grande relevância no contexto estudado – como os sujeitos de pesquisa, cujas subjetividades pudessem ser apreendidas. Interessam os aspectos sociais que envolviam as jovens que deles participavam, seus sonhos, aspirações e representações, para que, por meio dessa investigação, possam ser compreendidas as ambiguidades dos discursos fundantes para as jovens daquela época - discursos inseridos em

uma sociedade que se urbanizava e buscava se modernizar, mas mantinha suas fortes características tradicionais de patriarcado<sup>1</sup> e conservadorismo.

Naqueles tempos as mulheres já haviam tido a chance de experimentar comportamentos ditos masculinos, pois, desde a Primeira Guerra Mundial – particularmente na Europa –, elas tinham enfrentado a necessidade de assumirem postos de trabalho antes exclusivos dos homens. A historiadora feminista francesa Michelle Perrot (2008) conta que, além de participarem de manifestações em fábricas, ousavam até mesmo discursar entre os companheiros do sexo oposto. Já o historiador marxista inglês Eric Hobsbawm (1995, p. 51) constata a importância e a irreversibilidade desse processo de grande mobilização de mão de obra feminina, que gerou tensões no meio trabalhista, revolucionando o emprego de mulheres fora do lar, “temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda”.

A questão da mistura e aproximação dos papéis sociais de gênero<sup>2</sup>, devido às condições excepcionais e necessidades que suplantavam as concepções tradicionais dos papéis sexuais, de uma maneira contingente, mas simultaneamente permissiva, é sintetizada por Perrot (2008, p. 144) na frase: “ruptura de hábitos e de evidência, a sexualidade da guerra é problemática”. As mulheres iam e vinham, bebiam, fumavam, tomavam liberdades até então

---

<sup>1</sup> A condição feminina na sociedade determinada pela dominação masculina gera abordagens diversas na teoria feminista - às vezes até controversas -, conferindo complexidade ao termo patriarcalismo. Há autoras que remetem o patriarcado ao conceito weberiano de que seja “um tipo de combinação em que o senhor é a lei e cujo domínio se dá nas comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição”, o que impossibilitaria o uso do termo nas relações de gênero das sociedades capitalistas. Feministas radicais ou marxistas fazem o uso do termo para remetê-lo a Weber, adaptando-o às complexidades da vida social contemporânea. Algumas circunscrevem-no ao âmbito da família; outras o inserem nas relações do sujeito com o Estado. O patriarcado pode ser compreendido como subordinado ao sistema capitalista, ou ainda como forma de ideologia em uma visão de superestrutura. No estudo que apresentamos, admitimos o uso do termo no sentido adjetivo, ou seja, como referência clássica de estrutura mental de gênese da constituição da vida social, relacionada ao pressuposto de que as relações sociais patriarcais têm origem na família, e suas origens na sociedade são partes de um mesmo processo. Para maior esclarecimento sobre como as várias vertentes feministas utilizam o termo, conferir em: MORGANTE, Mirela M.; NADER, Maria B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh – Rio: Saberes e práticas científicas. ISBN 978-85-65957-03-08, 28 jul - 01 ago de 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465\\_ARQUIVO\\_textoANPUH.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf). Acesso em: 20 set. 2015

<sup>2</sup> Segundo a definição dada pela pesquisadora em gênero, sexualidade e educação Guacira Louro (1997, p. 17) a gênero: “modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto”, entendemos que os lugares ditos próprios de cada sexo na sociedade estão determinados na representação cultural de cada sociedade. Conforme ensina Citeli (2001, p. 133), “desde 1970 muitos estudos lidaram com o binômio sexo/gênero, entendendo que sexo representa as forças sociais políticas e institucionais que moldam os comportamentos e as constelações simbólicas sobre o masculino e o feminino”.

restritas aos homens e, por mais de três décadas, puderam transitar fora dos limites do papel tradicional de gênero atribuído a elas. Até mesmo os espartilhos, que antes apertavam, moldavam e conformavam o corpo feminino à centenária silhueta ampulheta, na segunda década do século XX era usado apenas para a sustentação daqueles corpos sequelados pelas exigências estéticas do passado e, progressivamente, foi sendo abandonado pelas novas gerações (MENDES, 2009). O discurso dominante da década de 1950, que valorizava a tradicional imagem corporal feminina marcada pelos signos representativos da função reprodutiva, na moda foi responsável por uma tentativa de resgatar os espartilhos, mas a resistência médica garantiu que as cinturas naquele momento fossem delineadas apenas por cintas modeladoras.

Após a Segunda Guerra Mundial, não apenas na Europa e na nova potência norte-americana, mas também no Brasil, um clima progressista político, econômico e cultural, permite caracterizar a década de 1950 como os “Anos Dourados”<sup>3</sup>. A “Era de Ouro” viu uma inédita, acelerada e variada produção de bens de consumo fortemente divulgada pelos veículos de propaganda - especialmente revistas de cotidiano -, que incentivavam a aquisição e o uso desses produtos como parte integrante de um “estilo de vida característico dos novos tempos”.

A memória social trata aquele período com saudosismo. Parte desse efeito no imaginário coletivo do Brasil deve-se ao culto à beleza e ao glamour, fartamente influenciado pelos concursos de misses, que chegaram a reunir até 30 mil pessoas no ginásio do Maracanãzinho (DIAS et al., 2011). Naquela época aqueles eventos se constituíam uma significativa manifestação da cultura da aparência e sociabilidade femininas no Brasil. De norte a sul, misses eram eleitas aos olhos de multidões em eventos absolutamente populares, acompanhados e divulgados maciçamente por rádio, jornais e revistas. Em meio a uma crescente urbanização e transformação dos modos de vida, consumo e constituição da classe média urbana, aqueles concursos se inseriam no contexto socioeconômico e cultural do período (CARDOSO, 1977).

Neles as mulheres tinham o aval da sociedade para exibirem seus atributos físicos, sem que sua honra - um dos valores primordiais para uma “moça de família” - fosse colocada

---

<sup>3</sup> Hobsbawm (1995, p. 281) afirma que, mesmo tendo perdido seu brilho a partir de meados da década de 1970, a Era de Ouro iniciara, “na verdade realizara, a mais impressionante, rápida e profunda realização nos assuntos humanos de que a história tem registro”.

em questão, já que os códigos de conduta eram rígidos; pudor e recato permeavam até mesmo os desfiles de trajes de banho. Vencer, ou até mesmo estar entre as primeiras colocadas, propiciava aquisição de status social, o que facilitaria certamente a concretização do principal objetivo de uma jovem da época: conseguir um “bom casamento”, com marido que lhe pudesse oferecer segurança e um lar com filhos. A mulher, que passava por um processo internacional de emancipação após duas guerras mundiais, que conseguia cada vez mais exposição e presença no espaço público, naquele momento era encorajada a retomar seu papel tradicional no lar.

A importância daqueles eventos para o imaginário da época pode ser constatada pela cobertura da derrota da Miss Brasil 1954 - Martha Rocha - para a Miss EUA no concurso Miss Universo. Naquela ocasião criou-se o mito das “duas polegadas” a mais do quadril da baiana para compensar a decepção do povo brasileiro. Em suas memórias, a própria miss expressou suas dúvidas quanto a tal fato ter realmente acontecido (ROCHA, 1993). O pensador polonês Bronislaw Baczko (1985) aponta o poder que tem a mitologia, quando vivida de forma nostálgica, de sobrelevar a importância de determinado acontecimento, dado o grau de simbolismo de que a imaginação haja sido carregada.

A curadora de moda NJ Stevenson (2012, p. 147) assinala que parte da estratégia da indústria da moda e da beleza para vender seus produtos foi se aproveitar da obsessão pelo novo e esmerado, estimulando e reinserindo a “voga da toilette meticulosa em todas as ocasiões”. As revistas femininas foram peça fundamental nessa empreitada, pois, além de comunicar e ilustrar essas novidades, desempenhavam a função de melhor amiga, conselheira, confidente, mas sobretudo, apresentavam um padrão aceitável e adequado de comportamento para as “mulheres de bem”. Elas inseriam nos fatos noticiados, nas propagandas de produtos e nas colunas especialmente direcionadas, regras sociais de moralidade e submissão às autoridades religiosa, patriarcal e marital, em meio às quais a vida cotidiana se passava.

Os historiadores franceses Antoine Prost e Gerard Vincent (2009, p. 128) falam da transformação nas revistas internacionais com vistas a atender tais propósitos, que, “num tom amigável, mas firme, explicavam às leitoras como se lavar, se maquiar, cuidar da casa, seduzir o marido e educar os filhos”. As revistas nacionais não agiram de forma diferente: a doutora em História Lídia Santos (2011) encontra em textos de O Cruzeiro uma certa preocupação com o trabalho feminino, mas percebe sempre presente a tônica da prioridade incontestável do casamento e da criação dos filhos.

Pelo que se percebe, existe uma incoerência entre a busca por uma realidade de vida mais ativa e participante fora do ambiente doméstico e o discurso das revistas femininas e de cotidiano, que tendiam a realocar mulheres de classe média no papel tradicional que a sociedade daquela conjuntura esperava que desempenhassem. A dicotomia presente no que poder-se-ia chamar de “resistência feminina” e na adequação ao modelo hegemônico de beleza e comportamento, torna aqueles concursos a concretização e cristalização da contradição desses discursos no imaginário social.

Com o surgimento do fenômeno da moda nas sociedades ocidentais - o que o filósofo francês Gilles Lipovetsky (2009) chama de “emergência de movimentados jogos de frivolidades” - o culto da aparência passa a determinar mudanças periódicas nos padrões de beleza ideal, fazendo com que muitas mulheres chegassem a se sacrificar para alterar a configuração de seus corpos. Ao longo do século XIX, de forma a explicitar o poder econômico do marido, as mulheres de classes alta e média aceleraram cada vez mais as mudanças na aparência, ainda que permanecessem a maior parte do tempo no ambiente doméstico, enquadrando-se no modelo comportamental de “esposa/mãe/dona de casa”. A partir do final daquele século, e nas primeiras décadas do século XX, fosse apenas por motivo de lazer, ou por necessidade de trabalhar, a presença da mulher no espaço público urbano tornou-se cada vez mais frequente, num processo aparentemente irrefreável.

Já que mudanças vinham acontecendo por mais de cinco décadas, pode-se supor que os anos 1950 devam ter representado um momento de retrocesso das conquistas femininas, devido à promoção e valorização de regras comportamentais pertencentes a um passado distante, aliadas ao apelo de um padrão de beleza associado à ideia de feminilidade clássica.

Além do objetivo evidente de exaltar concursos de misses e atrair candidatas para o evento, as reportagens veiculadas nas revistas femininas deixavam transparecer a possibilidade de aquelas moças adquirirem projeção social, quando não um bom casamento. Assim, contribuíam para a construção de um arquétipo de mulher brasileira, ao idealizar padrões estéticos, de comportamento, e de estilos de vida, nos quais as leitoras poderiam se espelhar, em um processo que pode ser entendido como um “civilizar-se” (ELIAS, 1993). A investigação desse processo civilizador faz-se importante, já que sua dinâmica e suas consequências perduram na atualidade, sendo as práticas de consumir moda e cuidar da aparência incorporadas como algo naturalizado e inerente ao que representa “ser mulher”.

Há que se dizer que não se está demonizando o consumo ou se afirmando que ele seja fator de aprisionamento ou subjugo da condição feminina, até porque, conforme Vianello (2011), a liberação verdadeira da mulher e de seus tradicionais papéis não se daria a partir da desvinculação de suas tarefas no lar - como pensavam as feministas após aquele período -, mas a partir da assunção pelos homens de parte das tarefas do lar, com divisão igualitária do trabalho doméstico, sem conotação alguma de depreciação ou determinação do que é próprio de cada gênero. Esse autor atribui à família a responsabilidade de tirar da mulher a condição de objeto sexual, a partir da ressocialização do homem no lar ao confrontarem seus lados femininos.

Não é pela “libertação” das mulheres da família que a igualdade é alcançada. [...] A paridade é alcançada por meio de uma partilha igual das tarefas domésticas em bases iguais, reconhecendo seus valores em termos de dignidade e significância. [...] os homens devem ser induzidos a olhar para dentro e a se tornarem familiarizados com os detalhes concretos da vida diária. Esta é a única maneira de implementar igualdade efetiva, pois isso os conduzirá a descobrir os elementos femininos dentro de si e, gradualmente, superar seu medo em relação a eles. (VIANELLO, 2011, p. 64-65).

Segundo Baczko, (1985, p. 297), “não são as ideias que fazem a história. ‘A’ história verdadeira e real dos homens está para além das representações que estes têm de si próprios e para além das suas crenças, mitos e ilusões”.

Para que desvendemos a história por trás da imagem daquelas misses e rainhas, precisamos ter cuidado, pois, para os antropólogos François Laplantine e Liana Trindade (1997, p. 11), essa imagem é sempre “marcada pelos sentimentos e experiências que tivemos em relação a ela”, e muitas vezes nos deixamos levar pelos discursos duais padronizados de submissão/dominação.

Um objeto maior da história das mulheres é o estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que garantem que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos [...] reconhecer os mecanismos, os limites e, sobretudo os usos do consentimento é uma boa estratégia para corrigir o privilégio amplamente concedido pela história das mulheres às “vítimas ou rebeldes”, “ativas ou atrizes do seu destino”, em detrimento “das mulheres passivas, vistas muito facilmente como consentidoras de suas situações, embora justamente a questão do consentimento seja o ponto central do funcionamento de um sistema de poder, seja ele social e/ou sexual. (CHARTIER, 1995, p. 40).

No capítulo 3 perceberemos que no âmbito desta pesquisa (o da aparência estética) a relativização dessa dinâmica de subordinação e dominação pode ser apreendida da relação da mulher com os artifícios da moda, em um jogo de poder no qual pode ser protagonista ou peça

de manipulação. Saber articular esses artifícios já era de domínio das mulheres há tempos, pois uma de suas primeiras conquistas relacionadas ao corpo no século XX foi o direito ao embelezamento, recorrendo a produtos descaracterizados da função medicinal. Antes considerado apanágio de elites ou de “bem-nascidas”, com o advento da indústria dos cosméticos o “direito de ser bela” foi democratizado. Se previamente, considerava-se a tese da mulher condenada à fealdade, passamos à convicção de que “a excelência da beleza poderia ser partilhada”, de que “a transmutação é possível”. A tônica do discurso da beleza nos anos dourados está na frase: “Conclusão de tudo isso? Não há mulher feia... Só há mulheres que se descuidam”. (VIGARELLO, 2006, p. 163).

Lipovetsky (2007, p. 160) afirma que o recurso a produtos de beleza já foi condenado no passado, já que a ela (a beleza) era considerada “um dom divino ou uma obra da natureza impossível de conquistar por meios humanos”. Contudo, a partir do fim dos anos 1920, o mundo ocidental passa a usar sem pudor uma gama desses produtos: “batons, perfumes, cremes, pinturas e esmaltes, produzidos industrialmente em massa e a baixo preço, tornaram-se artigos de consumo corrente em todas as classes da sociedade”. (LIPOVETSKY, 2009, p. 156). Historicamente a beleza feminina sempre foi louvada por artistas; o filósofo francês nos lembra que ainda hoje continua sendo aclamada, pois “em nossos dias, as fotografias de moda, os institutos e concursos de beleza, os conselhos e produtos cosméticos não cessam de recompor o primado da beleza”, reproduzindo a importância da aparência na constituição das identidades femininas (LIPOVETSKY, 2007, p. 101).

O ideal de beleza do passado sofreu alterações múltiplas nas décadas que seguiram o tema da pesquisa, mas a tendência da busca por atingir um padrão imposto pela mídia sempre permaneceu. Ao considerarmos a estigmatização<sup>4</sup> e a conseqüente desvalorização que corpos flácidos, deficientes, velhos, miscigenados, etc, sofrem por não se encaixarem no modelo ideal promovido, Umberto Eco não foi de fato preciso na previsão que fez sobre os padrões de beleza do nosso tempo:

[...] O nosso explorador do futuro já não poderá distinguir o ideal estético difundido pelos mass media do século XX. [...] Será obrigado a render-se diante da orgia de tolerância, de sincretismo total, de absoluto e irrefreável politeísmo da Beleza. (ECO, 2007, p. 221).

---

<sup>4</sup> Ver: GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

A existência de padrões de beleza remonta desde os tempos mais antigos, mas com o desenvolvimento da indústria de cosméticos e da indústria cultural na metade do século passado, o ideal hegemônico de beleza passou a ser determinado por um processo de construção derivado do consumo e apreciado de acordo com interesses de terceiros. O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007, p. 83) afirma que a criação da imagem feminina se dá no olhar do outro, como se a mulher fosse um objeto passível de observação, julgamento ou desejo, e sempre a partir da avaliação alheia, colocando nesse processo a orientação da maneira de portar o corpo, exibi-lo e constituí-lo, chegando até mesmo à propensão à “autodepreciação e à incorporação do julgamento social sob forma de desagrado do próprio corpo ou de timidez”.

Por sua vez, Perrot (2008, p. 25) questiona a relação que as mulheres têm com sua própria imagem, aceitando ou recusando-a, aproveitando-se dela ou amaldiçoando-a, subvertendo ou sendo a ela submissas, mas acima de tudo, julga essa dinâmica como “uma tirania, porque as põe em confronto com um ideal físico ou de indumentária ao qual devem se conformar”. Contudo, a autora ainda reconhece que elas possam ter alguma forma de controle sobre sua imagem, feita por meio da coqueteria<sup>5</sup>, já que afirma ser “uma celebração, fonte possível de prazeres e de jogos sutis”.

Na opinião de Liposvetsky (2009, p. 157-158), o jogo do embelezamento não acabou por ser relegado pelo feminismo à condição de objeto de subjugo masculino, mas conseguiu se descolar dessa pecha e se direcionar para a sua esfera pessoal de controle e vontade na sociedade contemporânea, pois “a reivindicação do charme não exclui a do trabalho nem a da responsabilidade”. A coqueteria, anteriormente considerada frivolidade, mesmo com todas as conquistas femininas de direito a voto, liberação sexual e controle da procriação trazidos pela pílula anticoncepcional, não perdeu sua função, e é “esse patchwork que define a ‘mulher maior’, feita de uma justaposição de princípios outrora antinômicos”; “a reivindicação do charme não exclui a do trabalho nem a da responsabilidade”, mesmo em um mundo social pensado dicotomicamente.

O processo de construção da imagem e da identidade pessoal, segundo a doutora em Sociologia Diana Crane (2006, p. 52), depende da escolha dos bens de consumo, especialmente cosméticos e vestuário, o que diretamente é motivado por artifícios

---

<sup>5</sup> No século XIX, em meio a rígidos códigos morais de conduta, a coqueteria era um conjunto de técnicas corporais socialmente aceito de que a mulher dispunha para desempenhar a sedução em público.

publicitários que, por fim, objetivam a prevalência de interesses dos detentores do poder. Aquela mulher que enxerga sua aparência e identidade pessoais como um projeto em evolução, ao escolher produtos que componham esse projeto, sofre influência de normas ditadas pela mídia e por grupos sociais, e acaba por negociar com sua própria compreensão do que é esperado dela, entre o que ela deve, o que ela pode e o que esteja disposta a atingir.

Se uma mulher enxerga sua aparência e identidade pessoais como um “projeto” em evolução, suas opções de bens de consumo tornam-se uma forma complexa de negociação entre normas hegemônicas conflitantes, transmitidas através de imagens da mídia, e sua própria compreensão das diferenças de gênero. [...] Esse tipo de atividade torna-se um modo de superar a influência potencialmente opressiva das mercadorias e das “identidades pré-fabricadas” em que elas redundam. Ela se torna também um meio de o indivíduo solucionar sentimentos ambivalentes em relação à expressão de “status de superioridade” como classe, gênero e raça através das roupas. (CRANE, 2006, p. 52-53).

Uma vez que o estudo aborda a questão do lugar social da mulher, claramente pronunciado pelo papel de gênero dela esperado e desempenhado na família e no espaço público, envolvendo práticas relacionadas ao consumo, julgamos que esta dissertação seja contribuinte para a Linha de Pesquisa: “Estudo da Família e Economia do Consumo Familiar” do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

## **1.2 Objetivos e procedimentos metodológicos**

A dissertação que se apresenta partiu do pressuposto de que os concursos de beleza dos Anos Dourados pudessem ser identificados como fatos sociais totais<sup>6</sup>, e que funcionariam como uma forma de promoção social das candidatas. Para a elucidação dessa questão, propomos verificar de que maneira suas dimensões poderiam ter contribuído para a constituição da autoimagem e das identidades na socialização daquelas jovens no período em questão.

Assim, seria oportuno que compreendêssemos a importância daqueles concursos para a sociedade brasileira, no contexto do desenvolvimento urbano e industrial que buscava uma

---

<sup>6</sup> De acordo com Mauss (1974, p. 41), “exprimem ao mesmo tempo, e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais [...], supondo formas particulares de produção e de consumo [...] sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos”. Assim, o fenômeno total deve manifestar-se nas dimensões econômica (origem social), política (posição ideológica), religiosa (crença) e estética (gosto) na vida de todos, no caso, das participantes daqueles concursos.

reconfiguração de identidade na década de 1950. Os discursos fundantes para as mulheres da época e sua ligação com o modismo dos cuidados com a beleza, veiculados pela indústria cultural devem ser identificados. Outro objetivo do trabalho é perceber como se davam os discursos que disciplinavam as moças para antes e as mulheres depois do casamento. Por fim, pretendemos identificar o grau de entrega e envolvimento em âmbitos físicos, econômicos e sociais/morais das moças que participavam daqueles concursos e os benefícios que julgavam ter com eles conquistado.

Para atender aos objetivos propostos, foi realizada primordialmente uma pesquisa exploratória, com levantamento bibliográfico e documental, objetivando uma visão geral sobre o tema. Durante esse levantamento encontramos trabalhos monográficos sobre as revistas de grande circulação da época, artigos de periódicos que abordavam as questões ideológicas ligadas ao desenvolvimento daquela década, artigos de jornais que abordavam conselhos de beleza e comportamento, assim como livros publicados sobre todos os assuntos que envolvem o tema em questão. Optamos pela pesquisa bibliográfica porque, conforme o professor Antônio Carlos Gil (2008, p. 50), ela é “indispensável nos estudos históricos e, em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”.

Em um segundo momento, elaboramos um estudo de caso considerando o concurso de “Rainha do Milho”, na cidade de Patos de Minas (MG) para que pudéssemos analisar e concluir, indutivamente, sobre as questões apresentadas nos objetivos específicos, ou seja, para que aprofundássemos os estudos de forma a compreender o significado social dos concursos de beleza no Brasil nos anos dourados, mais especificamente no espaço de tempo compreendido entre os anos 1954 e 1964. O autor desta dissertação é originário da cidade e, desde criança, ouvia as histórias da mocidade da avó materna – entrevistada neste estudo – que sempre falava naquelas rainhas com admiração e saudosismo daquele tempo. Como o autor viveu sua juventude nos anos 1990, época em quem a Festa Nacional do Milho ganhou uma grandiosidade inédita e o concurso envolvia os colégios em uma campanha acirrada, surgiu a motivação dessa escolha para a pesquisa.

Decidimos por realizar entrevistas informais semiestruturadas com mulheres que viveram aquele contexto e com participantes daquele concurso, de maneira a enriquecer a compreensão do assunto, pois segundo a professora Maria Helena Michel (2009, p. 55), “são métodos que utilizam como fontes de informação pessoas, em relatos escritos ou falados, cuja

experiência de vida esteja relacionada com o objeto de estudo”. Gil (2008, p. 111) também recomenda as entrevistas por oferecerem visão aproximada dos fatos e a “identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado”, o que seria fundamental para este trabalho. Assim, no mês de julho de 2015 conseguimos encontrar senhoras que participaram das edições dos anos de 1959, 1962 e 1964, assim como uma senhora que tinha uma loja de tecidos na época e estava ligada de forma comercial aos eventos, e a avó do autor desta dissertação, que era vizinha das primeiras. Durante a seleção das falas que foram usadas para análise comparativa, decidimos por não apresentar aquelas da quarta mencionada, julgando inadequação aos assuntos propostos.

Nossa intenção com este trabalho é sobretudo compreender a relação do ideal de beleza e comportamento promovidos, e seus desdobramentos para a vida daquelas mulheres, no contexto de uma cidade do interior de um estado notadamente conhecido por valores tradicionais. De acordo com Michel (2009, p. 54), a limitação do estudo de caso “está no fato de que conclusões dele extraídas não podem ser generalizadas, na medida em que o estudo de caso trata resultados contextuais, contingenciais, específicos de uma unidade, um momento histórico, um fato”. Essa autora ainda afirma que “estudos de casos se constituem na estratégia preferida quando o como e/ou por que são as perguntas centrais”.

Ao trabalho como um todo nos interessa compreender relações sociais de um grupo específico (mulher jovem de classe média em cidade do interior do Brasil na década de 1950), e para isso é importante fazer a contextualização histórica. Para isso, 1º capítulo foi escrito apresentando o nível macro (mundial) com o apoio do historiador marxista inglês Eric Hobsbawm; a historiadora paulista Marly Rodrigues foi usada primordialmente para o resgate da situação política e social na esfera nacional e o historiador mineiro Oliveira Mello o escolhido para nos oferecer o nível micro (da cidade de Patos de Minas) do contexto de nosso estudo. Iniciando, vemos como os governos brasileiros do período pós Segunda Guerra seguiram a tendência internacional progressista que levou ao crescimento urbano e a busca de uma redefinição da identidade nacional. O consumo e o lazer faziam parte desse projeto de modernização do estilo de vida. As cidades vivenciaram estágios distintos de desenvolvimento e verificamos como isso se deu no interior do país a partir da realidade específica do local onde a pesquisa foi realizada. Adotamos uma perspectiva que traça um paralelo entre a fundação de Patos de Minas, a situação na década deste estudo e a configuração da cidade na atualidade.

O 2º capítulo foi construído para depreender diferenças e similaridades na infância daquelas mulheres que conviviam no mesmo espaço e tempo, mas tinham famílias diferentes e podiam vivenciar a primeira socialização de maneira particular. Para compreendermos os processos sociais dos sujeitos desta pesquisa, estruturamos o capítulo com o apoio da Psicologia Social e dos Estudos da Família, especialmente Silvia Lane, Eunice Durham e François Singly. A família é assumida como o grupo em que a pessoa apreende mecanismos básicos de interação social, internalizando valores que determinarão o comportamento em sociedade. Consideramos a escola o espaço em que as crianças exercitam as práticas aprendidas na família passando pelo processo de socialização. As discussões apresentadas levam em conta as possibilidades de estrutura e função formadora dessas instituições, que conduzem o indivíduo ao próximo estágio de desenvolvimento.

Ao chegarmos à juventude, foi preciso compreender a importância que aquelas moças conferiam aos cuidados com a beleza – que inclusive é parte do assunto central – e como se comportavam socialmente, em um contexto marcado pela rígida moral de uma cidade pequena de interior. Os cuidados com o corpo – matriz em que são cristalizados estereótipos de gênero e relações de poder – eram incentivados e valorizados pelas revistas de cotidiano e as dirigidas ao público feminino. O 3º capítulo verifica como a valorização do culto à aparência influenciou o imaginário daquelas moças, determinando suas práticas corporais, uma vez que aspectos da beleza carregam elementos simbólicos de status próprios de cada época e cultura. Na ancoragem da História e das Ciências Sociais, em obras de Antoine Prost, Arthur Marwick, Mara Rubia Sant’Anna e David Le Breton, procuramos compreender a importância social da beleza e os aspectos subjetivos da moral que influenciam sua percepção. Fazemos ainda o uso de Erving Goffman e Bronislaw Baczko para compreender como uma conduta esperada que permeava o imaginário do período determinavam o comportamento das jovens em interação social.

O 4º e último capítulo foi escrito com a premissa de entendermos o casamento e o concurso de beleza como possibilidades de realização pessoal e social das moças nos anos dourados. Nas entrevistas percebemos a importância que era atribuída ao casamento, considerado o maior sonho a ser concretizado por elas, que tinham como objetivo maior tornarem-se esposas e mães. A participação em um concurso de beleza em que uma dentre outras seria coroada, poderia representar a realização das fantasias de princesa arraigadas no imaginário feminino desde a infância. Essas duas experiências culturais se dão nos âmbitos da realidade objetiva do mundo em relação com a subjetividade dos indivíduos, ganhando

significados em níveis de interiorização em um sistema de representações. Além dos autores já mencionados, nesse momento recorreremos a Peter Berger e Thomas Luckmann, assim como François Laplantine e Liane Trindade para nos auxiliar a interpretar a pluralidade de elementos simbólicos contida nesses assuntos.

### 1.3 Identificação dos sujeitos da pesquisa

As quatro senhoras que apresentamos aqui nasceram entre os anos de 1939 e 1943, na cidade de Patos de Minas, onde viveram praticamente toda a vida e onde moram ainda hoje. Maria Marta Caixeta Borges foi “Princesa do Milho” na primeira edição da Festa Nacional do Milho e nos referiremos a ela simplesmente como Marta, como prefere ser chamada. Maria da Gloria Teixeira, desde criança conhecida como Gogoia, foi “Princesa do Milho” em 1962. Silésia de Sousa Maia, referida no trabalho pelo seu prenome, foi a “Rainha do Milho” do ano de 1964. Cecília Maria da Silva Fonseca, aqui apenas Cecília, foi vizinha dessas senhoras na juventude e oferece um rico testemunho sobre como era ser moça nos “Anos Dourados”.



Figura 1 - Cecília Maria Fonseca  
Fonte: arquivo pessoal



Figura 2 - Maria Marta Borges  
Fonte: arquivo pessoal



Figura 3 - Maria da Glória Teixeira  
Fonte: arquivo pessoal



Figura 4 - Silésia Sousa Maia  
Fonte: arquivo pessoal

## 2 CAPÍTULO 1 - A MEMORÁVEL DÉCADA DE OURO

Na sua série de livros em que busca a interpretação da contemporaneidade, Eric Hobsbawm intitula “Era dos Extremos” seu estudo que vai de 1914 a 1989, período que identifica como “o breve século XX”. Uma grande profusão de fatos históricos faz com que aquelas sete décadas possam ser consideradas as mais rápidas da Idade Contemporânea. O maior marco daquele tempo foi a Segunda Guerra Mundial, a qual ceifou dezenas de milhões de vidas, mas deixou como herança - com maior ou menor intensidade, ao redor de todo o planeta - mudanças políticas, econômicas e sociais que representaram um boom de prosperidade, olhando-se em retrospecto.

Durante os anos 50, sobretudo nos países desenvolvidos, cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o slogan “Você nunca esteve tão bem”, uma afirmação sem dúvida correta. (HOBBSAWM, 1995, p. 253).

A superação das dificuldades e a recuperação após a guerra tornaram-se prioridade entre os países europeus e o Japão, os quais, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 254), “nos primeiros anos de 1945, mediram seu sucesso tomando por base o quanto haviam se aproximado de um objetivo estabelecido em referência ao passado, não ao futuro”. Em outros lugares, como na Grã-Bretanha, as melhorias levaram um tempo maior para serem sentidas (até meados da década de 1950); no continente como um todo, apenas na década seguinte. Já no Brasil, as transformações também foram de fato percebidas na primeira metade década de 1960, quando o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek fez sentir seus efeitos.

O alinhamento político com as duas grandes potências vencedoras do conflito dividiu o mundo em grupos que as seguiam em seus projetos econômicos: o capitalista, comandado pelos Estados Unidos; e o socialista, dirigido pela União Soviética. Organismos internacionais foram criados nos dois blocos para a regulamentação da cooperação política, econômica e militar. Isso possibilitou, em alguma medida, a recuperação dos países arruinados pela guerra, mas, muitas vezes, o que garantiam mesmo era a manutenção do controle que as superpotências exerciam sobre aqueles que estavam sob sua área de influência.

Os acordos realizados em muitas ocasiões não significaram, porém, apenas a proteção mútua, mas também justificaram a intervenção americana ou

soviética nas questões internas dos países membros. Estas intervenções – como a da Hungria, em 1956 -, realizadas em nome da democracia ou da paz mundial, serviam à manutenção da posição política dos Estados Unidos ou da União Soviética no plano internacional. (RODRIGUES, 1992, p. 11).

Essas interferências se davam, não apenas via órgãos oficiais, em ações econômicas e militares, mas também por meio da propaganda ideológica. Especificamente no bloco capitalista, a sociedade e vida modernas tiveram suas características intensificadas, já que houve um expressivo aumento da produção e exploração do trabalho e, conseqüentemente, necessidade de expansão do mercado consumidor para os bens industrializados<sup>7</sup>.

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. (HOBSBAWM, 1995, p. 257).

Para que as grandes massas - agora encontradas nas cidades, devido à atração exercida pela intensa urbanização do período - fossem atingidas e seduzidas pelo hábito do consumo, um aparato publicitário foi montado, formado pelos meios de comunicação da época (rádio, cinema, jornais e revistas), o que o filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno chamou de “indústria cultural”<sup>8</sup>. Essas mídias veiculavam o desejável estilo de vida americano (american way of life), não só para o próprio país, mas para todos aqueles sob sua égide; um estilo de vida diário do qual os bens industrializados passavam a fazer parte como itens indispensáveis a uma vida adequada aos novos tempos.

Os hábitos cotidianos mudaram, acompanhando o ritmo acelerado da automação da produção padronizada, que até hoje torna os objetos obsoletos antes que eles percam sua utilidade. A popularização do consumo, incentivado pela propaganda e pelo sistema de crédito, possibilitou a um número de pessoas tornar o dia-a-dia mais agradável. Os eletrodomésticos facilitavam os afazeres da casa, o carro possibilitava maior mobilidade na locomoção urbana, nas viagens de fim-de-semana e de férias anuais. As radiovitrolas disputavam com os aparelhos de TV a promoção do entretenimento doméstico (RODRIGUES, 1992, p. 7).

---

<sup>7</sup> Hobsbawm (1995, p. 256) apresenta uma tabela publicada pela FAO em 1989, que mostra a industrialização se expandindo pelo Terceiro Mundo, tanto em países capitalistas, quanto socialistas, mesmo que de maneira mais expressiva apenas na década de 1960 nos países da África subsaariana e América Latina.

<sup>8</sup> Ver: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas. In: Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

O processo de urbanização se acelerou, transformando as cidades em grandes centros e metrópoles. Dados históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1997) mostram que a população urbana no Brasil cresceu duas vezes mais que a rural entre os anos de 1940 e 1960. Em meio a esse crescimento urbano, nos anos 1950, o país passava pela ânsia do desenvolvimento, organizava e redefinia instituições, na busca por uma nova identidade nacional de acordo com os novos tempos.

## **2.1 Desenvolvimento no Brasil dos Anos Dourados**

O tiro ouvido no Palácio do Catete – então sede do governo federal no Rio de Janeiro, na madrugada de 24 de agosto de 1954 – separa os anos 1950 em duas metades. A primeira correspondeu ao segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954), época em que lançou as bases para a superação de problemas que atrapalhavam o crescimento do país; a segunda referente ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando se conseguiu estabilidade política em favor da meta desenvolvimentista.

Em outubro de 1950, apoiado por seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo Partido Social Progressista (PSP) e por um grupo de militares, Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) foi eleito para seu segundo pleito; um mandato difícil desde o início, mesmo que para viabilizar seu governo tenha distribuído ministérios entre partidos que se lhe opunham.

Ao receber a faixa presidencial, em janeiro de 1951, Vargas já enfrentava a forte oposição que marcaria seu governo até 1954. A UDN tentara impedir sua posse, alegando a exigência constitucional de maioria absoluta de votos. [...] Comprometido com o PSP – e mesmo com o PSD, do qual recebera apoio em vários estados –, Vargas compôs seu Ministério com representantes de todos os partidos, inclusive da UDN, que em Pernambuco o apoiara. A esta coube a pasta da Agricultura, na pessoa de João Cleofas. Ao PSD foram dadas as pastas das Relações Exteriores, da Fazenda, da Educação e da Justiça. O PSP ficou com o Ministério da Viação e Obras Públicas e o PTB com o Ministério do Trabalho. Nos ministérios militares, destacou-se a figura de Newton Estillac Leal, da Guerra. (RODRIGUES, 1992, p. 44-45).

Para que pudesse dar seguimento ao seu projeto de governo, Getúlio precisava da sustentação de três principais ministérios: o do Trabalho, com política salarial que propiciasse o apoio de trabalhadores e organizações sindicais; o da Guerra, já que o Clube Militar era um importante espaço de discussão política; e, sobretudo, o da Fazenda, pois, para garantir o desenvolvimento da indústria, Vargas precisaria de uma política cambial favorável. A

modernização do país, tal qual propunha em seu programa, demandaria expansão industrial e maior intervenção do Estado na economia, além de crescimento da produção de bens de consumo e aumento da renda nacional.

Outros entraves foram se colocando no caminho do presidente somando-se às tensões geradas pelas discordâncias nas relações entre os partidos políticos. A taxa de inflação estava bastante alta (11,6% em 1952) e a balança comercial ainda gerava um grande déficit (em torno de 4% do PIB) – devido à necessidade de importação de alimentos, combustíveis e metais –, o que acarretou na mudança ministerial e na criação de medidas protecionistas para a indústria (CAPUTO; MELO, 2009). Parte dos recursos para investir na ampliação da indústria e da infraestrutura necessárias – como fontes de energia e transporte – viria dos Estados Unidos, porém o financiamento foi retirado após a posse do presidente americano Eisenhower, em 1953, e as novas diretrizes econômicas daquele país eram incompatíveis com a retomada das negociações com o governo brasileiro. Como resultado de tudo isso, ministros foram substituídos e, ainda assim, os sucessores não conseguiram manter-se nos cargos.

Sem poder contar com a sustentação das áreas política e econômica, Vargas ainda teve de enfrentar hostilidade em outros setores da sociedade. Tendo de decretar pessoalmente a majoração de 100% para o salário mínimo – uma ação populista que visava conseguir o apoio dos sindicatos então excluídos do governo –, Getúlio passa a sofrer resistência das entidades patronais, as quais alegavam não ter como fazer os pagamentos, o que gerou greves por todo o país e críticas da imprensa. Rodrigues (1992, p.50) afirma que, enquanto perdia o apoio das elites e tentava garantir o dos trabalhadores por meio de aumento do salário e controle de preços de itens essenciais, Vargas acabou sem sustentação; as medidas foram inócuas na difícil vida da cidade – o que foi confirmado pela “greve dos 300 mil”, em 1953 – e a burguesia industrial atingia seus limites de tolerância, acusando-o de ser conivente com os “agitadores”.

A partir daquela situação, a derrubada do governo seria uma questão de tempo. O Manifesto dos Generais (abaixo-assinado dos oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica que exigia a renúncia), segundo Rodrigues (1992), foi o sopro que faltava para o presidente desabar. Na madrugada de 24 de agosto de 1954, Vargas convoca uma reunião com seus ministros para ouvi-los. Percebendo a impossibilidade de poder contar com o apoio de suas Forças Armadas, recolhe-se a seus aposentos e dispara contra o coração.

O Memorial Getúlio Vargas (2005), dentre vários documentos históricos, disponibiliza a carta-testamento e a carta-despedida deixadas por Getúlio Vargas que foram divulgadas após seu suicídio. A primeira apresenta um grande estadista lutando bravamente pelo povo, apesar das grandes adversidades. A segunda mostra um homem cansado, sentindo-se perseguido, rendido e vencido. O efeito delas foi arrebatador sobre a população. Nas palavras de Rodrigues (1992, p. 56): “Emocionadas, milhares de pessoas saíram às ruas nas principais capitais, declarando seu luto e manifestando repúdio aos ‘assassinos de Vargas’”.

Para Almeida Junior (1991, p. 225) o suicídio de Vargas foi “um ato político”, comprovado por toda aquela comoção e a revolta popular que fez com que Calos Lacerda - opositor do presidente morto - tivesse de deixar o país. O autor ressalta a importância daqueles fatos ao considerar que “o legado político de Getúlio sobreviveria muito tempo após sua morte e só se interromperia em 1964, com o golpe que depôs João Goulart”.

Café Filho assumiu logo em seguida, buscando fazer um governo de transição que propiciasse alguma estabilidade até que o próximo presidente fosse eleito e empossado. Uma equipe de governo composta por opositores de Getúlio foi montada pelo novo presidente, integrando empresários, políticos e militares. Com oposição da União Democrática Nacional (UDN), de dissidentes do próprio PSD e de um grupo de militares simpatizantes do golpismo, Juscelino Kubitschek foi lançado candidato à presidência pelo PSD, tendo como vice João Goulart do PTB, ainda apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Apesar da tentativa de impugnação de sua campanha pela UDN, JK foi eleito pelas bases rurais do PSD e pelos trabalhadores urbanos, recebendo forte pressão contra sua posse. A Cruzada Democrática (grupo de militares opositores) engrossou a voz daqueles contrários à chapa eleita, alegando o crescimento da força dos comunistas. Já o Movimento Militar Constitucionalista objetivava a manutenção da ordem para garantir a posse dos eleitos em 1956. Com isso, percebe-se a cisão ideológica presente nas Forças Armadas (RIBEIRO; LEMOS, 2006), o que culminou com o golpe militar de 1964. Em novembro de 1955 Café Filho foi afastado da presidência e o estado de sítio foi declarado até a posse de Juscelino em 31 de janeiro do ano seguinte.

Após seis meses no cargo, em 31 de julho de 1956, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) faz um discurso radiofônico à nação, no qual já se percebe o tom de otimismo, diligência e prosperidade que o presidente imprimiria em seu governo. Na ocasião diz: “o Brasil está francamente reagindo, retomando forças e já nos estão chegando sinais evidentes

de que a nossa marcha para o destino de grande nação está retomando o seu ritmo regular, que em breve será acelerado”. Juscelino pede ao povo que examine a situação política do semestre anterior e a de então, para perceber o quanto seu governo trouxe ordem e harmonia, gerando um ambiente democrático.

Em relação à economia, o mesmo prossegue dizendo que a situação herdada havia sido controlada e a alta taxa inflacionária e a balança comercial desfavorável revertidas. As exportações haviam atingido recordes históricos ao final daquele ano, as importações seriam conformadas à necessidade da indústria, e os pagamentos da dívida externa retomados para readquirir o crédito estrangeiro. Em seguida, o presidente fala sobre o esforço para executar seu programa de metas, ressaltando que o que faltava para a concretização seria o capital estrangeiro - essencial para o progresso -, mas que ele já estava a caminho, já que havia conseguido importantes vitórias em negociações realizadas em sua viagem aos Estados Unidos.

É interessante ressaltar que, como lembra a doutora em História Marly Rodrigues (1992, p. 63), a “obtenção dos recursos externos, no entanto, implica também uma interferência dos financiadores na política interna dos financiados. Neste ponto revela-se o outro aspecto da ideologia do desenvolvimento, que é o nacionalismo”. Dessa maneira, o limite da intervenção externa seria determinado pelo princípio de soberania nacional, o qual, mais à frente, JK invocaria para romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Outros acordos foram divulgados por Juscelino naquela ocasião, de forma a comprovar aos brasileiros as ações do governo que levariam o país ao desenvolvimento prometido e tão alardeado. Os acordos faziam parte do Plano de Metas, que visava aumentar a acumulação por meio da aceleração da produção com auxílio dos investimentos. Para que os esforços não fossem feitos somente pelo governo, Juscelino se comprometia a incentivar e apoiar a iniciativa privada, criando condições favoráveis sempre que ela se comprometesse a assumir responsabilidade por setores básicos da produção, carentes de todo tipo de suporte. “Em suma, propunha-se o desenvolvimento planejado do capitalismo no Brasil. Tratava-se de atacar os problemas crônicos – energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação –, subdivididos em 30 metas.” (RODRIGUES, 1992, p. 66).

A indústria agrícola recebeu investimentos para a produção da soja; a siderúrgica, por meio de várias empresas privadas e públicas, pôde aumentar substancialmente sua produção; e a automobilística poderia em um futuro próximo produzir uma variedade de

veículos em solo brasileiro. Em relação aos transportes, JK anunciou um estudo para a implantação da indústria naval; a compra efetivada de navios americanos para sanar necessidades prementes de transporte marítimo; e a construção de 600 quilômetros de estradas, com a promessa da inauguração da rodovia Rio-Belo Horizonte para fevereiro do ano seguinte.

No plano internacional, Juscelino Kubitschek menciona os esforços empreendidos para melhorar as relações exteriores do Brasil – ele havia visitado 18 países naqueles primeiros seis meses de mandato – e quão produtiva tinha sido a Conferência do Panamá para a integração dos países latino-americanos, que tantos problemas dividiam em comum.

Encerrando seu discurso, o presidente profere aos brasileiros palavras de esperança e otimismo, importantes para a compreensão do estado coletivo de ânimo e expectativa percebido na população, desde a década anterior, através da crença de que o país seria transformado e renovado, e que ingressaria no caminho do desenvolvimento<sup>9</sup>. Os ideais de liberdade, democracia e progresso, irradiados pelos Estados Unidos após sua vitória na Segunda Guerra Mundial, haviam sido assimilados pelos brasileiros, e JK foi perspicaz em avivá-los.

Ao terminar estas palavras, quero dizer ao povo do Brasil, a este povo que conheço por tê-lo visitado em todos os quadrantes do país, ao povo das grandes cidades e ao dos pequenos núcleos de vida heroica, quero falar aos meus patrícios, particularmente aos que necessitam de esperança para efeito de resistirem aos sofrimentos que suportam, quero afirmar que longe de estarmos perdidos ou parados, viajamos de novo ao encontro do nosso alto destino. Os ventos começam a ser propícios; o Brasil é uma nação que nasceu para ser poderosa. Nada deterá a nossa marcha. (KUBITSCHEK, 1956, p. 220).

As mudanças de fato percebidas no início do governo indicavam o sucesso da política econômica adotada. Contudo, em 1958, o país acabou entrando em uma crise que Juscelino definiu como “própria do crescimento”. A alta da inflação, causada pelo excesso de

---

<sup>9</sup> Segundo a professora Alice Silva (1997, p.49, tradução nossa), “o Brasil emergiu da Segunda Guerra Mundial cheio de ideias de modernização, progresso e democracia. Apesar do seu papel periférico no apoio aos Aliados, a população compartilhou da sensação de triunfo e confiança que vieram com o fim da guerra. Incompatível com o apoio popular ao ideal de democracia, a ditadura que tinha durado quinze anos logo alcançou seu fim, foram convocadas eleições, e proclamada uma nova constituição. Ao mesmo tempo havia uma convicção forte de que, com o apoio dos Estados Unidos, um novo país nasceria destas sementes de liberdade. O Brasil era ainda uma jovem nação, com um grande potencial para desenvolvimento. O Rio de Janeiro e, particularmente, Copacabana davam ao resto do país uma antevisão do como seria: um estilo moderno de vida”.

despesas públicas e queda dos preços das exportações, elevou também constantemente o custo de vida, gerando insatisfação popular.

Aqueles cinco anos da era JK foram importantes para que o Brasil entrasse no mundo da produção e consumo de bens industrializados, contudo a divisão de setores produtivos e classes sociais se manteve a mesma. Além disso, cabe salientar que os avanços se deram nos ambientes urbanos de grandes cidades; no interior, sobretudo no campo, as condições talvez tenham até piorado, devido ao desenvolvimento da indústria agrícola latifundiária e ao êxodo rural. Rodrigues (1992, p. 70) conta que, no Nordeste, “os pequenos proprietários ocupavam apenas 6% da área disponível. Os trabalhadores dos canaviais não contavam com a proteção das leis trabalhistas e recebiam metade do salário pago aos trabalhadores urbanos”.

Essa disparidade percebida no Brasil acabou seguindo uma tendência internacional que separava, não somente os locais do desenvolvimento e atraso econômicos, mas também aqueles do desenvolvimento e atraso humanos. Além disso, a máquina estatal inchada e pesada, produzida pela necessidade de rápido crescimento com obras públicas, produzia um outro mal encontrado onde tal processo ocorreu: o excesso de funcionalismo público e sua corrupção<sup>10</sup>.

Na maior parte do Terceiro Mundo, a distinção era entre “litoral” e “interior”, ou cidade e sertão. O problema era que, como modernidade e governo andavam juntos, o “interior era governado pelo litoral”, o sertão pela cidade, o analfabeto pelo educado. [...] Num sentido literal, conhecimento significava poder, mais obviamente em países onde o Estado parecia a seus súditos uma máquina que lhes extraía os recursos e depois os distribuía aos funcionários públicos. Educação significava um posto, muitas vezes possibilitava aos homens extorquir subornos e comissões e arranjar empregos para a família e amigos. (HOBSBAWM, 1995, p. 347-348).

De acordo com Hobsbawm (1995, p. 344), “planejamento e iniciativa de Estado eram a voga em toda parte do mundo nas décadas de 1950 e 1960 [...]. Se essa forma de desenvolvimento econômico produziu resultados satisfatórios ou decepcionantes, isso dependeu de condições sociais e erros humanos”.

Em 1959, diferentes visões de como solucionar os vários problemas que se apresentavam geraram a cisão da aliança entre partidos e desentendimentos dentro dos

---

<sup>10</sup> Rodrigues (1992, p. 32) afirma: “O Rio, até 1960 capital da República, era uma cidade administrativa e turística. Em 1950, contava com 2,3 milhões de habitantes, sendo 60 mil funcionários públicos. Centro das decisões políticas e econômicas, aí estavam instaladas as sedes de bancos e de companhias nacionais e estrangeiras”.

próprios partidos, levando à criação de grupos interpartidários que apoiaram candidatos diferentes nas eleições de 1960, ou que resultou na derrota de Lott (candidato de Juscelino) e na vitória de Jânio Quadros e João Goulart – os quais permaneceram no governo até 1964. Um novo capítulo na história do país passa a ser escrito a partir de então, mas a década anterior permaneceu na memória social dos brasileiros de uma maneira especial.

O mundo voltou a entrar em crise após o boom dos anos 1950 e, como num fenômeno econômico cíclico já registrado anteriormente, a partir da década de 1970, “a Era de Ouro perdeu seu brilho. Apesar disso, iniciara, na verdade realizara, a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro”. (HOBSBAWM, 1995, p. 281).

## **2.2 Modernização da sociedade brasileira**

O maior legado de Juscelino talvez tenha sido a modernização do Brasil – ou pelo menos parte dele, conforme já visto – decorrente da industrialização promovida por seu governo. Mesmo que não tenha acontecido de forma homogênea pelo país, de maneira geral percebeu-se a mudança da estrutura populacional decorrente da busca por melhores condições de vida nas cidades. De 1950 a 1960 a porcentagem de brasileiros urbanos passou de 36 para 45, equivalendo a 38,5 milhões de pessoas<sup>11</sup>, fazendo com que as cidades se tornassem o palco onde se apresentavam as transformações sociais, tendo como um ator cada vez mais presente o sujeito de nossa pesquisa, cujo comportamento aborda essa dissertação: as moças de classe média urbana.

Quase certamente a cidade grande era o cadinho da mudança, ainda mais que ela era moderna por definição. [...] Por mais que grande parte dos migrantes usasse a caixa de ferramentas da sociedade tradicional para construir sua existência urbana, erguendo e estruturando as novas favelas como as velhas comunidades rurais, na cidade coisas demais eram novas e sem precedentes e demasiados dos seus costumes conflitavam com os dos velhos tempos. Em parte alguma isso se mostrava mais dramático que no inesperado comportamento das moças, cujo rompimento com a tradição era deplorado da África ao Peru. (HOBSBAWM, 1995, p. 357).

A historiadora Carla Bassanezi (2006, p. 608) conta as consequências sociais daquelas mudanças que “conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e

---

<sup>11</sup> Dados do IBGE, apresentados por Rodrigues (1992, p. 31).

profissionais para homens e mulheres. Democracia e participação eram ideias fortalecidas nos discursos políticos. Em geral, ampliaram-se aos brasileiros as possibilidades de acesso à informação, lazer e consumo”.

Contudo, “os anos 1950 foram uma década de rápido crescimento urbano, com a concentração do que havia de melhor da modernização urbana em poucas cidades, devido a um crescimento desigual no país, já que as capitais dos estados atraíam a maior parte da migração”. (SILVA, 1997, p. 84, tradução nossa). Rio de Janeiro e São Paulo tornam-se metrópoles com mais de três milhões de habitantes, recebendo migrantes de todo o país, sobretudo nortistas e nordestinos – vítimas da seca e falta de oportunidades –, aos quais se junta a já presente população de origem africana – com sua baixa qualificação herdada do processo pós-abolição. Esses grupos acabaram por formar a maioria da população pobre que se concentra nas favelas e periferias das grandes cidades, sem que pudessem ter atendidas suas necessidades básicas, como saúde, educação, moradia, trabalho e transporte (VELHO, 2000).

Já em Minas Gerais, a capital “era nesta época o exemplo de cidade planejada e começava a tomar ares de metrópole a partir da união com cidades industriais vizinhas, formando a Grande Belo Horizonte”, tendo sua população praticamente dobrado ao longo da década (RODRIGUES, 1992, p. 32). Por outro lado, no interior - particularmente na cidade de Patos de Minas, local de pesquisa desta dissertação –, durante os anos 1950 viu-se um segundo ciclo de desenvolvimento e crescimento populacional, não decorrente da industrialização, mas do avanço da agricultura.

A dicotomia presente no processo de crescimento das cidades (capitais e polos industriais X cidades agrícolas do interior) pode também ser percebida na modernização da sociedade. Segundo Silva (1997, p. 49), a classe média brasileira hesitava entre assimilar o estilo de vida americano e resistir a assumir valores morais estrangeiros, o que se refletia no desejo de sofisticação da produção cultural inspirada na americana e europeia, por parte de intelectuais, e na defesa pela maioria da manutenção das raízes populares da cultura nacional.

Se as cidades do interior tendiam à manutenção da tradição e do conceito de desenvolvimento e riqueza vinculados à produção agrícola, mas a sociedade queria estar alinhada às novas concepções de desenvolvimento e modernidade, talvez possamos considerar os concursos de beleza, misses e rainhas (filantrópicos, promovidos pela igreja, pelas

entidades patronais rurais e senhoras da elite) uma manifestação cultural que faça a transposição da ânsia nacional para o contexto local.

Uma das mais importantes estratégias dos Estados Unidos para vender a fantasia de seu estilo de vida atingindo todo o território brasileiro foi o apoio para a modernização da indústria gráfica. Rodrigues (1992) afirma que a acelerada vida moderna acabou por exigir adaptação do jornal para uma forma mais dinâmica de veiculação da notícia e da propaganda, o que foi conseguido com pessoal formado pelos cursos de graduação do final da década de 1940 e suas novas técnicas de jornalismo americano, substituindo a tradição francesa presente na imprensa brasileira desde o século XIX. Publicações como Última Hora e Tribuna da Imprensa sustentavam o embate entre aqueles que defendiam a manutenção dos valores tradicionais, os ditos “nacionalistas”, e os que simpatizavam com os ideais modernos americanos, os chamados “entreguistas”<sup>12</sup>.

Contudo, mesmo que tenham se tornado cada vez mais presentes no cotidiano urbano, os jornais ainda tinham circulação limitada, não alcançando todo o território brasileiro. Por outro lado, dois veículos de informação semanais tinham alcance nacional: a revista Manchete, lançada em 1952 e a revista O Cruzeiro, criada em 1928. Essa última foi a revista mais importante do período de nosso estudo, pois chegava a uma tiragem semanal de 550 mil exemplares, mantendo a posição de liderança até os anos 1960, quando aconteceu a falência do grupo que a publicava.

A importância de O Cruzeiro para a compreensão do fenômeno do consumo nos anos 1950 é evidenciada por Silva (1997, p. 45, tradução nossa), ao afirmar que, enquanto existiu, a publicação chegou a “criar fatos” como estratégia para o “lançamento de cruzadas morais, cívicas e culturais” para seduzir consumidores dos produtos que a patrocinava. Além disso, era classificada como uma revista para toda a família, devido à grande variedade de assuntos que abordava, desde política estrangeira até temas específicos em colunas direcionadas às mulheres. As nossas entrevistadas eram leitoras assíduas da publicação. A edição de 25 de dezembro de 1965 trazia a reportagem “Festa do Milho tem beleza em flor”, falando sobre a festa patense, e ilustrando a matéria com fotografias coloridas das moças participantes do concurso e, em uma página inteira, mostrava o carro alegórico da Rainha de 1964 – Silésia de Sousa Maia.

---

<sup>12</sup> De acordo com Silva (1997, p.53), o termo “entreguista” já era usado desde o governo Getúlio Vargas, para se referir à parcela da população (políticos, empresários e classe média) que se supunha colocar os interesses dos Estados Unidos à frente dos interesses brasileiros

Além das seções nos semanários, as mulheres passaram a contar com revistas a elas integralmente dedicadas. Criada em 1952, *Capricho* – “a revista para a mulher moderna” – trazia em cada número o que se tornou um sucesso logo copiado por outras publicações: a fotonovela. Nas entrevistas realizadas por nossa pesquisa, Gogoia e Cecília contam que adoravam acompanhar essas seções de *Capricho* e que delas extraíam recortes para a confecção de álbuns de fotografias de seus ídolos. Outros assuntos abordados pela revista eram moda, culinária, contos românticos e cartas de leitoras. Silva (1997) assevera que, a partir de 1959, a imprensa feminina muda o discurso sentimental para o aconselhamento doméstico, como uma forma de promover a “dona de casa consumidora moderna”, seguindo uma tendência internacional.

Segundo Hobsbawm (1995), revistas especializadas em cinema e rádio - as quais tinham as moças como principais leitoras - eram extremamente populares, transmitiam o ideal de modernidade da época e apresentavam os ídolos da nova juventude, os quais promoveram o que chamou de “uma revolução cultural” paralela ao processo de modernização. As quatro entrevistadas, que em sua mocidade tinham condições socioeconômicas distintas, citaram o hábito de leitura e coleção de recortes dos ídolos que aquelas revistas divulgavam. De acordo com esse historiador inglês, mesmo as moças de classes sociais mais altas passaram a admirar artistas de origem popular, diferentemente do que acontecia na geração anterior.

Os anos 1950 viram rugir, junto ao processo de modernização da sociedade, uma revolução cultural, cuja matriz foi o surgimento da cultura jovem que, num sentido amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. [...] A clássica indústria cinematográfica de Hollywood era, acima de tudo respeitável; seu ideal social era o da versão americana dos “sólidos valores da família”; sua ideologia, a da retórica patriota. [...] A novidade da década de 1950 foi que os jovens das classes alta e média, pelo menos no mundo anglo-saxônico, que cada vez mais dava a tônica global, começaram a aceitar a música, as roupas e até a linguagem das classes baixas urbanas, ou o que tomavam por tais, como seu modelo. (HOBSBAWM, 1995, p. 323-325).

Nos anos dourados a TV era ainda incipiente; nenhuma das entrevistadas afirmou ter o aparelho em casa antes de se casar. A partir da década de 1940 companhias cinematográficas foram criadas no Brasil com o intuito de fazer com que o país entrasse na indústria do cinema na condição de produtor, de forma a oferecer conteúdo nacional para o imenso público disponível, já que, conforme Rodrigues (1992, p. 39), “em 1950 passaram pelas quase 2,5 mil salas de exibição brasileiras cerca de 181 milhões de espectadores”.

Em 1949 a Vera Cruz foi fundada em São Bernardo do Campo (SP) por Franco Zampari e Francisco Matarazzo Sobrinho, empreendedores culturais da época, contratando técnicos estrangeiros, cineastas e diretores de teatro experientes, num espaço superior a 100 mil metros quadrados, objetivando produzir filmes de alto nível técnico e artístico. De acordo com Aguiar (2011, p. 76), de forma contrária à Atlântida, campeã das populares chanchadas, a Vera Cruz “intentava realizar ‘filmes sérios’, que explorassem temáticas da pequena burguesia paulista e dos dramas sociais do país”. Após produção e coprodução de mais de quarenta longas-metragens - alguns deles alcançando até o prestígio internacional, como O Cangaceiro (1952-1953) premiado em Cannes -, a concorrência estrangeira e problemas de distribuição levam a companhia ao declínio, fazendo com que encerrasse suas atividades em 1954.

Tônia Carrero (1922 - ), maior estrela da Vera Cruz, foi mencionada nas entrevistas de Cecília e Gogoia, que se referiram à atriz como “uma deusa cuja beleza queria copiar” e “uma atriz tão bela quanto as que a gente via nos filmes de Hollywood”. Na foto de Cecília com pose em perfil, com o olhar fixo em um ponto à direita, nos cabelos ondulados e sobrancelhas delineadas, pode-se constatar a aspiração a esse modelo de beleza.



Figura 5 - Tônia Carrero  
Fonte: arquivo Folha Ilustrada



Figura 6 - Cecília Fonseca  
Fonte: arquivo pessoal

O cinema era tão expressivo no imaginário daquelas moças, que outra fala de Cecília reflete tal importância: “nos meus sonhos de moça, me dividia entre ser uma estrela em

Hollywood, como Hedy Lamarr<sup>13</sup>, ou uma bailarina em Paris, como Josephine Baker<sup>14</sup>”. É curioso observar que essa entrevistada se identificava com ídolos femininos de personalidade forte e independente, ao passo que Gogoia apresenta inclinação para o ideal dominante das moças naquele período: “sonhava em ser uma princesa como Sissi<sup>15</sup> ou Ira de Fürstemberg<sup>16</sup>”. Essas duas visões já nos permitem perceber que o discurso comportamental para moças dos anos dourados podia ser dominante, mas não as regia universalmente.

O próprio cinema brasileiro apresentava uma variabilidade de tipos de papéis sociais com personagens de filmes produzidos por outra companhia produtora cinematográfica. Diferentemente da obra da Vera Cruz, segundo o doutor em Sociologia Ronaldo Conde Aguiar (2011), as chanchadas produzidas pela Atlântida (fundada em 1941) lutaram contra os musicais americanos, estabelecendo sintonia com seu público que, aos milhões, lotavam os cinemas para reverenciarem seus ídolos. Aguiar (2011, p.62) afirma que o povo “se identificava com as chanchadas, pois, utilizando a comicidade, a paródia e, muitas vezes, o deboche, elas feriam na carne as mazelas maiores e menores da sociedade brasileira”. Por meio da fórmula que reunia o mocinho, a namoradinha, o bandido, uma dupla cômica, uma “feia” que se apaixonava pelos cômicos, musicais e brigas, as chanchadas “faziam, a seu modo, um painel do cotidiano, que afetava duramente a população, principalmente os mais

---

<sup>13</sup> Hedy Lamarr (1914-2000) foi uma atriz austríaca que, de acordo com Aguiar (2011), começou sua carreira de forma polêmica, no filme *Êxtase* (1933), contrariando seu marido que, por ciúmes, prendeu-a em casa, da qual fugiu subornando a criadagem. Já nos Estados Unidos filmou *Sansão e Dalila* (1949), filme que a tornou famosa no mundo todo e fez com que entrasse para o imaginário dos anos 1950 como uma “mulher fatal”.

<sup>14</sup> Josephine Baker (1906-1975) foi, segundo o Bio (2015), uma cantora e dançarina americana que, após uma infância pobre em que trabalhava como faxineira e babá, aprende a dançar e conquista sucesso na Broadway, mudando-se para Paris nos anos 1920 e tornando-se uma das artistas mais bem pagas da Europa. Além de se apresentar em espetáculos, Baker também estrelou musicais como *Zouzou* (1934) e *Moulin Rouge* (1941).

<sup>15</sup> Elisabeth von Habsburg (1837-1898) - apelidada de Sissi - conforme informa o Deutsche Welle (2015), tornou-se imperatriz da Áustria-Hungria ao casar-se com o imperador Franz Joseph I. Odiava a vida na corte, o que a levou ao vício em dietas, viagens e cuidados com a beleza. Com o suicídio do filho, reclusa, fazendo com que nasça o mito de sua beleza misteriosa e inacessível. Durante a juventude retratou e documentou ao máximo sua beleza em retratos, na velhice escondia-se por trás de véus e leques. Não permitiu que fosse pintada após os trinta anos e conseguiu se eternizar na memória popular como eternamente jovem.

<sup>16</sup> Virginia Carolina Teresa zu Fürstemberg (Roma, 1940), conhecida como Ira de Fürstemberg, filha do príncipe Tassillo von Fürstemberg e da herdeira da FIAT, casou-se em Veneza em 1955 com o príncipe Alfonso Hohenlohe, em uma cerimônia de três dias, amplamente coberta por revistas de todo o mundo, o que deu início ao fenômeno do jet-set internacional. No início dos anos 1960 Ira se separa de Alfonso para casar-se com o empresário brasileiro Baby Pignatari. O casamento durou pouco tempo e, a partir de então, inicia sua carreira bem-sucedida de atriz na Europa e nos Estados Unidos. Nos dias atuais dedica-se ao design de joias.

pobres. Através das chanchadas, o povo ria de sua própria desgraça, o que, talvez, fosse uma maneira de aliviar ou escarnecer o sofrimento do dia a dia”.

Fosse para assistir a filmes da Atlântida, da Vera Cruz, europeus ou hollywoodianos, nos anos 1950, ir ao cinema era uma das principais atividades de lazer, tanto nas grandes capitais, quanto nas cidades do interior. Em São Paulo, as Avenidas Ipiranga e São João tinham suas calçadas tomadas pelas enormes filas de espectadores que frequentavam cines famosos como o Ritz, o Metro, o Olido ou o Marabá. No Rio de Janeiro, a Cinelândia abrigava tradicionais cinemas como o Odeon, o Pathé e o Rivoli, mas a partir da década de 1970, aquelas regiões sofreram degradação e novas salas foram abertas nos shopping centers, levando os cinemas de rua à decadência.

A cidade de Patos de Minas dispunha de três cinemas na década de 1950, mas dois deles foram destacados na narrativa das quatro entrevistadas, por se localizarem nas duas principais avenidas da cidade (locais de maior circulação e encontro), terem funcionamento diário e serem os eleitos pela maioria dos jovens: o Cine Tupan, fundado em 1940, com capacidade de 700 lugares, média de 704 sessões e 183 mil espectadores anuais; e o Cine Olyntha, fundado em 1947, com 550 lugares, média de 476 sessões e 64 mil espectadores anuais<sup>17</sup>. Cecília conta que era usual entre as moças guardar um lugar levantando a poltrona ao lado, para caso algum rapaz em quem estivessem interessadas aparecesse e pudesse se sentar.

Apresentada a importância do cinema para o contexto estudado, não se pode deixar de voltar a falar de O Cruzeiro. Por meio de reportagens sobre a indústria cinematográfica e a publicidade, a revista se preocupava em construir um referencial pautado na modernidade da classe média norte-americana, defendendo o desenvolvimento e a necessidade de superação do atraso da sociedade brasileira. De acordo com a doutora em História Marlise Meyerer (2010), mesmo que estivesse passando por crises econômicas conjunturais, o país se encontrava em uma fase intermediária de transformações que levaria a uma estrutura capitalista desenvolvida, o que era consenso entre os setores políticos, empresariais, intelectuais e esse processo deveria ser evidenciado pelo veículo de comunicação de maior circulação.

---

<sup>17</sup> Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

Conforme já mostrado, o que se diz como popular passou a ser mais assimilado pela sociedade em geral, através da interpenetração cultural criada e intensificada pelos meios de comunicação, em um processo do qual aquela revista fazia parte. A intenção de O Cruzeiro era associar elementos culturais populares nacionais a um padrão internacional (norte-americano) para disciplinar culturalmente o gosto da camada média brasileira, correspondendo ao novo panorama político-econômico do país (MEYRER, 2011). Na mescla de elementos de padrões brasileiros e americanos, tidos naquele momento como “populares e eruditos”, a revista buscava atualizar o discurso sobre “o nacional” constituindo um “projeto civilizatório”.

Há que se deixar claro que havia o consenso entre a necessidade de novos padrões culturais nacionais que fossem alinhados ao processo de desenvolvimento, mas a maneira como isso deveria ocorrer não era compartilhada por toda a elite nacional. A doutora em Sociologia Maria Arminda Arruda (1997) dá conta de que parte dela, especialmente a elite paulista, defendia um projeto de cultura sofisticado que fosse mais condizente com a produção cultural “superior” de países desenvolvidos, já que se acreditava que o Brasil se encontrava no caminho do desenvolvimento. Assim, para aquela camada da sociedade, o modelo que deveria ser seguido era o de uma articulação entre distintas áreas de expressões artísticas, o que levou à criação do Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo.

Além da divulgação de um modelo cultural nacional, O Cruzeiro agia também na difusão de comportamentos, estilos de vida, conduta moral e social ditos “civilizados”. Meyrer (2011, p. 2163) conta que “uma das estratégias utilizadas foi a constante construção e afirmação de determinados modelos de conduta destacados através dos personagens que circulavam em suas páginas”. Fazem parte dessa ação as reportagens dos concursos de misses que não se restringiam a relatar os concursos e ilustrá-los com fotografias, mas também dedicavam inúmeras páginas a ressaltar as virtudes não apenas físicas das participantes, mas principalmente morais, como ideal comportamental da mulher brasileira, exemplo dos valores de um país em vias de desenvolvimento.

O esforço de construção de uma identidade nacional integradora, do qual aquela revista fazia parte, acabava por evidenciar a diversidade de realidades sociais e culturais de um país tão vasto quanto o Brasil. No intuito de compreender possíveis dissonâncias de discursos e práticas, os próximos capítulos se dedicarão a verificar como se deu a socialização de moças dos “anos dourados”. Antes, porém, conheçamos um pouco do local onde foi

realizada a pesquisa do fato social estudado, onde nasceram e viveram nossas personagens: a cidade de Patos de Minas.

### **2.3 A terra da Rainha do Milho - Patos de Minas ontem e hoje**

Localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a microrregião de Patos de Minas reúne 10 municípios, sendo Patos de Minas o mais populoso (IBGE, 2014), com área total de 3.182 quilômetros quadrados. A cidade é o distrito-sede e fica a uma altitude de 826 metros e tem clima tropical de altitude, com média compensada de 22° C. As rodovias que cruzam o município ligam o norte de Minas ao norte de São Paulo e a capital estadual à capital federal.

A origem da população na região onde se constituiu a cidade de Patos de Minas aconteceu com a chegada de bandeirantes às Zonas do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Paracatu, com a finalidade de capturar índios da tribo Cataguá nas terras situadas entre os Rios Grande, Paranaíba e Paracatu. De acordo com Oliveira Mello (1978), várias Bandeiras passaram por ali durante os séculos XVII e XVIII vindas de São Paulo e do Nordeste, mas, como não havia ouro na região, seguiam rumo a Goiás abrindo picadas ao longo do caminho e estabelecendo sesmarias para o suporte de tropas e de viajantes.

Na picada que partia do Rio das Mortes, passando por Bambuí e chegando até Paracatu – a Picada dos Aragões – foram concedidas as sesmarias que deram origem às cidades de Rio Paranaíba, Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Patos de Minas, as quais se encontravam a distâncias de 4 a 5 léguas, que eram o espaçamento convencional entre os ranchos das tropas naquela época. Antes desses povos, podiam-se encontrar também alguns quilombos que abrigavam escravos fugidos das minas de Paracatu e Goiás, mas que se dispersaram com o início do povoamento, em meados do século XVIII, quando a propriedade do território foi requerida oficialmente pelo capitão Afonso Dias Pereira e doada por Dom José Luís de Meneses, Conde de Valadares e governador de Minas Gerais, como indica o trecho do título de posse<sup>18</sup>: Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo o respeito a me representar por sua petição Afonso Manoel Pereira, homem viandante do caminho do Rio de Janeiro, que no sertão das margens do rio chamado Paranaíba se acham terras de campos e matos devolutos, de parte desta capitania, servindo somente de asilo aos negros fugidos dos moradores

---

<sup>18</sup> Disponível na Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/99163>

do Paracatu e Goiás, de onde sai contínuos assaltos, os não sucederia se estas se achassem povoadas. (MELLO, 1978, p. 22).

Naquelas terras havia um ajuntamento denominado “Os Patos”, onde uma capela foi erguida em devoção a Santo Antônio de Lisboa, o que acabou por atrair mais moradores ao longo do século XIX, intensificando o comércio, e transformando o povoado em arraial, e posteriormente em Vila de Santo Antônio dos Patos da Beira do Rio Paranaíba.

A elevação da categoria de arraial a Vila proporcionou desenvolvimento gerado pelo trabalho das primeiras famílias daquele local, as quais detinham maior representatividade política e econômica, como os Caixetas, os Macieis, os Borges, os Queiroz, os Vaz de Melo, os Pereira da Fonseca, os Fonseca, os Guimarães, os Nunes, etc. Além do empenho daquelas famílias, o município de Patos de Minas deve sua formação aos esforços do vereador Joaquim José de Santana (que facilitou o desmembramento do distrito da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio), à lei provincial 1.291 de 30 de outubro de 1866 (que oficializou a autonomia da nova unidade política) e à ação do Desembargador Frederico Álvares da Silva Campos junto ao Governo da Província de Minas Gerais. A efetivação da elevação se deu pela criação da cadeia pública e da câmara municipal, determinada pelo Presidente da Província, e após dez anos foi conseguida a categoria de Comarca, o que atraiu “muitas outras famílias de fora [...] à busca do trabalho na rica terra de Patos de Minas, [...] fazendo-a sua terra natal, por ela trabalhando com o mesmo ardor e entusiasmo de filhos adotivos”. (MELLO, 1978, p. 34-36).

A origem do nome, além do santo padroeiro, também se deve à presença de muitos patos selvagens nas inúmeras lagoas que margeavam o rio. Em 1892, na ocasião da lei que elevou as vilas sedes de comarcas à categoria de cidades, foram propostos ao Deputado à Assembleia Olegário Maciel<sup>19</sup> os nomes de Palmira, Araguari e Amambaí – todos rejeitados

---

<sup>19</sup> O Arquivo Público Mineiro (APM, 2015) informa que “Olegário Dias Maciel nasceu bem Bom Despacho (MG) no dia 6 de outubro de 1855 e faleceu em Belo Horizonte, a 5 de setembro de 1933. Fez o curso de Humanidades, no Colégio do Caraça (MG) e diplomou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1878. Iniciou a carreira política ainda no Império, ao se eleger deputado provincial no período de 1880 a 1883. Em Patos de Minas, foi agente executivo municipal. Em 1888, foi nomeado engenheiro superintendente da Companhia Belga da Estrada de Ferro Pitangui-Patos. Voltou à política como deputado estadual para a legislatura de 1891 a 1895 e, em seguida, foi deputado federal (1894-1911). No período presidencial de Venceslau Brás ocupou os cargos de consultor técnico do Ministério da Viação e de inspetor-geral dos serviços de vias férreas. Em 1922, por indicação do partido republicano mineiro, exerceu o cargo de vice-presidente do Estado de Minas Gerais. Entre 1924 e 1930 foi senador estadual. Quando ocupava o cargo de senador federal foi escolhido, em 1930, candidato de conciliação do partido republicano mineiro à presidência do Estado de Minas Gerais. Suspensa a ordem constitucional, em 1930, e criado o governo provisório da república, continuou à frente do executivo mineiro até falecer em 1933”.

pela vontade popular – e decidiu-se pela simplificação do nome da Vila de Santo Antônio de Patos para simplesmente Patos. Contudo, em 1943, o Conselho Nacional de Geografia, delibera a revisão dos nomes das cidades e vilas, determinando a alteração das duplicidades, com o estabelecimento do direito das mais antigas. Como já havia a cidade de Patos no estado da Paraíba, o Decreto 1.058, de 31 de dezembro de 1943, mudou o nome da cidade mineira para Guaratinga, o que gerou protesto da população. Assim, o prefeito Clarimundo José da Fonseca Sobrinho e o coronel Osório Dias Maciel intercederam junto ao governador Benedito Valadares, que conseguiu autorização do Governo Federal para a restituição do nome anterior firmando-se Patos de Minas, em 3 de julho de 1945.

Conhecida hoje como “a capital nacional do milho”, ao contrário do que se pode pensar, a primeira cultura de destaque de Patos de Minas não foi o esse cereal, mas sim o trigo. O trigo era plantado na região desde meados do século XIX e teve sua produção intensificada durante a Segunda Guerra Mundial, quando a cidade ficou conhecida como “Terra do Trigo e do Diamante”. Naquela época foi fundada na cidade a Companhia Moinhos Minas Gerais, com o primeiro moinho de trigo do estado, além do Posto de Multiplicação de Sementes de Trigo, criado pelo Ministério da Agricultura<sup>20</sup>.

Em 1945, com o final da guerra, o preço internacional da commodity despencou, o incentivo estatal acabou e o plantio se tornou inviável. As terras onde era cultivado foram cedidas a colonos italianos que não detinham o know-how para levar adiante a produção, o que acarretou no fim o ciclo do cereal e levou à diversificação das culturas. Mello (1978) conta que o solo da região de Mata da Corda, que abrange grande parte do município, é altamente fértil devido ao cinerito (um tipo de cinza vulcânica), o que privilegiou a agricultura, tornando-a uma das atividades econômicas mais tradicionais e significativas do município, e o milho sua cultura mais emblemática a partir da década de 1950.

Antônio Secundino de São José, natural de Presidente Olegário - município vizinho de Patos de Minas -, formou-se em agronomia no ano de 1931 pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária – hoje Universidade Federal de Viçosa –, onde passou a ser professor a partir de 1933, e iniciou nos Estados Unidos suas pesquisas com sementes

---

<sup>20</sup> Segundo Mello (1978, p. 70), o primeiro moinho de trigo de Minas Gerais teve início de funcionamento em Patos de Minas em 26 de fevereiro de 1938. O Dr Moacir Viana de Moraes, cientista que criou a variação de trigo chamada “Kenia 155” – a semente considerada na época a mais resistente à ferrugem – e sementes de centeio de cor branca, foi quem incentivou o plantio de trigo em grande escala no município.

híbridas de milho<sup>21</sup>. Em 1945 criou a Agrocerec Ltda com o propósito de desenvolver as sementes, pretendendo espalhar a cultura do milho por todo o país, e encontrou nas terras férteis de Patos de Minas o solo perfeito para alcançar o sucesso almejado. Segundo o jornalista Max Melo (2011), para que conseguisse convencer os produtores a investir em novas linhagens do cereal, o agrônomo saía de fazenda em fazenda distribuindo sacos de um quilo da semente, condicionando o pagamento à excelência de safra que prometia. Dessa forma, Secundino conseguiu as bases para promover a produção do milho em larga escala no Brasil, o que acabou por atrair fábricas e empresas comerciais para a cidade, resultando em um surto migratório para o município de Patos na década de 1950.

---

<sup>21</sup> De acordo com Pacheco (2006, p. 73-76), “Antônio, aos 17 anos, foi [...] visitar o padre Álvaro, ex-pároco de Patos de Minas e grande amigo da família, que havia sido transferido para Viçosa. [...] Em Viçosa, nesse ano, abria-se a primeira turma da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, a ESAV, obra maior de Arthur Bernardes. Antônio foi com o padre Álvaro visitar a escola, e foi amor à primeira vista, que durou a vida toda. Antônio decidiu ficar e ser agrônomo [...]. Foi então convidado a trabalhar na organização do Instituto Agrícola de Maruípe, em Vitória, Espírito Santo, onde permaneceu até janeiro de 1933, quando foi convidado pelo Dr. Bello Lisboa para ser professor assistente do Departamento de Agronomia da ESAV. Em 1937, foi promovido a Chefe do Departamento de Genética, Experimentação e Biometria da ESAV e, nesse mesmo ano, com a ajuda do geneticista norte-americano, então diretor da escola, Dr. John B. Griffing, conseguiu uma bolsa para um período de treinamento, de seis semanas, em Stoneville Experiment Station, no Mississipi, e um curso de pós-graduação na Faculdade do Estado de Iowa [...]. De volta ao Brasil, em 1938, Secundino organizou o Departamento de Genética Vegetal e escolheu como assistente Gladstone Drummond, que acabara de se formar, e com quem formou uma dupla de trabalho e amizade que duraria a vida toda. Secundino trouxera consigo, dos EUA, uma coleção de linhagens e cruzamentos do Corn Belt [...]. Da variedade Tuxpan Yellow Dent surgiram várias linhagens, que, com outras, derivadas das variedades nacionais – ‘Catete’, ‘Xavier’, ‘Amarelão’ – e outras, permitiram a composição dos primeiros híbridos comerciais do Brasil [...]. Em 1942, foi contratado como assessor técnico da Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, ligada ao Ministério da Agricultura brasileiro e à organização americana General Mills, que se dedicava ao esforço de guerra [...]. Em 19 de setembro de 1945, juntamente com Dr. Dee William Jackson, John Ware, Gladstone Drummond e Adylio Vitarelli, criou uma companhia dedicada a experiências com milho híbrido: ‘Agrocerec Ltda.’ Compraram uma pequena fazenda, de 65 hectares, em Goianá, no município de Rio Novo, MG [...]. Foi nesse momento que uma subsidiária da Fundação Internacional de Economia Básica – IBEC, empresa financiadora de projetos de desenvolvimento e conglomerado de administração, organizada pelo milionário americano Nelson Rockefeller, assinou contrato com Secundino para a produção de sementes híbridas. Em 1947, aceitou o cargo de diretor da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, a sua ESAV, onde permaneceu até 1951 [...]. Foi membro vitalício da Associação dos Ex-Alunos desde 1935, quando ela foi criada. Presidiu-a de 1935 a 1938, de 1956 a 1958 e de 1968 até o fim de sua vida, e só motivos gravíssimos o impediam de estar em Viçosa em 15 de dezembro. No mesmo ano de 1951, a Agrocerec e a IBEC fundiram-se, gerando a Sementes Agrocerec S/A, em que a sócia americana detinha a participação majoritária, mas a orientação e as operações continuavam inteiramente nas mãos de Secundino e de sua equipe. Esse acordo manteve a Agrocerec no mesmo rumo anterior, mas com o capital necessário para expandir. Unidades foram construídas no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. [...] Secundino tinha uma frase toda especial, como querendo expressar o seu último desejo: ‘Gostaria de ter em minha sepultura um pé de milho’. Um seu amigo especial, quase um filho, fez sua homenagem final. Em cima de inúmeras coroas de flores, em seu túmulo, colocou três lindas e perfeitas espigas de milho. Com certeza, Secundino não desejaria homenagem maior”.

Em decorrência do desenvolvimento da região ao longo do século XX, a população total do município, de acordo com o IBGE (2014), na atualidade, contando zona rural e urbana, é composta de 138.836 habitantes. A taxa de urbanização apresentou, nas últimas duas décadas, um crescimento de 8,45%, passando de 84,90% em 1991, para 89,87% em 2000, chegando aos 92,08% em 2010.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (ADHB, 2015), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Patos de Minas era de 0,765 em 2010, situando-o na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,855, seguida de renda, com índice de 0,749, e de educação, com índice de 0,698. No ranking nacional, a cidade situa-se na 289ª posição dentre os 5.565 municípios do Brasil e a 20ª dentre os 853 municípios de Minas Gerais, colocando o IDHM de Patos de Minas entre os 5,18% melhores do país, e os 2,23% melhores do estado.

Segundo dados do IBGE (2014), com um crescimento médio de 10,9% ao ano entre 2002 e 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) de Patos de Minas está entre os 25 maiores de Minas Gerais. Do PIB de R\$ 2.495.732.000 aferido no ano de 2012, a maior parte proveio do setor de serviços, a principal atividade econômica do município. Naquele ano, o PIB per capita girou em torno de R\$17.706,50 por habitante.

Um espelho do desenvolvimento econômico da cidade é o projeto de urbanização, que durante os anos dourados se intensificou: mais de 110 mil metros quadrados de ruas foram asfaltados, as praças foram ajardinadas, avenidas e calçadas de ruas arborizadas. Gogoia recorda-se das condições das vias antes das medidas de urbanização: “quando *mocinha*, tinha ‘*uma meia dúzia*’ de ruas no centro em que podíamos passear aos domingos sem deixar vermelhos nossos sapatos brancos”.

Cecília, ao descrever sua residência em meados da década de 1950, dá-nos a possibilidade de imaginar como era o fornecimento dos serviços de saneamento e iluminação da cidade: “lá em casa, como em toda casa de pobre, o sanitário era uma casinha do lado de fora, com uma fossa. À noite a gente tinha de levar uma lamparina, porque quando casei ainda não tinha luz em todas as casas da rua”. Naquela época, segundo Mello (1978), vários poços artesianos foram perfurados e a rede-mestra de esgoto construída. Em 1961 a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) instala-se na cidade, resolvendo de vez o problema de iluminação e, em 1964 a Eletrificação Rural de Minas Gerais (ERMIG) começa a

levar energia elétrica para o campo.

Hoje, praticamente todas as ruas da cidade (99%) são asfaltadas e possuem iluminação pública e quase todos os habitantes (96,53%) recebem água tratada. A COPASA (companhia de abastecimento e saneamento da cidade) teve seu sistema premiado por duas vezes (1999 e 2002) pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), recebendo o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento. Cerca de 98% da população recebe em suas residências a coleta de esgoto e, atualmente, está em construção uma estação de tratamento para que os dejetos não sejam destinados ao rio Paranaíba, o qual delimita a fronteira do Triângulo Mineiro com o estado de Goiás e encontra o rio Grande para formar o rio Paraná. A energia elétrica chega a 99,86% dos domicílios (incluindo os da zona rural) e na cidade a coleta de lixo alcança 99,65% das residências (PMPM, 2015).

O acesso à cidade na atualidade é relativamente fácil, já que há quatro rodovias federais e uma estadual que cruzam a região e, por isso, inúmeras linhas de transporte rodoviário têm partidas para cidades do sudeste, nordeste e centro-oeste do país. Data de 1954 a inauguração do primeiro terminal de ônibus de Patos de Minas e, naquela época, apenas uma linha servia o município. Até recentemente uma companhia aérea disponibilizava dois voos semanais (suspensos no momento em que esta dissertação é escrita) entre o aeroporto municipal e aeroporto internacional de Viracopos, em Campinas.

Em relação aos veículos de informação e comunicação, Patos tem hoje uma emissora de TV, cinco rádios FM e uma AM, nove portais de notícias e apenas um jornal semanal, situação bem distinta daquela do período estudado, quando havia os jornais: O Idealista (1953); O Correio de Patos (1955); Jornal dos Municípios (1956); Folha Diocesana (1956), além de vários outros fundados em décadas anteriores. Apesar de a primeira linha de telefone da cidade ter sido instalada em 1915, foi só em 1954 que os primeiros 500 aparelhos definitivos foram disponibilizados na cidade para quem quisesse adquirir (MELLO, 1987).

A Rádio Clube de Patos, pioneira em radiodifusão na região, inaugurada em 1940, promovia, no fim daquela década e início da seguinte, programas de auditório com concursos para crianças, jovens e adultos. Pode-se perceber a importância daqueles eventos na fala de duas entrevistadas: Cecília afirma ter participado de uma competição: “eu recontava as histórias que ouvia das mocinhas que trabalhavam na casa em que eu morava, e um dia ganhei um presente que, pra mim, parecia um tesouro: um lindo estojo de madeira cheio de *lápiz de cor!*”; Silésia disse que “por ter sido sempre desinibida e participar ativamente da

vida social e cultural da cidade”, uma vez ganhou o título de “Rainha do Domingo na Rádio”. O significado social daqueles eventos perpetuaram-se no imaginário da cidade, pois até hoje, quando alguém é visto bem vestido em uma situação corriqueira, há quem faça a pergunta: “está indo cantar na Rádio?”

O homem é um ser social. Ele tem necessidade do convívio com os seus semelhantes. Como exemplo de uma boa sociedade vamos encontrar clubes organizados e bem frequentados. Neles o homem se diverte, faz amizades, vive alegre, bate papos agradáveis com pessoas de seu meio, neles se realizam as festas, as danças e a mocidade também se encontra e esbanja alegria e juventude. (MELLO, 1987, p. 110).

A fala de Oliveira Mello representa a importância atribuída em Patos de Minas à vida social, a “clubes organizados e bem frequentados”, a estar entre “pessoas de seu meio”, enfim, à “boa sociedade”. As quatro entrevistadas citaram as “horas dançantes” da Sociedade Recreativa Patense como os principais eventos da juventude que aconteciam com mais frequência, eram mais populares e para os quais sempre se confeccionavam vestidos novos. Martha recorda-se de frequentá-los “em uma turma grande de primas, irmãs e vizinhas”. Cecília afirma que “não gostava muito daquelas festas, pois as pessoas não eram bem selecionadas, então preferia entrar escondida com as amigas ricas no Patos Social Clube”. Gogoia conta que “os bailes do Social pediam os vestidos mais elegantes, pois lá se *apresentavam lindas orquestras*” e lembra-se também de que, quando concorreu a Rainha do Milho, seu pai, o então presidente do Caiçaras Country Clube, premiou a eleita com uma cota titular, o que era “um prêmio cujo valor maior era o de poder estar entre a sociedade”. O Rotary Clube de Patos de Minas é citado por Silésia em sua entrevista, mas voltaremos a esse assunto no capítulo 4.

Pode-se perceber no parágrafo anterior que a “sociedade” a que se referem é, na verdade, o meio social da elite e seus aspirantes, noção herdada desde a fundação da cidade. No final do século XIX, a família Dias Maciel, vencedora das disputas entre famílias pelo poder político, leva adiante o processo de constituição de Patos de Minas, norteadas pela noção de civilização da Monarquia, cujos valores estavam relacionados ao peso da tradição e da nobreza, e não pela noção de progresso material industrial defendido pelos republicanos. Assim, encontrando em Paris o ícone máximo do que era uma cidade civilizada oitocentista, ao invés de construírem uma rede de transporte como a estrada férrea (o que possibilitaria receber migrantes que talvez oferecessem um desarranjo do poder local) primaram por concretizar o ideal de civilização nas bases da educação, do saneamento, da higiene e saúde, água potável e estética do povoamento (SILVA, 2013).

Além de possuírem títulos nobiliárquicos, os Macieis tinham formação intelectual que os diferenciavam até mesmo da camada dominante da região, e podem ter sido esses os fatores preponderantes que contribuíram para delinear o projeto do tipo de cidade que visualizavam. A pesquisadora em História Social Rosa Maria da Silva (2013) liga a família Dias Maciel à tradição imperial brasileira, o que lhes conferiria pertença de classe, por constituírem-se um clã e esse fechamento em torno dos núcleos familiares detentores do poder, resultou na formação da cidade. Assim, “por décadas, Patos foi uma cidade ‘ensimesmada’, circunscrita não apenas a limites geográficos rígidos, como, sobretudo, a limites sociais muito bem demarcados”. (SILVA, 2013, p. 431).



Figura 7 - Av. da Liberdade, "Champ's Élisées" patense - anos 1930  
Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho

Segundo Silva (2013, p. 433), a cidade teve um traçado urbano planejado, tal qual os Macieis haviam idealizado, com aproveitamento das terras planas da chapada e a abertura da larga Avenida da Liberdade (hoje Avenida Getúlio Vargas), inspirada na Champs Élysées de Paris. Outras ações que a pesquisadora afirma terem sido implementadas foram: a construção do primeiro cinema, assim como o primeiro hospital; medidas de saneamento básico; fundação do Grupo Escolar e, coroando todo o projeto, “erguida em estilo europeu, com salão nobre, escadaria de ferro batido inglês, vitrais vienenses, piano e todas as demais comodidades necessárias para formar adequadamente os professores” a Escola Normal Oficial de Patos de Minas foi inaugurada em 1933.



Figura 8 - Av. Getúlio Vargas, antiga Av da Liberdade - anos 1950  
 Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho

Silva (2013) faz a ressalva de que a cidade dos Macieis<sup>22</sup> foi feita para os seus pares; não para o povo, e a escola elitizada é o símbolo dessa exclusão. Gogoia disse que quando

---

<sup>22</sup> De acordo com Silva (2012, p. 1), Patos “possui uma representação aceite ligada à civilização e ao bem viver. Pelo menos quatro substantivos são adjetivados para caracterizar a cidade: bonita, tranquila, festiva, de gente hospitaleira. Obviamente, trata-se de uma representação. Porém, uma representação tão bem urdida que desaguou na alegoria ‘Patos-Paris’ de princípios da década de 1990. Faz parte do imaginário da cidade, seja como expressão de orgulho ou como crítica política, a equivalência de Patos de Minas à capital francesa. Entendemos que a representação atualmente aceita de Patos de Minas foi construída *pari passu* à memória histórica da mesma [...]. Tal representação se constituiu na medida em que o historiador Oliveira Mello tomou como dado o que na verdade foi o projeto de cidade levado a termo pela gestão política da família Dias Maciel, a qual permaneceu na gerência de Patos entre 1868 e 1930 [...]. Logo, a memória histórica de Patos de Minas, está assentada na memória de um grupo social específico, aquele que se saiu vencedor no processo histórico de construção, material e simbólica, da cidade [...]. Entre 1868 e 1930, os Agentes do Executivo, primeiro da Vila de Santo Antônio dos Patos, depois da Cidade de Patos, com apenas duas exceções (Daniel Alves Belluco e Bernardino Antônio Borges), estavam ligados à família Maciel, seja por parentesco ou afinidade política. Com a República, de 1889 até 1930, a gestão do município ficou nas mãos de quatro Macieis: Major Jerônimo Dias Maciel, Olegário Maciel, Adélio Maciel e Marcolino de Barros (cunhado de Olegário). Além disso, a mesa diretora da Câmara dos Vereadores era composta, via de regra, por Macieis e seus correligionários, além de ocuparem, também, a maior parte das cadeiras da câmara. [...] Das entrelinhas da memória vencedora, eis que, saltam os sujeitos esquecidos. São as crianças pobres, pançudas de verminose que pés no chão, vagueiam pela cidade, ‘afrontando’ a civilização dos ricos. São os negros que, desafiando a representação de cidade branca, na qual ‘não havia negros que se precisasse libertar’, seja pela Lei do Ventre Livre ou pela Abolição em 1888, saltam das páginas do Jornal O Trabalho, em 1905, na celebração de Nossa Senhora do Rosário. São as ‘putas’, que, confinadas no bairro da Várzea tornar-se-ão uma incômoda presença na trajetória civilizatória do espaço urbano de Patos de Minas”.

criança e jovem, “virar professora da Escola Normal era uma grande ambição” e Marta conta que “as professoras da escola eram todas filhas das famílias tradicionais e que ela, mesmo sendo uma Borges Caixeta, não conseguiu uma vaga lá”<sup>23</sup>.

As praças que vimos nessas fotografias foram cenários onde, por décadas, muitas crianças brincaram alegremente e jovens descobriram a primeira paixão. O capítulo seguinte nos permitirá conhecer um pouco da infância e da juventude das moças dos anos dourados.

---

<sup>23</sup> Aqui vale o registro de que os Borges eram os maiores rivais dos Macieis e a pergunta recorrente feita a alguém que se é apresentado - “Qual a sua família?”-, perpetuada no imaginário coletivo da cidade, deve sua origem à necessidade de descobrir o alinhamento do indivíduo a um ou ao outro grupo. (SILVA, 2012).

### 3 CAPÍTULO 2 - SER MENINA-MOÇA NO PÓS-2ª GUERRA

Tendo como protagonistas as moças dos anos dourados, a forma escolhida para que compreendamos seus processos de formação de identidade foi através da delimitação de seus papéis na interação social. De acordo com a doutora em Psicologia Social Sílvia Tatiana Maurer Lane (1987, p. 78), “as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como sua ação como sujeito histórico, só podem ocorrer quando indivíduos se agrupam”. Dentre as teorias da Psicologia Social sobre o grupo, a perspectiva da contribuição das instituições parece mais adequada ao fato social estudado nessa dissertação, pois propõe a análise dos processos grupais na sua inserção social primária (família e escola). Abordar as instituições que permeavam os processos grupais dos sujeitos desta pesquisa faz-se importante, pois elas pressupõem o comportamento de acordo com normas estabelecidas que acabam por gerar padrões que moldam o desempenho daqueles papéis.

Norbert Elias (1994, p. 22) entende que o todo social é composto de um conjunto de relações em processo constante, quer sejam relações entre indivíduos, indivíduos e grupos ou mesmo grupos e grupos, interligando-os por “laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam instintos e afetos” em uma “rede social de dependências”<sup>24</sup>.

Buscando compreender as relações primeiras daquelas mulheres dos anos dourados, este capítulo buscará refletir sobre a influência das duas primeiras instituições presentes em suas vidas: a família e a escola. Tomaremos esse caminho porque, conforme Laplantine e Trindade (1997 p. 11), os objetos e os sujeitos “existem no mundo da sociedade e da natureza com características físicas e sociais específicas, definidas por suas experiências históricas, pelas condições ecológicas e pelos seus contextos socioculturais”.

Devido à importância da família como núcleo articulador das práticas que guiam a reprodução social, utilizá-la como unidade de análise propicia apreender a multiplicidade de maneiras de organização dos indivíduos em prol da reprodução biológica e social

---

<sup>24</sup> Segundo Acioli (2007), que se fundamenta no trabalho do antropólogo australiano John Barnes, o uso da concepção de redes é a de uma conformação de vínculos interpessoais entrecruzados entre os indivíduos na sociedade, formando laços que podem, na interação, entrar em conflitos ou serem reforçados. O conceito de rede social total foi elaborado pelo antropólogo britânico Radcliffe-Brown pretendendo determinar a estrutura social enquanto uma rede de relações institucionalmente controladas. Complementarmente, Acioli afirma que o sociólogo e antropólogo britânico James Mitchell alerta para as limitações do uso da concepção de rede tanto metaforicamente, quanto como método de análise, devendo ser apenas auxiliar a outros métodos da Antropologia ou Sociologia, dessa forma, não lançaremos mão do conceito de “rede social” para nossas análises.

(CASTELLO BRANCO, 1989). A família é o espaço de relacionamento e troca de experiências, onde também ocorre um conflito cooperativo e a distribuição de recursos para a satisfação do indivíduo, decorrendo desse processo aspirações e questões pessoais. Os aportes afetivos e materiais que nela, não somente as crianças, mas todos os membros deveriam encontrar, seriam a garantia de sobrevivência, desenvolvimento e bem-estar (NASCIMENTO, 2006).

A complexidade de se tomar Família como categoria de análise pode ser percebida pelas distintas abordagens que encontramos na história do pensamento científico. Em “Dialética da Família” (1985), Massimo Canevacci reúne textos de obras de pensadores das escolas evolucionista, funcionalista e estruturalista, em método interdisciplinar, para nos oferecer maior compreensão da gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição que adjetiva como repressiva<sup>25</sup>. Devido à pluralidade de caminhos possíveis de serem trilhados na

---

<sup>25</sup> A coletânea se inicia com Lewis H. Morgan, que destrói ideias tradicionais sobre a perenidade das formas atuais de família, evidenciando a dimensão histórica da realidade natural que levou a estágios sucessivos de desenvolvimento das configurações familiares – desde a família consanguínea, passando pelo aumento do incesto até chegarmos à família fundada no casal. Friedrich Engels relaciona a família burguesa à propriedade privada, à cisão entre a esfera pública e a esfera privada, sendo que essa última se desenvolve juntamente à propriedade e a família. Ferdinand Tönnies credita ao parentesco, ao lar e aos bens usufruídos em comum a fundação da comunidade como o que chama de “a vida real orgânica” - oposta à sociedade que separa os homens pela propriedade privada, a troca e o conflito entre classes -, numa concepção do que Canevacci chama de “nostalgicamente equivocada” de “família natural e supra-histórica”. Sigmund Freud busca estabelecer relações históricas e psicológicas entre religião e sociedade, visando concluir que o processo de civilização leva a uma sacralização da família construída pela família profana, e por conseguinte a proposição de superação da família como modelo de civilização por repressão. Na tentativa de superar o eurocentrismo, o texto de Lu Hsün é apresentado trazendo a reprodução de relações sociais autoritárias, em uma sociedade calcada na discriminação e opressão, pelo uso da estrutura familiar repressora. Com o estudo etnográfico realizado nas ilhas Trobriand, Bronislaw Malinowsky mostra uma sociedade em que a família, diferentemente da realidade ocidental capitalista, renuncia suas fontes de poder absoluto advindo da procriação e da transmissão hereditária da propriedade privada. Com conclusões que Canevacci chama de erradas e obsoletas, Wilhelm Reich define a família como uma “fábrica de ideologias autoritárias e de estruturas conservadoras”, em um trabalho que foi aproveitado pelos nazistas de forma hábil e cínica. Herbert Marcuse contribui com a Escola de Frankfurt em um texto sobre a autoridade e a família, relacionando a repressão e a libertação por meio da história das ideias, valorizando a ética protestante e a filosofia clássica alemã como a forma mais elevada de raciocínio ocidental. Claude Lévi-Strauss apresenta a relação avuncular – estrutura elementar do parentesco – através de sofisticados modelos matemáticos, marcando a antropologia estrutural, na explicação da exogamia como a expressão socialmente ampliada da proibição do incesto e regra por excelência da reciprocidade. Margareth Mead postula a necessidade da integração recíproca das relações entre os sexos, sem buscar uma possível superação das diferenças entre homens e mulheres ou derivar delas privilégios e discriminações; com seu texto propõe que haja uma harmonização dessas diferenças, partindo da premissa de que sua função natural seja a reciprocidade. Theodor Adorno e Max Horkheimer caracterizam a família como o que Canevacci chama de “a terrível matriz dos mecanismos de internalização da submissão e mais funcional das ‘agências psicológicas’ da sociedade”, por ela fixar, desde a infância, a necessidade do “domínio do homem sobre o homem”. Jürgen Habermas faz uma análise da família patriarcal como a essência da esfera privada em relação com a opinião pública, apontando a possibilidade da refundação de uma “esfera pública crítica”, mas sem esclarecer como essa se relacionaria diretamente com a família. Uma vez perdido o poder da autoridade paterna na sociedade contemporânea, Alexander Mitscherlich esclarece qual a nova função e disfunção que tem a família e projeta a emancipação do indivíduo por meio da crença na possibilidade da reconstrução de um “Ego crítico”. Ronald David Laing e Aaron Esterson responsabilizam a família e o que Canevacci chama de “seu mortífero poder destrutivo” pela esquizofrenia dos membros familiares. Por fim, Juliet Mitchell propõe a superação da família nuclear, sem

investigação dessa instituição, optamos para, neste estudo, considera-la em seu caráter socializador e essencialmente constituidor dos princípios morais, tal como era percebida no período estudado.

Para o psicoterapeuta José Roberto Tozoni Reis (1987, p. 104) ela é a localização social onde a estrutura psíquica é formada de um modo decisivo, e consubstancia hierarquias de idade e sexo; “a função de socialização está claramente implícita nesta definição, mas a família não está sendo conceituada primordialmente como uma instituição investida na função de socialização”, sendo essa a principal função da escola. Não desprezando a socialização ocorrida no ambiente familiar, vemos a escola como o importante lugar onde dinâmicas fundamentais para a vida em sociedade serão experimentadas pois, segundo a doutora em História e Filosofia da Educação Marília Gouvea de Miranda (1987, p. 134), lá a criança “vive um processo de socialização qualitativamente distinto, passando a internalizar novos conteúdos, padrões de comportamentos e valores sociais. Será submetida a novos processos de internalização da realidade social, pela mediação de novos veículos sociais”.

### **3.1 Família como primeiro espaço de interação**

A introdução do indivíduo na sociedade por meio da socialização primária acontece no grupo familiar e Lane (1987, p. 84) ainda afirma que “os aspectos internalizados serão aqueles decorrentes da inserção da família numa classe social, através da percepção que seus pais possuem do mundo e do próprio caráter institucional da família”. A socialização secundária decorre das relações de produção e funções específicas de outras instituições como igreja, escola, clube social e suas representações ideológicas da sociedade. Ao referir-se à importância da família burguesa no século XIX, Michelle Perrot dá uma ideia dessa primazia:

A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos interesses privados, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um sem-número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e da civilidade. (PERROT, 2009, p. 91).

---

utilizar de extremismo verbal ou reformismo mesquinho, reconhecendo modelos alternativos concretos e diversificados, e acima de tudo, com a destruição da imagem discriminatória de ambiente doméstico como “eterno lugar específico do feminino”.

Para Reis (1987) a ideologia já começa a operar com uma noção ideologizada do conceito de família na transmissão de valores pelos principais agentes da educação (os pais), o que cria a aceção desse conceito como sendo algo natural, universal e imutável: o de família nuclear. Em seguida, ela naturaliza outras noções acerca do mundo extrafamiliar e das dinâmicas sociais e, apesar de o Estado se utilizar mais da escola como aparelho de veiculação de suas doutrinas e visões de mundo, “é claro que a família cumpre sua função ideológica em complementação a outros agentes sociais. Sua importância, às vezes relativizada no processo global de transmissão da ideologia dominante, não pode ser negada.” (REIS, 1987, p. 103).

Outros autores preferem dar ênfase à função de apoio estrutural oferecido ao indivíduo. Segundo Castello Branco (1989, p. 7), a família “tende a adotar uma estratégia comum no processo de alocação de seus membros no mercado de trabalho e a organizar um orçamento comum tendo em vista a obtenção dos bens necessários à subsistência do grupo”. Na visão dessa autora, as relações sociais são elaboradas e determinadas na interação de homens, mulheres e crianças que usam a família como eixo de referência, o que lhes propicia organizarem-se com fins e projetos em comum. Qualquer que seja o enfoque dado pelos autores aqui reunidos, neste estudo devemos considerar como a única característica que possa ser universalmente atribuída à família, a característica de se constituir de uma construção social cuja representação orienta a conduta dos homens em seu interior.

[...] a família não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos homens em relação, que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades sociais. Sendo uma instituição social, possui também para os homens uma representação que é socialmente elaborada e que orienta a conduta de seus membros. (REIS, 1987, p. 102).

Reis (1987, p. 105) defende que o binômio autoridade/amor, tal qual aparece mais claramente na fala de Gogoia (“*pais severos, mas bastante carinhosos*”), seja o centro da análise de funcionamento da família, “caracterizada pelas vivências emocionais desenvolvidas entre seus membros”, e também as maneiras pelas quais são articulados afeto e poder “permitem-nos comparar os diferentes modelos de família e entender a dinâmica interna da família moderna associada a suas funções de reprodutora ideológica”.

Em nossa sociedade ocidental contemporânea, a autorrepresentação da família perpassa pelos conceitos de amor incondicional e proteção mútua entre os membros. Contudo, é inegável que a multiplicidade de vivências dos indivíduos contradiga a materialização plena

desses valores, uma vez que podem existir sentimentos de sufocamento e opressão na relação entre os familiares. Do conflito entre a representação e a realidade experimentada, caso algum acontecimento seja percebido como passível de colocar em risco a noção idealizada, pode haver uma tendência de dissimulação na conduta dos indivíduos dentro do ambiente familiar e nos contextos exteriores. “Em casos demais extremos os filhos reprimem qualquer sentimento de hostilidade dirigido aos pais ou irmãos. Tudo aquilo que difere da ideia que a família faz de si mesma deve ser negado.” (REIS, 1987, p. 119).

Ao serem questionadas<sup>26</sup> sobre como era a relação familiar na infância, as entrevistadas deram respostas em que são encontradas representações diversas. Gogoia disse que “morava em uma casa confortável”, que tinha um irmão mais velho e dois mais novos, com os quais “brincava bastante”, e que seus pais eram “severos, mas bastante carinhosos e que faziam questão de celebrar as datas comemorativas da forma mais tradicional possível”.

Marta contou que sua infância foi “bastante pacata, dividida entre a casa da cidade e a da fazenda”, que os pais “eram bastante rígidos em relação à educação e comportamento”, mas nunca era repreendida, pois ela e as irmãs eram garotas “muito bem-comportadas, que mal saíam de casa”; teve dois irmãos mais velhos com os quais tinha pouco contato e irmãs bem mais novas, “com as quais acabou estabelecendo uma relação mais *maternal que fraternal*”.

Silésia, por sua vez, apresentou em sua narrativa situação de conflito, afirmando que teve origem em uma família grande, de onze irmãos e seu pai “era dono de um comércio, mas tinha problemas com álcool e acabava por não se fazer muito presente no ambiente familiar”; sua mãe “trabalhava muito e vivia muito dedicada aos cuidados exigidos pela irmã mais nova, excepcional”.

Já Cecília narrou uma realidade bem distinta, tendo vivido a primeira infância “numa casa de situação bem precária, em um sítio que não dispunha de infraestrutura básica, como água encanada, sistema de esgoto ou luz elétrica”. Quando seus pais se casaram, o pai já tinha um neto com a idade da mãe de Cecília, idades muito distantes que resultava em muitos desentendimentos. Além de os pais brigarem muito entre si, ela conta que ainda tinha duas irmãs e um irmão com quem “brincava e brigava muito”. Os pais “exerciam autoridade por meio de muita violência”, situação que acabou por separar toda a família; cada filho foi morar

---

<sup>26</sup> O APENDICE A apresenta o roteiro com perguntas que guiaram as entrevistas, sendo encaixadas conforme o desenvolvimento das narrativas.

com um padrinho na cidade, o que ela afirma ter sido uma prática “muito comum na época para famílias pobres”.

A importância da pergunta usada para começar a entrevista se justifica pela afirmação de Erich Fromm em “Autoridade e super-ego: o papel da família”<sup>27</sup> (1936) de que “as experiências vividas da primeira infância e da juventude são mais importantes para a formação do caráter de um indivíduo do que as experiências vividas nos anos subsequentes”. (FROMM, 1985, p. 170). Além disso, especificamente sobre a infância daquelas moças dos anos 1950, temos Bassanezi (2006, p. 610) a nos contar que “desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis ao currículo de qualquer moça que desejasse se casar”. No capítulo 4 veremos a representação do casamento para as jovens solteiras daquela época.

Nas narrativas daquelas senhoras foi recorrente encontrarmos qualificativos comuns à moral educacional familiar da época (“severos”, “rígidos”, “por meio de muita violência”), o que nos demanda compreender a questão da autoridade parental. Segundo Fromm, (1985) a relação do indivíduo com a “autoridade” e a “obediência” se dá desde os primeiros anos de vida, na formação de uma instância psíquica (Super-Ego) condicionada pelo medo do pai e pelo desejo simultâneo de ser amado. Quando adulto, ao viver em sociedade e ser capaz de se subordinar às autoridades, o sujeito garante a reprodução da estrutura psíquica social, o que Fromm considera ser a principal função social da família.

Para Reis (1987), a “submissão” é sofrida pelo indivíduo no aprendizado do primeiro papel social (o de filho), dinâmica em que a criança exercita o controle sobre seu próprio corpo em troca do afeto parental. Assim, ideologia e papel social se alinham e, quando o sujeito ingressa no mundo extrafamiliar, espera-se dele a conformação às regras sociais (sendo bom aluno na escola, respeitando os professores, etc) o que resulta na reprodução da estrutura da sociedade.

Obediência aos pais significa, assim, aceitação de normas que já estavam definidas quando ele nasceu; aceitação sem questionamento, isto é, submissão. Tudo isso em troca do afeto dos pais. O que o papel esconde é que ele é constituído a partir das relações sociais, determinadas pela divisão social do trabalho e pela dominação de classe. (REIS, 1987, p. 115).

---

<sup>27</sup> FROMM, Erich. Autoridade e super-ego: o papel da família. In: CANEVACCI, Massimo (Org). Dialética da Família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Brasiliense, 1985. 4.ed. p.163-175.

Já a estrutura da família pode ter origem em arranjos distintos da aliança e do parentesco. A antropóloga Eunice Ribeiro Durham afirma em “Família e reprodução humana”<sup>28</sup> (1983) que as famílias enquanto grupos “são constituídas por pessoas que mantêm entre si relações de aliança, descendência e consanguinidade, mas não são necessariamente as unidades básicas de parentesco”. (DURHAM, 1983, p. 26). A autora apresenta a possibilidade de esses grupos serem também unidades de consumo e/ou produção, organizando-se como unidades ou subunidades domésticas e residenciais em algum momento de sua existência.

Cecília conta que, após a separação dos membros de sua família de origem, foi enviada para a casa de seus padrinhos (donos de um bar), onde “havia, ainda, duas outras moças que dividiam as tarefas domésticas com duas empregadas”. Segundo ela, a madrinha “era autoritária com as duas empregadas, mas não com as moças e as ajudava na feitura de doces, bolos, biscoitos e carnes que eram vendidas no estabelecimento da família”. A cargo de Cecília ficava a incumbência de cuidar do filho pequeno de seus padrinhos. Na família de Silésia, “as tarefas de cuidado com a casa, com os irmãos mais novos e confecção das roupas eram exercidas pelas irmãs mais velhas”; assim como na de Martha, sendo que no caso desta, a mãe ainda contribuía com os afazeres. Nesses dois casos, os irmãos mais velhos trabalhavam fora, e Silésia diz que era atribuído aos seus o papel de autoridade na família.

Os três relatos corroboram a afirmação de Durham (1983, p. 27) de que as famílias “constituem o local privilegiado da incidência dos princípios da divisão sexual do trabalho, em função das quais se determina, em grande parte, o grau de autonomia ou de subordinação das mulheres”. Especificamente o relato de Cecília exemplifica a separação do conceito de família da aceção de grupos domésticos e unidades residenciais; estes podem se constituir de uma família incluída de membros não relacionados por parentesco ou afinidade (como as moças criadas na casa da madrinha e as empregadas domésticas). A autora conclui que não se deve confundir os conceitos e para isso “é necessário analisar em cada caso, sua sobreposição na definição de unidades sociais concretas, sendo famílias aquelas que articulam relações de consanguinidade, afinidade e descendência em núcleos de reprodução social”.

Ao voltarmos à determinação histórica da estrutura familiar, chegamos à formulação

---

<sup>28</sup> DURHAM, Eunice R. Família e reprodução humana. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 3.ed. p. 13-44.

materialista dialética sobre a origem e os propósitos da família monogâmica por Engels<sup>29</sup>. Segundo Reis (1987, p. 100), para Engels, a família deu origem à divisão sexual do trabalho desencadeando no processo de divisão social do trabalho, culminando na “divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e (concomitantemente) com a principal divisão, entre os proprietários das condições de produção e os que possuem apenas uma força de trabalho”, determinando a estrutura familiar e dando origem à família monogâmica e ao sistema de produção capitalista. O casamento monogâmico com caráter de permanente duração, objetivando a transmissão da herança aos filhos legítimos do homem (com a sexualidade feminina controlada e exercida apenas no âmbito exclusivo do casamento e garantia da virgindade) resultou na concepção burguesa da família nuclear.

Dentre as narrativas das senhoras entrevistadas, aquela que mais se aproxima da definição da família nuclear burguesa é a de Gogoia (*“casa confortável”, “pais severos, mas bastante carinhosos”, “dois irmãos e uma irmã”*), mas não podemos desconsiderar que Martha e Silésia também pertenciam a famílias nucleares. O doutor em Sociologia, especialista em Família, François de Singly (2007, p. 31) nos alerta do perigo de se desconsiderar as relações (as quais constituem “os elementos de análise mais importantes do plano teórico”) dentro de uma família dita “nuclear” e se privilegiar essa definição de forma e estrutura, pois, assumi-la como modelo rígido e dominante “não significa, entretanto, dizer que esta família sempre preenche funções idênticas, ou que a regulação das relações ente os sexos e as gerações seja a mesma”. Isso fica evidente quando Martha diz que tinha uma relação mais maternal que fraternal com as irmãs mais novas e quando Silésia diz que os irmãos mais velhos eram quem exercia a autoridade, mesmo que em ambos os casos pai e mãe residissem com suas famílias. Assim, há que se ter em mente, que vários fatores levam a dinâmicas e realidades distintas entre as famílias, independentemente da conformação a uma mesma definição.

A relativa autonomia de organização familiar é determinada por uma complexa interação de diversos fatores que se referem tanto às formas peculiares de organização interna do grupo familiar, quanto aos aspectos econômicos, sociais e culturais que o circunscrevem. É por isso que, embora a forma de família predominante em todos os segmentos sociais seja a da família monogâmica burguesa, existem padrões internos que diferenciam as famílias das diferentes classes, assim como padrões que diferenciam formas familiares diferentes dentro de uma mesma classe social. (REIS, 1987, p. 101).

---

<sup>29</sup> Ver: ENGELS, F. A família monogâmica. In: CANEVACCI, M. (Org). Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Brasiliense, 1985. 4.ed. p. 74-87

A não assunção desse conceito como predominante e definitivo também é defendida por Durham (1983, p. 24), quando cita a análise da família trobriandesa feita por Malinowski<sup>30</sup>, demonstrando as “possibilidades de composição diversas dos princípios do parentesco, casamento e organização do grupo doméstico” que também “permitem nitidamente saber o quanto uma realidade como a nossa constitui, não uma solução natural, mas um arranjo específico de princípios estruturais diversos e que como tipo, não pode ser generalizado”. A autora privilegia a ênfase do conceito nas noções de grupo (segmento empiricamente delimitável e socialmente reconhecido) e a de reprodução, ressaltando seu caráter institucional.

Nesse sentido, a família deve ser definida como instituição, no sentido de Malinowski, isto é, em sua referência a um grupo social concreto, que existe como tal na representação de seus membros, o qual é organizado em função da reprodução (biológica e social) pela manipulação, de um lado, dos princípios formais da aliança, da descendência e da consanguinidade e, de outro, pelas práticas substantivas da divisão sexual do trabalho. (DURHAM, 1983, p. 26).

Não somente a diferença de espaço geográfico é capaz de promover mudanças nas características das famílias, mas também o tempo se encarrega de transformações. Singly (2007, p.32) observa que Émile Durkheim<sup>31</sup>, já no final do século XIX, afirmou que não era mais tempo de se privilegiar os laços que uniam a família atados sobre as coisas (referindo-se às necessidades materiais, posse e herança), mas sobre as pessoas, intuindo uma característica que viria a ser predominante na contemporaneidade: a família ser “relacional”.

Prost (2009, p. 68) declara que, na sociedade pré-1950, o poder parental “era inquestionável” e nem mesmo o direito de escolha sobre as atividades do tempo livre cabia aos filhos. O autor afirma que os pais vigiavam meticulosamente as relações de seus filhos com grande resistência às amizades fora do contexto familiar, mesmo quando inocentes e insignificantes e “se os meninos andam em grupo, os garotos de um lado, as meninas de outro, é porque essas relações se inscrevem num quadro folclórico e se desenvolvem sob os olhos da população local, sob o controle da opinião pública”. Embora todas as entrevistadas

---

<sup>30</sup> Ver: MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanesia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p. (Pensadores); v.43

<sup>31</sup> “*La Famille conjugale: conclusion du cours sur la famille*”, *Revue Philosophique*, XC, pp. 1-14 [última aula do curso de 1891-1892 em Bordeaux, “La Famille (à partir de la famille patriarcale)”. Editado com uma nota por Marcel Mauss. 1921.

terem citado a severidade da autoridade parental – conforme já apresentado –, nenhuma das entrevistadas chegou a mencionar amizade ou brincadeiras com garotos que não fossem seus irmãos; a segregação física entre os sexos aparece bem demarcada nos relatos sobre a adolescência, assunto do capítulo 3.

A rigidez de que fala o parágrafo acima começa a perder força, pois, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 314), a partir do pós-guerra o mundo viu, além de profundas mudanças políticas e econômicas, uma revolução cultural cuja melhor abordagem é “através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos e as gerações”. Contudo, não podemos desconsiderar que, apesar de alterações graduais ocorrerem nos países ocidentais desenvolvidos, naquele momento algumas características eram verificadas como dominantes no mundo, tal como o patriarcado (superioridade do marido sobre a esposa, filhos e mais velhos sobre mais jovens) e a família composta de várias pessoas.

No caso do Brasil, segundo a psicoterapeuta familiar Cristina de Oliveira Zamberlam (2001, p. 19), “a organização familiar e a vida doméstica sofreram grande influência de alguns dos elementos que marcaram profundamente a formação da sociedade brasileira e o modo de vida dos seus habitantes”. A dificuldade de se buscar padrões semelhantes de vida e organização familiar para se fazer uma delimitação dessas transformações encontra-se no próprio caráter de uma sociedade tão grande e estratificada como a de nosso país. Apesar de ser uma sociedade de moral predominantemente católica que prega a valorização da família nuclear, a composição do núcleo familiar brasileiro decorre da sobreposição do domicílio sobre a família, o qual muitas vezes é composto também por agregados e parentes próximos, mulheres com seus filhos sem maridos, concubinas de maridos compartilhando o mesmo teto do casal e filhos ilegítimos criados como se fossem legítimos.

Para se compreender o tempo das mudanças das quais fala Hobsbawm, Zamberlam (2001, p. 25) afirma que “a vida propriamente familiar vem se concentrar em momentos determinados e em locais definidos”, cuja existência se divide em pública profissional, privada familiar e privada pessoal. Essa existência exercia um controle bastante rigoroso sobre os membros na figura do pai, o marido, o chefe de família, de cujo consentimento a esposa dependia até para atos públicos civis como abrir conta num banco, o que só foi se alterar a partir das leis de 1965 sobre regimes matrimoniais. Sobre os filhos, a autoridade paterna era inquestionável, amparada pelo pátrio-poder do Código Civil de 1916, somente concedendo equiparação de direitos e responsabilidades à mãe a partir da lei de poder familiar

de 1970.

Outra importante tendência de alteração na família ao longo do século XX, intensificada a partir da década de 1950: a perda de sua “função pública” e a “privatização” de sua realização. Nessa dinâmica a natureza de instituição forte da família se reduz, a informalidade aumenta e o indivíduo passa a ter direito a uma vida privada autônoma. O trabalho e a vida privada, que no início do século não tinham fronteiras muito nítidas, a partir daquele momento, passam a se dissociar, o que refletiu na diminuição da diferença entre a estrutura dos lares de ricos e pobres. Para Prost (2009, p. 54-55), o século XX é “o século da conquista do espaço doméstico necessário para a plena realização da vida privada”, pois antes, nas classes mais baixas, “as moradias urbanas não apresentavam uma distribuição interna tão uniforme e muitas tinham apenas um cômodo, ou dois ligados entre si, sendo que um deles era naturalmente a cozinha”.

Já Signly (2007, p. 33) fala que esse processo público/privado da família moderna é, na verdade, um paradoxo: ela é, “ao mesmo tempo, cada vez ‘mais privada’ e cada vez ‘mais pública’”, no sentido de que, mesmo que ela tenha restringido a realização de suas dinâmicas ao círculo doméstico, o Estado passou mais a fazer parte de sua intimidade, garantindo certas condições de funcionamento por meio de controle. A família passa a ser vigiada, por exemplo, com regras jurídicas que limitam o direito da punição paternal; assim, o pai não é mais o chefe incontestável da família e a privatização representa, “de alguma forma, uma ilusão porque é acompanhada de uma grande intervenção do Estado e das instituições”.

O Estado chega a influenciar também o conceito de família através de seu significado para os censos demográficos. Nesse âmbito, é considerada a unidade de enumeração por meio do domicílio, sendo este “definido como grupo de pessoas que vivem em uma mesma moradia”, e “identificado para efeito de análise, como família”. (NASCIMENTO, 2006, p. 5). Essa definição de família é problemática, pois somente teria justificativa caso se considerasse que a estrutura domiciliar e o parentesco estivessem ligados, o que já vimos não ser via de regra. O autor recorre a Goldani<sup>32</sup> para resolver o problema, com a explicação de que o objetivo central da questão de família para o censo de população é enxergá-la como “uma unidade de consumo”.

---

<sup>32</sup> Ver: GOLDANI, Ana Maria. *A demografia “formal” da família: técnicas e dados censitários*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1984, Caxambu, MG. Anais..., Belo Horizonte, MG: ABEP, 1984. V. 3, p. 1257-1296.

Após identificarmos diferentes possibilidades de formas, funções e conceitos, podemos verificar que o mais importante neste estudo é levar em consideração a relevância da família para a vida emocional de seus membros, na determinação de suas relações sociais e que, “é na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a formadora da nossa primeira identidade social. Ela é o primeiro ‘nós’ a quem aprendemos a nos referir”. (REIS, 1987, p. 99).

### **3.2 Socialização na escola e educação moral**

Conforme já apresentado, a noção que temos da representação da família para a sociedade ocidental contemporânea não foi sempre a mesma, assim como também não foram os laços que unem seus membros. Não somente a concepção, mas o sentimento de família tal qual concebemos hoje e o desenvolvimento da educação escolar surgem simultaneamente à ideia atual de infância. Essas mudanças derivaram da estrutura de produção na sociedade industrial, que separa o espaço do lar do ambiente de trabalho e cria novos núcleos em torno dos quais esses espaços são organizados. Mesmo que os pais oferecessem cuidado e proteção aos filhos, isso não caracterizava o sentimento fundamental da família, que viria a constituir a infância como uma nova entidade ao longo da modernidade.

Anteriormente à sociedade industrial a duração da infância se limitava à tenra idade em que ela necessitava dos cuidados físicos para a sua sobrevivência. Logo que este desenvolvimento físico fosse assegurado, a criança passava a conviver, diretamente com os adultos, compartilhando do trabalho e dos jogos, em todos os momentos. A aprendizagem de valores e costumes se dava a partir do contato com os adultos: a criança aprendia ajudando aos mais velhos. Logo, a socialização acontecia no convívio com a sociedade, não sendo determinada ou controlada pela unidade familiar. Nesta forma coletiva de vida se misturavam idades e condições sociais distintas, não havendo lugar para a intimidade e a privacidade. (MIRANDA, 1987, p. 126).

Ao modificar suas relações com a criança, a família se transforma, em decorrência também de mudanças na forma de educação. Os saberes que uma criança adquiria eram passados por uma família preceptora, fosse para assimilar os modos e etiqueta de uma dama ou um cavalheiro, fosse para a introdução de uma profissão em uma oficina, sem que houvesse a intermediação da escola nessa transmissão de conhecimentos de uma geração a outra. De acordo com Singly (2007, p. 45), “no aprendizado a criança não adquire um estatuto de criança tão evidente quanto nos parece que detém: o de um longo período de socialização com seus pares, jovens da mesma idade, associado ao estabelecimento de uma relação de

dependência dos pais”.

Os reformadores moralistas do século XVIII começam a difundir a crença de que a criança não tem preparo para a vida em sociedade, cabendo aos pais fornecer estrutura moral e espiritual básica aos filhos e destiná-los à uma instituição oficial para o treinamento e a prática do convívio social. Segundo Miranda (1987, p. 126) “os pais passaram a enviar seus filhos à escola, onde receberiam a sólida formação proclamada pelo pensamento moralista da época” e Perrot (2009, p. 134) conclui que “o filho não pertence apenas aos pais: ele é o futuro da nação e da raça, produtor, reproduzidor, cidadão e soldado do amanhã. Entre ele e a família, [...] insinuam-se filantropos, médicos, estadistas que pretendem protegê-lo, educá-lo, discipliná-lo”, transformando a condição social da criança durante o século XIX.

Já no século XX, especificamente na segunda metade, a escola como instituição se desenvolve junto ao prolongamento da escolaridade, decorrente da evolução social e econômica do mundo, já discutida no capítulo 1. A emergência de novas pressões – aceleração do consumo e do ritmo cotidiano – reduz a carga da família na socialização primária e transfere um pouco do peso para a escola e, como resultado, o autoritarismo dos pais (regido pelo costume e pela necessidade) vai diminuindo a cada geração. Nesse processo de liberalização da educação pela família, “a escola recebe a incumbência de ensinar os filhos a respeitar as obrigações do tempo e do espaço, as regras que permitem viver em comum e encontrar a relação justa e adequada com os demais”. (PROST, 2009, p. 70).

Socialização, na acepção dos sociólogos alemães Peter Berger e Thomas Luckmann (2010), refere-se à introdução de um sujeito no mundo objetivo de uma sociedade ou parte dela e o início desse processo é a interiorização de um acontecimento objetivo, por meio de processos subjetivos que lhe dão significado. O contexto histórico e social do qual o indivíduo faz parte influencia diretamente essa dinâmica de significação, feita por movimentos recíprocos de interiorização e significação subjetiva de realidades objetivas, que acompanham o ser social em toda a sua socialização, sem a determinação exata de um ponto final.

Não se pode negar que toda criança passa por um período inicial de maturação biológica e que nesse processo necessita do apoio de um adulto. Miranda (1987) afirma que essa mediação acontece das mais variadas formas e, muitas vezes, podem ser dependentes diretamente da condição econômica daqueles indivíduos envolvidos. Para a autora, na sociedade capitalista o pertencimento a uma classe social determina essa relação; já nós preferimos acreditar que as condições culturais do adulto (educação, maturidade psicológica,

nível de acesso a informação) podem ser mais decisivas. A um ponto convergimos o pensamento: não existe “uma natureza infantil, mas uma condição de ser criança, socialmente determinada por fatores que vão do biológico ao social, produzindo uma realidade concreta. Assim, a dependência da criança é um fato social e não um fato natural”. (MIRANDA, 1987, p. 128).

As teorias de sociologia da educação populares durante os anos 1950 focalizavam as influências das estruturas escolares sobre as crianças, elegendo a trajetória escolar como objeto de pesquisa, não os alunos. Essas teorias, conforme informa a doutora em Educação Fernanda Müller (2008, p. 125), foram limitadoras por conceberem a socialização como “uma estratégia de treinamento para assegurar a internalização de normas e regras, de forma que as crianças se tornassem integradas à sociedade, o que colaborou para a construção científica da irracionalidade, da natureza e da universalidade da infância”. Esse conceito de socialização é problemático, pois desconsidera o processo já iniciado desde a tenra idade no seio da família e associa socialização a integração social.

Nesse sentido, Miranda (1987) esclarece que “socialização” não pressupõe “integração social”, pois a personalidade social não acontece em um primeiro estágio individual para posteriormente se socializar, mas ela se desenvolve continuamente, já que a pessoa não é um sujeito passivo que apenas recebe as normas sociais sem dar-lhes respostas. A escola é, assim, uma agência que oferece outras ferramentas para o indivíduo integrar-se ao mundo social: a educação formal e o conhecimento científico. Assim, chegamos ao conceito de “reprodução interpretativa” da sociedade para se enxergar a criança como sujeito agente e participativo do seu processo de socialização e levar em consideração seu ponto de vista.

Pelo termo “reprodução”, [...] crianças são constringidas pela estrutura social que impõe a internalização das regras sociais, mas, ao mesmo tempo, estão ativamente contribuindo para a produção e mudança cultural. Enquanto “interpretativa”, captura os aspectos inovadores e criativos da participação da criança na sociedade. O conceito de “reprodução interpretativa”, logo, compreende que as crianças contribuem para a preservação, assim como para a transformação da sociedade. [...] Nesse sentido, é importante considerar o ponto de vista das crianças sobre diferentes processos em suas vidas. Dentre eles, o de socialização na escola, o que exige o esforço de abandono da consideração do ponto de vista adulto. (MÜLLER, 2008, p. 126).

A partir deste ponto da reflexão, precisamos ter em mente duas considerações: nem o conceito de “escola”, nem o conceito de “infância”, podem ser mais considerados de forma abstrata e universal. A escola não é neutra, e como instituição, veicula a ideologia da sociedade, reproduzindo-a. Segundo Miranda (1987, p. 132), pode atuar como instrumento de

dominação, “através dos processos de seleção e exclusão dos mais pobres e, ao mesmo tempo, da dissimulação desses processos”. Pressupor uma “natureza infantil” é desconsiderar as “diferentes condições a que são submetidas as crianças em função de sua origem de classe”. O contexto social em que a criança está inserida tem de ser levado em conta para se compreender o processo de socialização de cada uma.

Durante a infância das entrevistadas em nossa pesquisa (período pós-guerra) aconteceu o que Müller (2008, p. 131) apresenta como o auge de um processo iniciado no século anterior – “a emergência da escola de massas, a nuclearização da família e a constituição de um corpo de saberes da pedagogia e da psicologia” – e que formou um conjunto de preceitos que normatizam a vida das crianças em sociedade, administrando simbolicamente a infância e institucionalizando-a. Como resultado surge a ideia de “ofício de aluno”, sistematizando o comportamento esperado da criança pelos professores, pais e comunidade.

Naquela época, em que a mulher é incentivada a reassumir seu papel no lar de esposa/mãe/dona de casa, a infância é prolongada junto à escolaridade, como um período de mimos, felicidade e diversão. Singly (2007) afirma que, apesar de afastar geograficamente a criança da família, a escola os aproxima emocionalmente e, nesse processo de aproximação emocional, os internatos acabam sendo desvalorizados, a partir dos anos 1960. Na década anterior a maioria das garotas de classe média e alta estudava em escolas de freiras, sendo que muito poucas escolas existiam para as classes mais baixas. Silva (1997) afirma que, embora garotas católicas de todo o mundo relatem experiências parecidas naquele período, no Brasil essa aparente unidade se desenvolveu em distintos contextos; aqui havia até hierarquia entre as escolas, levando-se em conta quem nelas estudava.

Alguns conventos eram internatos bastante caros, exclusivos e aristocráticos. Apesar de suas supostas propostas acadêmicas, eles eram representados como lugares onde as garotas iam para serem escolarizadas em feminilidade e adquirir prestígio social, assim quanto mais selecionados e exclusivos fossem, melhores seriam. Para as classes dominantes, eles eram um dos mecanismos de manutenção de sua “exclusividade”. (SILVA, 1997, p. 144, tradução nossa).

Para Singly (2007) a escolha de uma escola onde estudará um filho é uma decisão importante da família, pois na sociedade contemporânea, o “capital escolar” é algo digno de investimento, como estratégia de manutenção de classe ou ascensão social. Um exemplo dessa importância é o caso da França, onde “desapareceram numerosas pequenas empresas privadas, industriais e comerciais, nos anos 1950-60 e as famílias tiveram de elaborar

‘estratégias de reconversão’, ou seja, transformar o pequeno capital econômico em capital escolar”. (SINGLY, 2007, p. 50). Segundo o autor, muitas famílias naquela época optavam pelo ensino privado, não somente pela suposta garantia de melhor qualidade, mas também por poderem escolher um determinado viés religioso adotado pela escola.

Müller (2008, p. 132) afirma que a família encara a escola como possibilidade de mobilidade social, assim como a própria criança a assume assim, constituindo uma alternativa para escapar da condição futura de “burro”. Através da diferença de disciplinas e de organização e delimitação do uso do tempo, as crianças acabam enxergando uma hierarquia entre séries, despertando nelas sentimento de orgulho pela conquista gradual e ambição de passar para um estágio mais avançado. Nesse processo, a criança percebe o futuro como algo valioso – quando conseguirá atingir um determinado conhecimento –, mas também aflitivo devido à eterna espera e o recreio; como a fuga dessa aflição, é no presente que pode divertir-se e relacionar-se com seus pares. Isso também leva a criança a desenvolver outro valor importante na vida social: o sentimento de fazer parte de um “grupo de pertença”.

Nos colégios de freiras dos anos dourados as estudantes não precisavam intuir a hierarquia como a autora anterior apresentou. Segundo Silva (1997), as estudantes já eram separadas por idade, tamanho, maturidade e recebiam fitas de diferentes cores, estrelas e crachás para identificar suas posições na hierarquia de suas escolas, saber quais suas obrigações e vantagens sobre as meninas de outras idades. Além da hierarquia estabelecida entre as próprias garotas, havia, naturalmente, a hierarquia entre as freiras, e as alunas deveriam aprender a forma adequada de se dirigir a cada uma delas (para adentrar o gabinete da Madre Superiora deveriam trajar o uniforme de gala e luvas, por exemplo).

Dentre as narrativas das entrevistadas, a que melhor exemplificou como era a vida no colégio de freiras, temos Gogoia, que contou detalhes da rigidez daquela educação, mas também do prestígio de estudar na escola das Irmãs. Em suas palavras, “o comportamento cobrado no colégio era extremamente rígido. As freiras estavam sempre por perto, exercendo *controle e disciplina*”, até mesmo nas horas em que as meninas tinham de lavar as mãos ou tomar banho. “*As frequências eram verificadas em cadernetas, assim como a prática regular das orações e a repressão veemente da cola*”. Gogoia conta que “*uma colega foi pega colando e teve de assumir em voz alta para a sala, pedir desculpas para a professora e os colegas em uma situação constrangedora e vexatória*”.

Com um sorriso no rosto, conta, com orgulho, que “*os uniformes eram*

“*cuidadosamente inspecionados*”, devendo sempre estar no mais “*perfeito padrão de apresentação*”. As saias pregueadas deveriam estar abaixo dos joelhos, as meias na altura da canela e os sapatinhos estilo boneca sempre brilhando. As blusas eram folgadas e levavam por cima um corpete para proteção e recato, assim como um calção com muito volume *balonê para a educação física*”. De acordo com Gogoia, “*as alunas do colégio das Irmãs eram afamadas por terem os mais lindos uniformes de gala da cidade com boina e tudo*”, usados em datas comemorativas e ocasiões solenes. A seguir pode-se ver o uniforme de que fala Gogoia em uma fotografia de Silésia com as alunas do colégio.



Figura 9 - Silésia como Rainha entre as alunas do Colégio das Irmãs  
Fonte: arquivo pessoal

Em relação à sociabilidade feminina e ao sentimento de pertença de classe, na narrativa de Gogoia aparece “*a importante oportunidade de vivenciar o internato*” do colégio das Irmãs em Belo Horizonte e em Araxá, dos 12 aos 14 anos, “*da forma que os jovens hoje consideram um intercâmbio no exterior*”, por “*todos os modos de moça elegante da capital*” que diz ter aprendido.

Marcel Mauss (2003) em “*As técnicas do corpo*”<sup>33</sup> (1934) afirma que as crianças

<sup>33</sup> MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 399-422.

utilizam suas faculdades para imitação do adulto em quem confiam, ou que tem autoridade sobre elas, de forma consciente ou inconsciente, assimilando movimentos que executam ações ou expressam sentimentos e pensamentos. A obediência, a disciplina, o modo de se comportar adequado para uma menina-moça, criada em uma família de classe média religiosa dos anos 1950, era apreendido no cotidiano das escolas de freiras, no processo de socialização que estruturava a base do sujeito social que viriam a ser na vida adulta.

Seus dias tinham a mesma rotina invariável, pontuada por sinetas que as chamavam para se levantar, rezar, ir à missa diária, comer, estudar e descansar. Era um completo ambiente criado para inculcar um profundo senso de ordem, hierarquia e misticismo corporificado em um aspecto particular de feminilidade. E tudo tinha o objetivo final de direcionar as garotas para a vida doméstica, no estilo da classe média e média alta. (...) comportamento, etiqueta, maneiras à mesa, Francês, saber costurar e tocar piano eram qualidades importantes que uma garota deveria aprender em conventos de níveis mais elevados, como o Sion e o Sacre Coeur de Jesus. Eles eram também um instrumento eficiente para a internalização da ideologia do papel feminino como expresso em construção de valores como “ser uma boa garota” e “ser agradável”. (SILVA, 1997, p. 146-148, tradução nossa).

A rígida disciplina na escola pode ser explicada por Fromm (1985) na análise da questão da autoridade por meio do trabalho de Freud sobre a psicologia das massas e o Super-Ego. A constituição de uma massa se baseia na relação da massa com o chefe. O Ego é a parte do nosso interior, nossas paixões (representado pelo Id), modificado pela relação com o mundo exterior, representando a razão e a reflexividade. O Super-Ego é o aparelho que regula essa relação, constituindo a auto-observação, consciência moral e formação de ideais. A constituição do Super-Ego se dá na relação com o pai, em um processo de renúncia dos impulsos do Id na busca de aceitação, que termina com a identificação e assimilação dos preceitos e proibições. No curso do desenvolvimento, o Super-Ego assume as influências das pessoas que se colocam no lugar dos genitores, ou seja, dos educadores, professores, modelos ideais, tornando-se portador de uma tradição, interiorização da coerção externa.

A violência e o poder externos, encarnados nas autoridades que a cada momento dominam uma sociedade, são uma componente indispensável para que se realize a docilidade e a submissão das massas a tais autoridades. (...) as autoridades são interiorizadas como representações do poder externo; e o indivíduo age em conformidade com os preceitos e proibições do poder não mais unicamente por meio de punições externas, mas por medo da instância psíquica que ele construiu. (FROMM, 1985, p. 168).

Por fim, independentemente do tipo de ação aplicado pela instituição escolar na socialização da criança ou em sua integração social, podemos concluir, em consonância com

Reis (1987, p. 104) que a efetividade desses processos somente se dá devido aos “fortes componentes emocionais” oferecidos e às “bases ideológicas estabelecidas pela família, que inclusive preparou anteriormente seus membros para reconhecer outras formas de autoridade”.

A assimilação da submissão aprendida nas relações intrafamiliares e a interiorização da coerção externa praticada na primeira vivência social na escola, levavam aquelas crianças à adolescência já preparadas para desempenhar seus papéis em sociedade, munidas de um aparato de ferramentas comportamentais estratégicas. Esse *savoir-faire* incluía desde cuidados com a aparência até a preocupação com os modos de falar, se sentar, interagir com o outro, esperados de uma “moça de família”. Passemos, então, à investigação dessa sociabilidade no capítulo que se segue.

#### 4 CAPÍTULO 3 - AS BELEZAS FÍSICA E MORAL DOS ANOS DOURADOS

Chegando à mocidade nos anos dourados, as meninas do pós-guerra viam-se em meio a uma cultura muito particular que marcou a sociabilidade das mulheres no século XX. Conforme já vimos, a década de 1950 foi um período marcado pelo desenvolvimento industrial, que a sociedade buscava espelhar por meio de suas normas comportamentais específicas para a classe média. A valorização de formas específicas de apresentar-se, pela aparência e pelo comportamento, compunha um ideal divulgado e incentivado pelas revistas femininas, que faziam parte do cotidiano daquelas moças e influenciavam a constituição de seu imaginário.

As páginas das revistas que tratavam de “assuntos femininos” nos levam ao encontro das ideias sobre a diferença sexual predominantes nessa sociedade. *Jornal das Moças*, *Querida*, *Vida Doméstica*, *Você*, as seções para mulher de *O Cruzeiro* traziam imagens femininas e masculinas, o modelo de família – branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos -, regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. Essas imagens, mais do que refletir um aparente consenso social sobre a moral e os bons costumes, promoviam os valores de classe, raça e gênero dominantes de sua época. Como conselheiras, fonte importante de informação e companheiras de lazer – a TV ainda era incipiente no país –, as revistas influenciaram a realidade das mulheres de classe média de seu tempo assim como sofreram influências das mudanças sociais vividas – e algumas também promovidas – por essas mulheres. (BASSANEZI, 2006, p. 609).

Contudo, existe uma grande distância entre o ideal e o real, entre o que devemos fazer e o que realmente fazemos. Segundo o professor de Psicologia Social e Antropologia Angel Baldomero Espina Barrio (2005), há antropólogos que focalizam o conjunto dos ideais (normas) da sociedade e outros que fazem seu estudo na investigação de qual o verdadeiro comportamento dos indivíduos. Seguidas ou não, as normas culturais permeiam a vida das pessoas, dando-lhes noção de alinhamento ou afastamento da conduta esperada. A coerção é exercida por regras legalizadas objetivamente ou acordadas subjetivamente pelo costume, visando a coesão do grupo e a permanência da estrutura social, seu sistema e hierarquia de classes.

Essas regras mudam ao longo do tempo, tendo origem no plano ideal que determina o concreto, ou derivando das relações do cotidiano, o que acaba forçando a mudança das normas formais, legais. A norma pode ser entendida como o modelo de comportamento

generalizado de conduta da maioria dos sujeitos em uma sociedade, e existem variações entre as que devem ser cumpridas por todos os indivíduos e aquelas destinadas a somente parte deles. No conjunto da sociedade temos as normas universais (esperadas que sejam cumpridas por todos os indivíduos) e as normas especiais (verificadas como válidas em uma subcultura ou grupo específico).

Para a juventude brasileira dos anos dourados, três modelos de tendência de comportamento e aparência estavam disponíveis para serem seguidos, sintetizados por ídolos de estilos musicais específicos (SANT'ANNA, 2014). Os cantores da bossa nova, não investiam ostensivamente na aparência e se destacavam pela qualidade da produção artística de linguagem nova, limpeza e apuro, com os quais se identificava a classe média alta. Um outro grupo, de visual mais exagerado e estilo afetado, do qual fazia parte Caubi Peixoto e Elza Soares, agradava camadas mais populares. Por fim, havia a turma da Jovem Guarda, versão nacional e moralmente aprovada dos roqueiros ingleses, com imagem despojada sem ser descuidada.

Estrela desse último grupo, conforme a doutora em História Mara Rúbia Sant'Anna (2014, p. 113), Wanderléa era reconhecida como alguém que “difundiu um padrão de beleza para uma geração na qual os quilos a mais não eram tão condenados e em que rostos redondos, emoldurados por longos cabelos soltos e loiros, faziam parte do ícone de uma jovem romântica e bonita”. A cantora exibia a voluptuosidade das formas, ressaltando no corpo o valor máximo reconhecido para uma mulher na época: os seios e os quadris largos que simbolizavam a fertilidade e exaltavam a “plena capacidade” para a maternidade. Compreender o modelo de corpo e aparência idealizado para a mulher do período estudado é importante, pois, não se resume em uma composição meramente física específica, mas retrata um conjunto de valores determinados pelo imaginário do contexto em que se insere, podendo variar de sociedade para sociedade.

O corpo é uma realidade mutante de uma sociedade para outra: as imagens que o definem e dão sentido à sua extensão invisível, os sistemas de conhecimento que procuram elucidar-lhe a natureza, os ritos e símbolos que o colocam socialmente em cena, as proezas que pode realizar, as resistências que oferece ao mundo, são incrivelmente variados, contraditórios até mesmo para nossa lógica aristotélica do terceiro excluído, segundo a qual se a coisa é comprovada, seu contrário é impossível. Assim, o corpo não é somente uma coleção de órgãos arranjados segundo leis da anatomia e da fisiologia. É, em primeiro lugar, uma estrutura simbólica, superfície de projeção passível de unir as mais variadas formas culturais. (LE BRETON, 2007, p. 26).

Esses valores construídos pelas sociedades chegam a determinar relações de poder baseadas em diferenças de sexo que os estudos de gênero procuram desnaturalizar. Segundo a doutora em História, especialista em Gênero, Maria Teresa Citeli (2001, p. 132), ciências biológicas e sociais já buscaram explicar “variações nas habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade” em “diferenças sexuais presumidamente localizadas no corpo”. A intensão desses estudos, de acordo com a autora, seria de “desqualificar as mulheres corporal, intelectual e moralmente”.

De forma contrária, existem hoje estudos feministas apontando a parcialidade das afirmações de trabalhos das ciências biológicas impregnados de valores do tempo em que são produzidos. Alguns desses trabalhos pretensamente “objetivos”, “neutros”, “transparentes”, “verdadeiros” e “universais”, chegaram a levar os estereótipos de gênero ao nível celular, atribuindo características como força, vigor e agressividade à célula masculina (espermatozoide) e passividade, receptividade e fragilidade à feminina (óvulo).

Talvez hoje deva-se buscar referência por estudos mais recentes da sociobiologia - associados aos feministas - que facilmente oferecerem ao campo um caráter menos androcêntrico, mais justo, desconstruindo as naturalizações de características de gênero atribuídas aos corpos em decorrência dos sexos.

O Professor Arthur John Brereton Marwick (2009, p. 10) afirmava que “nas relações humanas, muita coisa muda: as ideologias e as instituições, os sistemas econômicos e sociais, as estruturas de classe, o papel e o status da mulher”, mas a beleza em si, ao longo da história, relativamente pouco mudou. O autor a denominava de “constante relativa”, “universal relativo”, independente das conformações corporais, as quais variam carregadas de símbolos de riqueza e status, mas não de beleza; portanto é importante separar também o conceito dessa última do conceito de moda.

O conceito essencial de belo pode não mudar de uma sociedade para outra, mas, para o antropólogo e sociólogo David Le Breton (2007, p. 30), “a definição dos constituintes da carne do indivíduo são dados culturais cuja variabilidade é infinita”, e caracteriza a relação do homem com o corpo, traduzindo um aspecto do imaginário social. Como consequência, o corpo acaba tornando-se “objeto concreto de investimento coletivo, suporte de ações e de significações, motivo de reunião e de distinção pelas práticas e discursos que suscita”.

De acordo com Barrio (2005) a variação do que seja o ideal pode chegar a considerar até mesmo opostos completos e contraditórios, como o modelo cultural dionisíaco

(hedonismo, paixões e excessos) e o modelo apolíneo (racionalidade e moderação). A autora salienta que, por mais que estimulem ou promovam a adequação comportamental dos membros de uma sociedade, os modelos ideais não conseguem penetrar todos os âmbitos da vida do grupo humano e as contradições, até mesmo de valores, aparecem dentro de uma mesma cultura.

Na sociedade brasileira dos anos 1950 a cisão cultural mais óbvia era a de gosto determinado pela classe social. Conforme Sant’Anna (2005), a admiração de cantoras do rádio, vedetes e atrizes do teatro de revista não era adequado à moral burguesa, que preferia relacionar seus modelos ideais a mulheres de tipo mais exclusivo; assim, manequins, nobres e socialites constituíam os ícones portadores de distinção, nos quais a classe alta acreditava dever se espelhar. Em contrapartida, a cultura de massa projetou seu holofote sobre os artistas de apelo popular, que transmitiam despojamento e acessibilidade, o que acabou por quebrar do conceito artificial e inatingível de beleza e por legitimar padrões menos convencionais e mais próximos da realidade cotidiana. Elementos de aparência e comportamento contraditórios dificilmente foram percebidos no grupo pesquisado.

#### **4.1 Desejo e obrigação de cuidar da aparência**

O cotidiano do indivíduo, no começo do século XX, determinava a configuração de sua apresentação corporal. Em Prost (2009) encontramos o estatuto do corpo decorrente do meio social, sendo que a robustez e o bronzeado eram valorizados em trabalhadoras e servas, enquanto que a pele clara e a compleição delgada representavam a distinção das classes altas, as quais não costumavam sair à rua sob o sol, nem praticar esforços físicos. Além das influências determinadas por classe social, grupo étnico, faixa etária e sexo, a relação do sujeito com seu corpo também era afetada pela moral religiosa cristã: dedicar maiores cuidados corporais implicava entrar em intimidade com “a carne”, com “o pecado”, o que restringia até mesmo a higiene. Resquícios dessa relação entre a moral religiosa e a intimidade com o corpo ainda podem ser percebidos em meados do século, através da fala de Gogoia, ao contar que, no colégio das irmãs, havia um vestido e um tamanco para serem usados durante o banho, que deveria ser sempre rápido e acontecer sob a supervisão das freiras.

À medida que o século vai avançando, esses tabus se enfraquecem e a aparência física começa a depender do corpo, o qual passa a ser objeto de investimento de cuidados. “As revistas femininas alertam suas leitoras sobre esse ponto, ganhando uma nova seção: a

ginástica como hábito. As mulheres são convidadas a cultivar diariamente as flexões abdominais e a desenvolver a flexibilidade.” (PROST, 2009, p. 83). A alimentação saudável também começa a ser incentivada nesse programa de vigilância permanente, para que se evitem os excessos e o porte elegante se mantenha inalterável.

Assim, devemos, de acordo com o nosso tipo e idade, determinar o peso que mais nos convém e mantermo-nos nele. De nada adiantam as dietas esporádicas com perda brusca de peso. [...] Se quer um conselho, economize em outras coisas, mas se dê ao luxo de adquirir uma balança que lhe permitirá pesar-se todos os dias, [...] e que atuará como uma espécie de “voz da consciência” para dizer-lhe exatamente a quantas você anda<sup>34</sup>. (LISPECTOR, 2006, p. 22).

O modo de se apresentar e representar socialmente exigia um estilo geral de aparência que se adequasse à situação específica do cotidiano. Para Le Breton (2007, p. 77), esse modo “engloba a maneira de se vestir, a maneira de se pentear e ajeitar o rosto, de cuidar do corpo, etc. (...), o primeiro constituinte da aparência tem relação com as modalidades simbólicas de organização sob a égide do pertencimento social e cultural do ator”, mas com caráter provisório e comprometido com os efeitos da moda no tempo. Esses efeitos podem tornar-se aliados ou algozes das mulheres, caso elas utilizem-nos a seu favor ou deles virem reféns, e, naquele contexto específico, até mesmo as mulheres comuns eram incentivadas a manterem-se sempre sedutoras.

As novas revistas femininas [...] insistem que as mulheres, se quiserem conservar os maridos, devem se manter atraentes. [...] Os cuidados com a beleza, a maquiagem, o batom já não são o apanágio das coquetes e das mulheres fáceis: agora são maneiras honestas de valorizar os próprios encantos. (PROST, 2009, p. 84).

Além das revistas femininas, jornais também traziam colunas dedicadas às mulheres, reforçando a importância dessa preocupação e oferecendo conselhos de como agir para atingir seus objetivos. Entre os anos de 1959 e 1961, Clarice Lispector escreve para seções dos jornais *Diário da Noite* e *Correio da Manhã*, usando um tom de amizade e confidencialidade para compartilhar com as leitoras a imagem que deveriam procurar seguir: de uma mulher sintonizada com seu tempo, que não se fiava apenas nos atributos físicos, mas cultivava todo um conjunto de características que compunham seu encanto.

A sedução da mulher começa com a sua aparência física. Uma pele bem cuidada, olhos bonitos, brilhantes, cabelos sedosos, corpo elegante, atraem os olhares e a admiração masculina. Para que esses olhares e essa admiração,

---

<sup>34</sup> “A gordura e a formosura”. Publicado em *Correio da Manhã*, 09 de setembro de 1960.

porém, não se desviem decepcionados, é preciso que outros fatores, muito importantes, influenciem favoravelmente, formando o que poderíamos chamar “a personalidade cativante” da mulher.<sup>35</sup> (LISPECTOR, 2006, p. 95).

Há que se fazer a ressalva de que o incentivo aos cuidados com o corpo e com a aparência não se limitaram às mulheres. O desenvolvimento da sociedade de consumo fez com que a publicidade explorasse ao máximo o novo nicho de mercado que se abria, e produtos como xampus, cremes, desodorantes, filtros solares de uso pelos dois sexos podiam ser vistos nos anúncios dos jornais e revistas de circulação geral.

“A exposição publicitária acelerou bruscamente em todo o conjunto da população a adoção de práticas físicas preconizadas por médicos e moralistas burgueses, [...] desde o começo do século. [...] uma firma como a L’Oréal sustentou um esforço publicitário maciço” para vender uma variada linha de produtos para esse novo corpo a ser construído por homens e mulheres (PROST, 2009, p. 84-85). Contudo, para que o discurso fosse colocado em prática, a exibição do físico necessitou entrar na vida comum em ocasiões como férias em balneários, estações termais e piqueniques, que se popularizaram na década de 1950.

A sociedade de consumo que, no início aproveitou-se das novas preocupações com cuidados corporais, transforma, a partir de então, o próprio corpo em “objeto” de consumo. As décadas que seguiram o período desse estudo testemunharam a comercialização da obsessão pela juventude, magreza, padrões de masculinidade e feminilidade, que se tornaram valores sociais a serem expressos por ele, necessários à comunhão do prazer hedonista dos novos tempos.

Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: os usos físicos do homem dependem de um conjunto de sistemas simbólicos. Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade. (LE BRETON, 2007, p. 7).

A antropóloga Livia Barbosa e o sociólogo Colin Campbell (2006, p. 22) esclarecem que isso acontece porque até mesmo os “objetos, bens e serviços que suprem nossas necessidades físicas e biológicas” são esgotados pela sociedade de consumo para “mediar nossas relações sociais, conferir-nos status, construir identidades e estabelecer fronteiras entre

---

<sup>35</sup> “Sedução e feminilidade”. Publicado em Correio da Manhã, 30 de dezembro de 1959.

grupos e pessoas”. O corpo, que na verdade sempre foi utilizado para a reprodução física e social, cada vez mais constitui nossa subjetividade e identidade nessa sociedade da imagem e do imediatismo. Tornando objeto, facilita a expressão clara de nossos desejos e subjetividades, materialmente.

A rede de símbolos e significações que elegeu o corpo jovem como ideal de beleza fez com que a novidade representasse também a modernidade, na correspondência ao sucesso e à ascensão social. Conforme Sant’Anna (2014), mesmo que haja concordância de que a beleza percebida - apesar de sua natureza subjetiva - depende do julgamento de quem a aprecia, sociólogos e antropólogos diversos constataram que é uma variável fiel e válida. O belo, como significante de sucesso, prosperidade e superioridade centra seu sentido de ser no parecer e, nessa atribuição de direitos, coroação de estatutos e permissão de poderes, “começou o estreitamento das relações entre poder e aparência, ou seja, na significação que o belo adquiriu, numa sociedade que se julgava realizada pela beleza que estampava”. (SANT’ANNA, 2014, p. 136).

Ao reconhecermos a ligação que a aparência tem com as relações de poder, somos lembrados por Le Breton (2007, p. 77) de que sobre determinadas características do aspecto físico o ator social consegue alguma margem de manobra. Através de artifícios como peso, altura e qualidades estéticas, metamorfoseados conforme a necessidade ou disposição, o indivíduo direciona o olhar do outro para uma classificação de categoria moral ou social particular; nesse sentido, exclui-se qualquer inocência do sujeito agente. “Essa prática da aparência, na medida em que se expõe à avaliação de testemunhas, transforma-se em engajamento social, em meio deliberado de difusão de informação sobre si”. Porém, ao se sujeitar à apreciação do outro, o indivíduo corre o risco de ser julgado sob um código em que pese a balança do preconceito, que conforme o observado a algum tipo de categoria social ou moral à qual pode não pertencer de fato, mas na qual o estereótipo possa tê-lo colocado.

Para evitar consequências decorrentes do preconceito, que desvios na conformação corporal das mulheres (de classe média urbana) dos anos dourados poderiam trazer, era mister o cuidado com a aparência, de forma a adequá-la aos padrões de beleza promovidos naquele tempo. Conforme o antropólogo Pedro Paulo Gomes Pereira (2006, p. 470), “as sociedades inventam formas de regular e materializar o sexo nos sujeitos”, fazendo com que normas regulatórias sejam repetidas, citadas e reiteradas frequentemente em performances sociais. A teoria queer afirma que, no processo, acontecem torções, lapsos, conflitos, brechas, fissuras e

disjunções que permitem aos sujeitos as subversões das normas de apresentação dos gêneros pelos corpos. Nesse sentido, o corpo se apresenta como lugar onde pode se observar “a rebelião da diversidade”, como produto de vários discursos e passível de “subversão das fronteiras de gênero” por meio de marcas identitárias (FERNANDES, 2006), o que não era nem ao menos cogitado pelos sujeitos de nossa pesquisa.

Marwick (2009, p. 14) lembra que para além da aparência física, a beleza é um conceito que pode “conotar algo transcendental, algo além das coisas humanas, como a verdade, a pureza, a devoção, a espiritualidade, o ‘bem’ elevado ao mais alto grau”. Por outro lado, o autor ressalta que a beleza óbvia traz a quem a possui atributos sexuais que fazem qualquer noção dignificada, nobre ou “espiritualizada” de beleza desaparecer imediatamente. O clichê de que a beleza deve estar além da pele, implica na ideia de que “a pessoa verdadeiramente bela é aquela que possui dotes morais que a façam “mais do que simplesmente bonita”.

Enquanto esse autor insiste no poder da beleza pura, invariável e inquestionável, Sant’Anna (2014, p. 135) defende o benefício que a mudança dos padrões do belo pelo tempo trouxe para as moças. Durante os anos 1950 o modelo ideal de uma bela mulher, ainda era associado a virtudes relacionadas ao papel esperado que desempenhassem (esposa dedicada e sedutora, mãe amorosa e cuidadora, dona de casa prezada e eficiente). Contudo, a partir da década seguinte, a cada ano, “a bela ficou mais próxima, mais terrena, quase pecadora, mais uma menina que podia ser a namoradina de todos, porém, dotada de poder de rendição, quase medusa, sempre modelo”.

Dissemos anteriormente que os efeitos de mudanças da moda no tempo poderiam ser aliados ou algozes da mulher, dependendo de como se relacionaria com eles. Nesse sentido, entramos em consonância com o historiador Roger Chartier (1995, p. 41), para quem o uso da beleza é um objeto de manipulação feminina. Segundo o autor, “para as mulheres, se conformar aos cânones corporais ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação”. Sendo assim, o que chama de “efeito de beleza” acaba sendo usado por quem o sofre (a mulher) contra quem originalmente o produziu (o homem ou a sociedade patriarcal e machista).

No Brasil dos anos 1950, jornais, revistas e programas de rádio construíam um universo fabuloso e festivo de glorificações, em que a beleza era sempre associada a um

imaginário de princesas modernas, representadas por estrelas do cinema hollywoodiano e também artistas nacionais. O pedestal em que eram colocadas para serem admiradas e copiadas era construído por uma indústria que vendia produtos promovidos como necessários à construção meticulosa daquelas imagens de perfeição, do ideal de beleza a ser perseguido e alcançado.

A beleza artificial, aquela que casa perfeitamente com uma elegância firmada na dissimulação dos defeitos e nas relações sociais marcadas pelo distanciamento, era proporcionada pelos olhos de gazela, modelado pela sombra nas pálpebras, o lápis de sobrancelha, o rímel e sobretudo, o delineador. Os demais itens da maquiagem facial enfatizavam a palidez da pele e o volume dos lábios, que não deveriam ser nem muito grossos nem demasiadamente finos. Pouco blush, muito pó de arroz e pó compacto, batom sempre presente e denso, enquanto os cabelos recebiam preciosos cuidados, porém os penteados de grampos, fitas, flores e outros apetrechos eram pouco recomendados. Os cabelos, com ondulações calculadas e armadas com laquê, descendo pela testa e fronte, contracenavam com coques perfeitos que deixavam o rosto limpo para melhor exibir olhos sedutores. A beleza cultuada nos anos 50, bastante próxima daquela dos 40, é a de uma deusa, rainha e estonteante, mas cuja peculiaridade era a de se colocar como beleza ao alcance de todas pelo consumo de produtos e técnicas corporais, que quase sempre tinham nas artistas internacionais e nacionais suas garotas propagandas. (SANT'ANNA, 2014, p. 100-101).

Curiosamente, naquela década, existia um discurso predominante que exigia das mulheres a preocupação constante com a imagem e a aparência, fundamental para uma “mulher moderna”, mas que também condenava e recriminava o descuido com os valores superiores do papel de mãe, esposa e dona de casa. As qualidades morais das mesmas mulheres cuja beleza era exaltada chegavam a ser questionadas quando relatadas suas desventuras amorosas e dramas pessoais, entendidos como o alto preço pago por privilegiarem a carreira a despeito do lar.

Essa ambiguidade de discursos encontrava reflexo no caráter dúbio do consumo, pois o consumo é “um pré-requisito para a reprodução física e social de qualquer sociedade humana”, e, embora todos os membros sociais sejam consumidores, nem todos chegam a ser produtores; nas sociedades contemporâneas, o valor do trabalho é moralmente superior” (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p. 21). Enquanto este é valorizado como “fonte de criatividade, autoexpressão e identidade”, aquele “é visto como alienação, falta ou perda de autenticidade em um processo individualista e desagregador”.

Porém, como todo discurso é passível de manipulação, para se retirar a carga pejorativa dessa visão negativa do consumismo, bastava relacioná-lo ao universo doméstico, o qual, conforme afirmam Barbosa e Campbell (2006, p. 25), constitui-se de “uma esfera

provedora de uma série de serviços que associamos, em geral, não com consumo ou com sociedade de consumo, mas com amor, afeto, laços familiares, trabalho doméstico feminino, entre outros”. Essa forma de retirá-lo do âmbito de mera compra e venda de mercadorias seria o equivalente a relevar a superficialidade da preocupação com a aparência pela mulher, justificando o esmero dos cuidados com o fim ulterior da conservação do casamento.

A sociedade não é apenas fruto de relações sociais sem que passe por relações materiais e ignorar ou repudiar moralmente a dimensão material da existência seria ingenuidade, já que os bens materiais contribuem para a composição da distinção social. A raiz dessa reprovação moral do consumo está fincada na hierarquização das necessidades e dos bens necessários ao seu atendimento e na conseqüente desvalorização do que seja considerado supérfluo, lembrando que o estabelecimento dessas conformações é sempre contextual, variando de acordo com a cultura considerada.

A questão do consumo é tão complexa para nós do ponto de vista moral que desenvolvemos sofisticados critérios de legitimidade e retóricas de justificativas sobre o que, quando e por que consumimos, que nos passam inteiramente despercebidos na vida cotidiana. [...] Do ponto de vista cultural, necessidades básicas são aquelas consideradas legítimas e cujo consumo não nos suscita culpa, pois podem ser justificadas moralmente. As supérfluas, como o próprio nome indica, são dispensáveis e estão associadas ao excesso e ao desejo. Por conseguinte, consumi-las é ilegítimo e requer retóricas e justificativas que as enobreçam e que diminuam a nossa culpa. (BARBOSA; CAMBELL, 2006, p. 36).

Dissociar o consumo da crítica moral pode oferecer dificuldades equivalentes a separar os conceitos de beleza e moda. Segundo Marwick (2009), muito do que é considerado digno de receber a chancela de beleza grega nada tem de apolíneo, mas está imiscuído de determinações imperativas de moda da sociedade em questão. A confusão pode ser desfeita bastando se observar e identificar a quantidade limitada de sujeitos que ostentam a beleza natural naquela sociedade e a enormidade daqueles que são feios, mas acabam tendo seus aspectos estéticos amenizados por fazerem uso de artifícios oferecidos pela moda.

A antropóloga Mirian Goldenberg (2005) lembra que Gilberto Freyre<sup>36</sup> propunha que a mulher brasileira resgatasse a beleza natural e variada de seu corpo miscigenado, abandonando os artifícios das modas europeias e norte-americanas, inadequadas ao clima tropical e padronizadoras de uma imagem que não condizia com sua realidade. Na verdade, as modas e os modismos não se aplicavam apenas à superfície corporal, mas quando se

---

<sup>36</sup> Ver: FREYRE, G. Modos de homem, modas de mulher. Rio de Janeiro: Record, 1987.

objetivavam visíveis nas roupas, cabelo e maquiagem, é porque já haviam sido subjetivados na mentalidade, influenciando as formas de crer, pensar, sentir e agir.

Já Campbell (2006) defende a moda, pois acredita que ela contribua com a sociedade de consumo ao promover a novidade, sendo que os artigos e serviços só nos atingem intensamente em nosso primeiro contato com eles, e sua exposição repetida termina gerando apatia e a consequente necessidade de reposição por produtos inéditos. A moda e sua lógica de consagração do ineditismo são justificadas pelo perigo que o tédio e a apatia oferecem ao nosso senso de identidade. O que o autor sugere é que a recomposição da identidade possa ser feita por meio de nossas reações aos bens, não de seu acúmulo ou simplesmente de sua aquisição. Sant'Anna (2014) diz que essa reinvenção faz parte da aventura que a cidade moderna oferece, conferindo visibilidade, estreitando laços e proporcionando prestígio social no controle dos aspectos indesejados da feiura e na garantia dos símbolos do belo, novo e moderno.

Nesse contexto, pode-se compreender o sucesso que faziam as colunas femininas ao incentivarem o uso constante de produtos que aprimorassem ou mantivessem a beleza. De acordo com Sant'Anna (2014, p. 138), isso se dava porque, mais do que se constituírem práticas de beleza, essas práticas eram “de significação da importância social do belo, de subjetivação do gênero e reforço intimista de transformação da personalidade particular em favor de outra esperada”, em sintonia com o espírito de jovialidade e charme pessoal da “mulher moderna”.

Os guias de apresentação pessoal anteriores ao século XIX alertavam sobre os perigos de se cair nas armadilhas da beleza e na necessidade de os jovens se concentrarem nas virtudes morais e de caráter de seus pretendentes. A partir da era industrial, esses manuais passaram a admitir “que a aspiração a um aspecto exterior agradável era plenamente respeitável; aliás, chegaram a asseverar que a mulher tinha o dever de procurar aprimorar a aparência pessoal” (MARWICK, 2009, p. 207). O tom de obrigação nos discursos desses referenciais imperou até os anos 1960, quando passaram a pregar a naturalidade na aparência pessoal feminina, e, utilizando de cumplicidade e intimidade, levavam as moças a acreditarem que maquiagem e vestir-se bem fazia parte de jogos divertidos, próprios do instinto natural da mulher.

Enfatizava-se muito a saúde e a forma física, a dieta e o emagrecimento, não a fim de obter uma aparência artificial, mas para dar às qualidades naturais a oportunidade de se irradiar ao máximo. Agora, mais do que nunca se

dispunha de uma variedade maior de cosméticos e outros produtos de beleza, geralmente vendidos com mais controle, precisão e informação de apoio. Chegava-se a admitir os limites do que se podia conseguir por artifício, com certas qualidades como postura, personalidade e charme, que se podem obter por habilidade e esforço, reconhecendo-se que se tratava de coisa diferente de beleza natural. (MARWICK, 2009, p. 265).

Sant’Anna (2014, p. 141-145) apresenta a coluna “Elegância e Beleza”, de Elza Marzullo, na revista O Cruzeiro, como exemplo desses guias de apresentação pessoal para as mulheres. Segundo a pesquisadora, ainda nos anos 50, a coluna garantia a importância do rosto pelo preceito moral de que ele revelava a alma e anulava a “nudez pecaminosa da carne”, estando autorizado a seduzir. A proporção das feições deveria ser harmoniosa e para se corrigir ligeiramente alguma imperfeição, dever-se-ia fazer uso de leve maquiagem, buscando o equilíbrio. O batom deveria ser sempre usado para conservar os lábios, apagar seus sinais de cansaço e garantir a juventude e beleza no seu bom contorno. A leitora era incentivada a cuidar mais do viço da pele e brilho dos olhos para não ter de corrigi-los caso apresentassem abatimento, o que não correspondia com a elegância “de seres civilizados e superiores, de moral ilibada e alma elevada”.

Na entrevista de Cecília soubemos que o exemplo de cuidado com o corpo e com a beleza era assimilado da madrinha, e socializado entre as moças da casa em que vivia. Por volta dos 13-14 anos, “*fazia permanente para cachear os cabelos, usava batom, rouge, pó de arroz, talco para o corpo e lápis para delinear a sobrancelha. Mais do que isso não era aconselhado ou permitido, sendo considerado o pecado da vaidade*”, já que a rígida moral protestante regia a casa. Silésia, sua vizinha na época, gostava de usar “*apenas creme hidratante e pouca maquiagem, deixando a imagem mais ao natural*”.

Interessante observar, em meio às contradições dos discursos daquela época, conforme vimos até agora, que as mulheres deveriam evitar o exagero no uso da maquiagem, o que representava artificialidade e vulgaridade não condizentes com a modernidade delas esperada. Por outro lado, sempre que sujeitas ao olhar alheio, era mister apresentar-se impecavelmente, recorrendo a retoques com a frequência que fosse preciso, e jamais deveriam sair de casa sem portar na bolsa um kit contendo todo o arsenal necessário para a guerra contra a imagem desalinhada. A imagem estética sempre perfeita, impecável e irrepreensível seria assim associada à moral também ilibada, correta e imaculada, que garantia a referência simbólica da santa moça de família, polo a ser localizado diametralmente oposto ao da pecadora, perdida e desencaminhada.

Os cabelos abandonaram os sinuosos ondulados dos anos 1950 para comporem variados tipos de penteados na década seguinte. A coluna de O Cuzeiro referida acima apresentava as tendências internacionais, acompanhadas das técnicas para conseguir os efeitos, assim como das propagandas de produtos para fixação e novidades em tinturas (os cabelos grisalhos não faziam parte do visual promovido) e, para garantir a efetividade de tudo, vinha sempre o conselho da indispensável “escovação vigorosa ao dormir e ao acordar”. (SANT’ANNA, 2014, p. 144).

Silésia aponta a tia Jassy como sua maior influência nos cuidados com a aparência e credita a ela – a primeira cabeleireira da cidade – seu gosto especial pelos penteados elaborados com coques, topetes, permanentes, etc. A moda dos penteados e das calças slack pode ser vista na fotografia abaixo, em que Silésia (à esquerda) aparece com as outras candidatas ao título de Rainha do Milho 1964 e as assistentes, em um churrasco na fazenda oferecido a elas. Podemos também perceber pela foto o cuidado com o resguardo da moral exibido pela articulação dos corpos no posicionamento lateralizado das pernas das moças ao sentarem-se à grama.



Figura 10 - Moças no churrasco oferecido às participantes do concurso em 1964  
Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho

Uma compleição corpórea equilibrada seria o desejável; nem gorda ou flácida, nem magérrima. Ainda que “cheinha”, se fosse proporcional poderia revelar a “disposição da alma de ser uma mulher ideal” (SANT’ANNA, 2014, p. 152). A mulher muito magra era ainda

mais estigmatizada, pois não apresentava os símbolos da feminilidade idealizada, corporificados pelos seios fartos e quadril largo.

A pele alva, que poucas décadas antes representava distinção e conferia pertença de classe elevada, naquele momento significava que a mulher não se expunha ao sol em práticas de atividade física e que não estava sintonizada com o novo ideal preconizado de corpo. Durante a entrevista, Silésia mostrou uma fotografia em que aparecia rodeada de moças de maiô, tirada no início dos anos 1960, em uma praia do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, alguns jovens que estavam na areia brincaram: “Olhem os fantasmas de Minas!” – referiam-se à falta de bronzeado das moças do interior do país, onde a exposição do corpo ainda era tabu. Silésia conta que aquela havia sido a primeira vez que usava roupa de banho em público.

Em relação à moda, os trajes bastante elaborados e glamorosos eram reservados para as ocasiões especiais, como bailes, grandes festas e recepções. O segredo do bem-vestir residia na elegância, e essa se relacionava à adequação, principalmente quando a situação pedisse simplicidade. Diga-se de passagem, conforme conta Sant’Anna (2014, p. 160), nada havia de mais deselegante do que uma mulher que se deixasse perceber desconfortável em seu vestido, por mais bonito que fosse; a modelagem perfeita e o caimento impecável seriam primordiais e as modistas reconhecidas por seu talento eram extremamente concorridas.

Isso pode ser comprovado pela fala de Gogoia, que conta que seus vestidos de baile eram feitos em Belo Horizonte por uma das costureiras mais famosas do Estado. Já as moças pobres eram incentivadas desde cedo a aprender a costurar, e trocavam os conhecimentos entre si, até porque roupa pronta não era acessível e todas queriam vestir-se conforme viam nas revistas da época.

Cecília afirma que, “*acima da preocupação de estar na moda, a preocupação era estar sempre bem alinhada e com roupas apuradas no detalhe, na qualidade do feitiço e caimento*”. Na fotografia a seguir vemos Cecília (à direita), em um passeio em Belo Horizonte e pode-se constatar seu cuidado com a imagem, no panejamento da saia, cintura bem marcada, volume das mangas balão, lenço no pescoço, sandália de salto e clutch à mão.



Figura 11 - Cecília a passeio em 1954  
Fonte: arquivo pessoal

Segundo Sant’Anna (2014, p. 161), caso fosse convidada para uma festa, para que se tivesse a garantia de que a apresentação em público sairia conforme o esperado, a mulher deveria “desde a manhã, escolher o traje, experimenta-lo, testar a maquiagem, o sapato, o penteado e deixar tudo sobre a cama, da meia à roupa íntima, da bolsa às joias”; a preparação fazia parte da “incalculável importância dos rituais de beleza”. Gogoia divide conosco seu ritual de “acordar de madrugada” para se arrumar para a missa das 10:00 horas do domingo, ocasião que justificava sempre uma roupa nova.

Por fim, Marwick, (2009) esclarece que a simulação da beleza, o elevado investimento na autoapresentação por meio de artifícios da moda, eram geralmente empregados nas revistas, e que, quando aliados ao mito e ao preconceito, contribuíam para a confusão entre o significado dos conceitos de beleza legítima (física) e de conduta moral. Sant’Anna (2014) explica que isso acontecia porque as colunas que divulgavam as práticas de beleza associavam-nas à organização da vida e a valores subentendidos na expressão comportamental de mulheres verdadeiramente elegantes.

#### 4.2 O belo comportamento em sociedade da moça dos anos 1950

O cientista social canadense Erving Goffman (2011, p. 49) afirma que, para que se constituam como tal, por meio de rituais, as sociedades mobilizam seus participantes a serem autorreguladores do comportamento em encontros sociais. Neles, o indivíduo aprende a perceber-se, a “ter orgulho, honra e dignidade, a ter consideração, tato e uma certa quantidade de aprumo”. Tais elementos de comportamento são universais e devem ser inseridos no sujeito para que ele interaja socialmente; seus usos e medidas podem variar no tempo e no espaço. “Olhadelas, gestos, posicionamentos e enunciados verbais que as pessoas continuamente inserem na situação, intencionalmente ou não”, são materiais comportamentais componentes de um emaranhado complexo presente nas regulações inter-relacionais dos encontros sociais. (GOFFMAN, 2011, p. 9).

O conjunto dessas normas de se portar em sociedade pode ser entendido como um dos sistemas simbólicos, que, conforme Bourdieu (2004), são usados para cumprir a função política de imposição ou legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, mas que acaba sendo assimilada pelos dominados como se fosse natural. Para Baczko, (1985, p. 300) esse “simbolismo da ordem social, da dominação e submissão, das hierarquias e privilégios, etc., é quantitativamente limitado, ao mesmo tempo que se caracteriza por uma fixidez notável”. O que varia, conforme dito acima, é a configuração dos símbolos para cada sociedade, sendo em todas elas coletivamente apropriados, através de sua dissolução na cultura feita pela ideologia, a qual é construída para atender aos interesses particulares dos dominantes.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2004, p. 7).

Dentro do sistema comportamental de interação existe o que Goffman (2011) chama de “fachada”: a imagem do “eu” desenhada pelo indivíduo, tendo em conta atributos socialmente aprovados. A pessoa mantém a fachada quando a linha de representação que ela assume corresponde com sua imagem internamente consistente, em um processo atestado pelo

juízo dos outros, e referendado por evidências impessoais. Portanto, a fachada não se constitui de algo que seja encontrado claramente na pessoa, “mas sim algo localizado difusamente no fluxo de eventos no encontro, e que se torna manifesto apenas quando esses eventos são lidos e interpretados para alcançarmos as avaliações expressas neles”. (GOFFMANN, 2011, p. 14-15).

Nas interações é esperado que o ator interprete seu papel conforme a posição social que ocupe. Reis (1987, p. 114) assevera que, juntamente à expectativa desse desempenho, analítica e empiricamente distintas, “estão expectativas que cristalizam tipificações de padrões interacionais veiculadas por outros atores que, em virtude da relação particular que mantêm com o ator em questão, se configuram em ‘outros significativos’ para ele”. Essas tipificações para as moças dos anos 1950 eram encontradas nos discursos de vários agentes, fazendo parte de sua realidade, e podiam até influenciar suas atitudes e escolhas, mas não garantiam que todas as mulheres as assumissem e agissem conforme o padrão dominante ideal de comportamento.

O Teste de bom Senso apareceu em uma das revistas femininas mais lidas da época, *Jornal das Moças*. Seus pressupostos fazem parte da mentalidade dominante dos chamados Anos Dourados e poderiam estar presentes nos conselhos de uma mãe à sua filha nos romances para moças, nos sermões de um padre, nas opiniões de um juiz ou de um legislador sintonizados com o seu tempo. (BASSANEZI, 2006, p. 608).

Nesse sentido, o conjunto dos modos adequados a uma moça em sociedade podem ser entendidos como um tipo institucionalizado legítimo e fazer uso dele era apropriado e importante. Segundo Goffman (2011, p. 14-15), o ato de uma pessoa escolher fazer uso de uma fachada em particular, “junto com a facilidade de comunicar informações falseadoras por ela e por outros, constitui uma das razões que fazem com que ela considere que a participação em qualquer contato com outros seja um compromisso”. Esse autor liga a naturalização do uso da fachada ao receio de que, caso não fizesse, a moça poderia sofrer desconsideração futura pelos membros da sociedade, já que ela não considerou previamente as regras de conduta e acabar por não poder participar dos eventos sociais.

Essas ações objetivas motivadas por razões subjetivas dão-se conforme Bourdieu (1983, p. 61) define o conceito de habitus: “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas (objetivas) predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes (subjetivas), isto é, como princípio gerador e estruturador de práticas e representações”, sendo

incorporadas ao “modus operandi” dos agentes sociais, delimitando suas atitudes, muitas vezes sem que eles mesmos percebam. Assim, aquelas moças podiam assumir um comportamento cordial e cordato (estrutura estruturada), de forma a manterem sua reputação preservada (estrutura estruturante), e ainda as próprias atitudes de umas levarem outras a agirem da mesma forma, principalmente em relação à paquera e na relação com os rapazes.

No período estudado as ocasiões sociais e os espaços públicos despertaram mais interesse nos jovens do que nos tempos anteriores, pois eles estavam mais livres que as gerações precedentes para escolherem seus pretendentes. Singly (2009) afirma que, de acordo com o local que frequentavam, as pessoas poderiam ter uma noção da dimensão das identidades sociais e culturais das outras, e então fazer a escolha do cônjuge mediada pelo espaço de sociabilidade.

A partir do entreguerras, a intervenção daqueles que elegem ou determinam os pares torna-se mais amena; o olhar vigilante da família e da vizinhança diminui e os bailes passam a ser frequentados pelos jovens na companhia de seu grupo. Do mesmo modo, os encontros arranjados no espaço privado por um parente ou um amigo mais velho da família deram lugar às saídas noturnas “autoadministradas” pela geração mais jovem (SINGLY, 2009). Que não fique aqui a impressão de que naquele momento estivessem livres para o namoro.

Conforme conta Gogoia, “*namorar somente era permitido sob a supervisão de um acompanhante*”, que no caso dela, era um primo de outra cidade que morava com sua família. Uma modalidade de paquera de que se lembra ser muito popular era o “correio elegante” nas festas e afirma que “era emocionante receber um bilhetinho”.

Já no relato de Silésia, “*a paquera acontecia de maneira muito discreta no ‘Vai e Vem’, a caminho do cinema, e nos bailes da Sociedade Recreativa*”, ocasiões que frequentava com amigas, irmãs e primas. A fotografia que se segue mostra o espaço de sociabilidade chamado “Vai e Vem” – rua em que os moços passavam em um sentido e as moças em outro para verem e serem vistos, prática que acontecia de forma similar em praças públicas de outras cidades do interior mineiro.

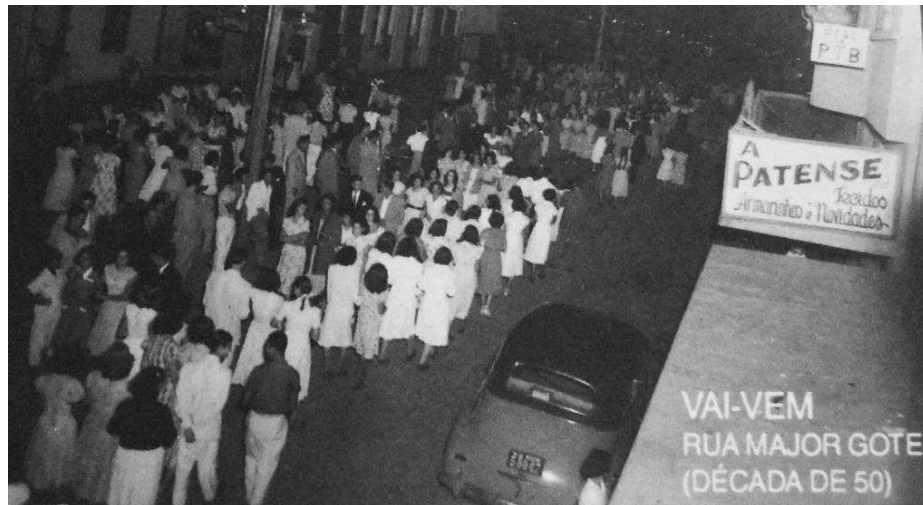


Figura 12 - Vai e Vem, anos 1950  
 Fonte: arquivo pessoal

Nas impressões de Silésia, as rígidas regras morais valiam para toda a sociedade, não somente para as moças, pois conta que seu marido – católico – não teve permissão da família para namorar uma jovem protestante. A propósito, Silésia não se recorda de ter conhecido “*moças transgressoras, mas havia algumas amigas que faziam proezas – como uma colega que era vice-campeã nacional de natação e viajava pelo Brasil para competir, o que parecia algo muito distante e um feito grande demais para uma moça do interior*”.

Quanto aos namoros proibidos, de acordo com Cecília, “havia moças que namoravam escondido rapazes que a família não aprovava, mas quando eram descobertas, tinham de terminar *e, por mais que tentassem, não conseguiam vencer o poder dos pais*”, pois eles vigiavam, perseguiram e no fim faziam prevalecer suas determinações. Ela conta que isso acontecia com suas amigas de famílias mais abastadas, pois no caso das moças pobres, “*era preferível que se casassem logo do que correr o risco de se perderem, e então serem expulsas de casa*”.

Uma vez que na interação social muito havia em jogo, eram necessários a preocupação com a imagem e a postura, a doutrinação e controle do próprio corpo, dos gestos e expressão de emoções, na busca de “uma certa dignidade”. Em Goffman (2011, p. 18-21) aprendemos que é esperado que o sujeito empreenda esforços para resguardar seus sentimentos de maneira voluntária e espontânea, em deferência aos sentimentos e às expectativas dos outros, num acordo tácito coletivo de preservação da fachada. Lograr esses

empenhos é o que se chama de “ter tato, savoir-faire, usar de diplomacia ou traquejo social”, na adequação dessas habilidades a cada situação específica.

Um exemplo do uso da fachada pode ser percebido na narrativa de Gogoia, ao contar que, nos bailes, ela e as amigas eram tiradas para dançar, e mesmo “quando um rapaz que não fosse muito apresentável ou habilidoso convidava para a dança, as moças aceitavam por *educação e consideração*”. O savoir-faire e o uso da diplomacia são aplicados quando as jovens evitavam a deselegância de constranger o rapaz e de quebrar as regras de etiqueta comuns àquele grupo social, praticadas naquelas situações.

Ao levarmos em conta essa busca por adequação, entramos em consonância com Mauss<sup>37</sup> (2003, p. 403-404), para o qual “cada sociedade tem seus hábitos próprios” e “toda técnica tem sua forma”, valendo para toda atitude do corpo. Como exemplo, o autor declara poder reconhecer uma jovem educada no convento apenas observando a posição e o movimento de suas mãos. Nesse contexto ele insere a noção de habitus, como o conjunto de determinantes das técnicas do corpo, não somente pela sociedade, mas por suas modas, prestígios e pela educação do indivíduo. Baczko (1985) complementa afirmando que, ao usarmos essas técnicas corporais nos rituais da cultura, acabamos por manejar símbolos que garantem a manutenção da ordem social.

Essas dinâmicas interacionais acontecem por meio de relações de poder dissimuladas, uma vez que, nessa configuração, ele (o poder) não aparece com obviedade e ainda conta com a cumplicidade daqueles que se sujeitam e daqueles que o exercem – o qual Bourdieu (2009) chama de “poder simbólico”. Reis (1987) explica que, quando um indivíduo exerce um papel social, outro deve desempenhar um contrapapel, de modo que ambos ganhem sentido, estabelecendo-se uma conexão em que padrões de conduta são cristalizados dentro de uma rede de significações, na qual a ideologia é corporificada.

É importante que entendamos que o acordo simbólico estabelecido nas relações em sociedade não garante harmonia e efetividade, e conflitos podiam surgir nas interações sociais, como gafes, desconfortos e constrangimentos. Para Goffmann (2011), a pessoa pode errar lançando mão de uma fachada que não esteja em sintonia com a linha que pretenda manter, e que possa não atender à expectativa dos outros agentes envolvidos na situação.

---

<sup>37</sup> As técnicas do corpo (1934), publicado em MAUSS, Marcel. *Sociologie et Anthropologie*. Un vol. 23x14 de LII-389 pp. Paris, Presses universitaires, 1950.

Uma falta de apoio apreciativo percebida no encontro pode chocá-la, confundi-la e momentaneamente incapacita-la enquanto participante da interação. Seus modos e orientação podem cambalear, desabar e desmoronar. Ela pode ficar constrangida e mortificada; ela pode ficar com a fachada envergonhada. A sensação justificada ou não, que ela é percebida num estado de alvoroço pelos outros, e que ela não está apresentando uma linha utilizável, pode ferir ainda mais os seus sentimentos, assim como sua passagem de estar com a fachada errada ou fora de fachada para a fachada envergonhada pode adicionar mais desordem para a organização expressiva da situação. (GOFFMAN, 2011, p. 16).

Goffman (2011, p. 22-24) esclarece que nesses momentos o indivíduo tende a adotar uma “orientação defensiva para salvar sua própria fachada e uma orientação protetora para salvar a fachada dos outros”. Caso a pessoa procure primordialmente salvar a fachada alheia, seguramente escolherá “um método que não levará à perda de sua própria fachada”.

Muitas vezes a maneira mais segura de preservar a própria imagem é evitando que situações potencialmente arriscadas aconteçam, mantendo-se longe de assuntos ou atividades que evidenciem sua inabilidade de assumir uma linha condizente; ou então, “voluntariamente realizar uma retirada graciosa antes que uma ameaça à fachada prevista possa ter chance de ocorrer”. A “evitação” da qual fala Goffman aparece no relato de Cecília sobre os bailes do Patos Social Clube, os quais frequentava mesmo sabendo que não pertencia àquele círculo social, e acabava não dançando por ficar mais preocupada em preservar a fachada, não sendo desmascarada por algum conhecido.

Conforme apresentado, o consenso sobre o sentido da vida em sociedade, das ocasiões e dos eventos sociais é possibilitado por instrumentos simbólicos de comunicação e conhecimento da integração social. Uma das práticas que representavam esses instrumentos na vida das moças dos anos 50, no âmbito da aparência e do comportamento, era a escolha de uma entre as mais belas, ou uma “rainha” dentre aquelas “princesas”.

Diferentemente da relação percebida na atualidade entre vaidade, status e notoriedade absoluta como fim em si, os concursos de beleza dos anos dourados tinham uma representação carregada de outros valores caros à sociedade. Veremos a seguir que, acima do objetivo pessoal de autopromoção e glorificação, aquelas moças tinham como precioso o sonho maior de se casarem e serem mães de família.

## 5 CAPÍTULO 4 – ESPOSA, MÃE E RAINHA

Vimos até agora que, durante os anos dourados, a cultura de massa difundiu entre a classe média, através da promoção de produtos para os cuidados pessoais, um padrão que supostamente propiciaria a realização social. Revistas de cotidiano instigavam homens, mulheres e jovens a se identificarem com os valores e atributos que os qualificariam como modernos. A poética moderna da aparência era reconstituída à medida que os atores sociais recompunham suas identidades por meio da aparência, em um processo de autogratificação, como se estivessem alcançando o pódio de uma corrida pelo sucesso social, suplantando o velho e exaltando o novo (SANT'ANNA, 2014).

Para Meyrer (2011), revistas como *O Cruzeiro* e *Capricho*, garantiam sua importância no contexto, por serem veículos de comunicação que criavam ou reforçavam modelos de representação que conduziam a existência de homens e mulheres. A manipulação de conceitos positivos ou negativos podia criar, transformar ou atribuir sentido à conduta adotada, no reconhecimento de serem “valores que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais”. (CHARTIER, 1991, p. 183).

De acordo com a mestre em História Carmen Lúcia de Oliveira (2010), os ideais de masculinidade e feminilidade eram reafirmados como categorias universalizantes, em fotografias e pequenos textos de anúncios de produtos, como se o homem branco, chefe de família, forte e viril representasse todos os homens; assim como se a mulher graciosa, virtuosa e prendada no lar pudesse representar a totalidade das mulheres da classe média. A cobertura dos concursos de misses por aquelas revistas também contribuía para o reforço e a cristalização das representações que definiam a feminilidade clássica, não somente no padrão comportamental, mas também na aparência: cabelos bem penteados, maquiagem impecável, corpo delineado de silhueta ampulheta.

O incentivo ao consumo de produtos de beleza e utensílios domésticos propunham a assunção de um novo jeito de ser, um novo estilo de vida: a mulher moderna que cuida de si, da família, da casa e ainda tem tempo livre para as atividades sociais. Um exemplo disso é o anúncio que a doutora em Ciências Humanas Raquel Barros Miguel (2009) encontra na revista *Capricho* mostrando uma bela jovem sentada ao lado de seu fogão e, sob a imagem,

pode-se ler a afirmação de que uma mulher moderna é aquela que usa aparelhos que não tomem o tempo de seus deveres, mas que permitam que faça suas atividades de forma eficiente e perfeita.

A pesquisadora conta que, em vinte edições da década de 1950 daquela revista, oitocentos anúncios foram descobertos com a representação idealizada da figura feminina e não importava a atividade desempenhada, nas ilustrações ou fotografias dos anúncios de utilidades domésticas, a mulher era retratada como uma boneca. Além de estarem sempre belas, as “moças prendadas modernas” deveriam cuidar da casa, do marido e dos filhos e, para isso, contavam com: “batedeira, máquina de lavar roupa, sabão em pó e enceradeira de um lado, e cremes contra rugas, sabonetes perfumados e poderosos dentifrícios de outro”. (MIGUEL, 2009, p. 224-226). A mulher também era proclamada como “compradora oficial da família”. Em muitas daquelas propagandas havia produtos direcionados não somente a ela e aos filhos, mas também ao marido, e algumas delas chegavam a infantilizar a figura do homem para submetê-lo aos cuidados femininos na utilização do produto anunciado.

A divisão dos lugares e funções sociais pelo gênero percebida naquelas propagandas se reconfigura constantemente na dinâmica da sociedade, ao longo de seu processo histórico, e nos anos 1950 era muito bem demarcada. Em “Posfácio: conceituando gênero”<sup>38</sup> (1994) Heleieth Saffioti reforça a necessidade da contextualização das relações de gênero para que se compreenda o conceito como uma construção social. As construções do que é próprio de cada gênero são culturais e variam no tempo e no espaço, e “as qualidades que um determinado período considera belas nas mulheres são apenas símbolos de comportamento que aquele período considera desejável, o que não quer dizer que não existam outros comportamentos”, mas que são predominantes e influentes nas atitudes das mulheres (WOLF, 1992, p. 17).

Para se compreender por meio de gênero esses comportamentos desejáveis no desempenho dos papéis sociais, há que se levar em conta sua contracena com os homens e com outras mulheres, pois segundo a doutora em Psicologia Social Maria da Conceição Nogueira (2001), o gênero “não é um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transações: ele não existe nas pessoas, mas sim nas relações sociais”.

A utilização dos concursos de beleza para a formatação da concepção de papel feminino de gênero naquele contexto era feita por meio de fotorreportagens que glorificavam

---

<sup>38</sup> SAFFIOTI, H. I. B. Posfácio: conceituando gênero. In: SAFFIOTI, H. I. B. & MOÑOZ-VARGAS, M. (Org) Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

a conquista do título de mais bela e completavam a ideia de perfeição em suas vidas pessoais. Nas páginas de O Cruzeiro, a mestre em História Contemporânea Leandra Francischett (2008) encontrou a reafirmação de ideais consolidados de ingenuidade, dedicação e submissão para as mães; a repreensão às mulheres que ousavam trabalhar fora e deixar os compromissos do lar, não cumprindo adequadamente seus “papéis sagrados”; e por fim, a glamourização da vida das jovens misses e candidatas a títulos de beleza – o que pode ser compreendido como um projeto de ascensão social, com o objetivo final de conseguir um bom casamento.

Segundo Miguel (2009), não se pode deixar de considerar a importância das fotonovelas sobre as quais as moças poderiam projetar seus sonhos e pautar seus códigos morais e de conduta. Cecília conta em sua entrevista que, por ser “*bastante romântica, era leitora assídua das fotonovelas, que vinham especialmente na revista Capricho*”. A idealização da vida passava por aquelas histórias de amigas invejosas e rivais e de homens sedutores que brigavam pelo amor da moça, o que contribuía para a subjetividade feminina do contexto e garantia a manutenção dos modelos de relação de gênero.

Através das matérias daquelas revistas, pode-se separar os níveis de legitimação que se procurava dar às normas de conduta e comportamento femininos naquele período. Berger e Luckmann (2010) afirmam que o primeiro nível de legitimação está inscrito no sistema de objetivações linguísticas. Quando palavras ou termos como “violentamente feminina” ou “altivez do brilho e do esplendor de uma pele branca” – encontradas por Miguel (2009) em sua pesquisa – são usadas para se referirem aos benefícios de um sabonete específico, afirmam tradicionalmente como simplesmente as coisas devem ser feitas por elas para garantir o padrão de beleza vigente.

Já o segundo nível é encontrado em provérbios e máximas morais pragmáticas que se referem a ações concretas, como a frase extraída de uma reportagem de O Cruzeiro de 11 de maio de 1957, apresentada no artigo de Francischett (2008), que fala sobre as deficiências na assistência às crianças carentes, as quais “tornam mais árdua e heroica a missão da mãe brasileira”.

O terceiro nível revela a legitimação em termos de um corpo diferenciado de conhecimentos, com teorias montadas com esse fim, o que pode ser conferido em matéria citada pela pesquisadora na edição de 10 de maio de 1958: “casada com o Comandante Décio Guimarães, ela acha adorável a vida do lar, dividindo os seus cuidados domésticos entre o

marido e os seis filhos. É um desmentido à versão corrente de que a mulher moderna não pode ter grande prole”.

O universo simbólico é o quarto nível de legitimação que pode ser apreendido das revistas na cobertura das eleições das misses, símbolos máximos de todo o constructo social do que se espera de uma mulher da época: bela, recatada, inclinada ao casamento e à maternidade. A importância do universo simbólico é percebida em sua função nômica, explicada por Berger e Luckmann (2010) com a frase: “põe cada coisa em seu lugar certo”, ou seja, quando um indivíduo se extravia, encontrando-se em situações marginais - como a possibilidade de uma mulher se converter em divorciada ou mãe solteira - o universo simbólico permite que retorne à realidade da vida cotidiana.

A representação da beleza, que no presente trabalho é materializada especificamente no concurso de “Rainha do Milho”, aparentemente era um estágio intermediário de realização social até que se chegasse à realização pessoal da concretização do sonho do casamento, da nova família e novo lar. Após o que vimos até aqui, podemos passar para o fato social tema dessa pesquisa, e para a representação do casamento e objetivação dos papéis de esposa, mãe e dona de casa por seus sujeitos.

### 5.1 O casamento como um sonho a ser realizado



Figura 13 - Cecília com filho no colo  
Fonte: arquivo pessoal

Nos anos 1950, as câmeras fotográficas portáteis ainda não haviam sido popularizadas e tirar uma fotografia era um evento formal – mesmo que a imagem fosse descontraída – e poses eram feitas, possibilitando uma clara leitura do que se queria transmitir. Na fotografia anterior, datada da segunda metade da década, Cecília segura um de seus primeiros filhos, em uma construção imagética comum e completamente consonante com o discurso da época, em que a mulher externava a felicidade de sua condição materna.

Exemplo da difusão ideológica do lugar destinado às mulheres está na fala de Gogoia: seu “grande sonho era casar bem, morar numa linda casa, ser mãe e professora”. Ela conta que o “*sonho era compartilhado pelas amigas*”; praticamente todas vislumbravam em seu futuro terminar o curso normal no colégio, “virar professora no colégio Marcolino de Barros ou na Escola Normal - que era o máximo - *e casar; para quê mais*”? Ser professora (devido à associação ao papel maternal de cuidado e educação no lar) era a profissão inquestionavelmente autorizada às mulheres pela ideologia daquele contexto. Apesar disso, recorda-se de que havia algumas moças que chegaram a buscar formação superior em outras carreiras em cidades maiores, “*mas isso era muito incomum*”. Gogoia disse que teve uma colega que se aventurou internacionalmente, mudando-se para os Estados Unidos e tornando-se babá, depois casou-se e por lá ficou, mas acredita que aquilo deva “ter sido algo bastante ousado e reprovado pelos pais”.

Maria Marta conta que seus sonhos eram “*os mesmos de toda moça: casar, ser professora e ter filhos*”. Silésia “compartilhava com as colegas o sonho de se casar e ser *professora*”, alinhando sua fala ao discurso dominante do período - “diferentemente das irmãs mais novas, que cresceram entre os anos de 1960 e 1970, e tiveram a oportunidade de escolher *outras carreiras que se abriam para as mulheres*”.

Podemos verificar a força do discurso do lugar social da mulher dos anos dourados em uma reportagem de O Cruzeiro (06 de abril de 1957), sobre as últimas três misses em suas vidas cotidianas após os concursos, conforme apresentada por Meyrer (2011, p. 2174). Martha Rocha, Miss Brasil 1954, é mostrada com o filho e o marido do lado de fora de sua bela mansão em Buenos Aires, podendo-se ler no texto a exaltação da vida de luxo e a felicidade da espera do segundo bebê. Emília Barreto é retratada servindo o marido, com legendas que afirmavam a felicidade de ser uma perfeita dona de casa. A miss 1956, Maria José Cardoso, solteira, foi representada desempenhando atividades adequadas a uma “moça de família”, demonstrando dons “valorizados no universo feminino das camadas média e alta da

sociedade, especialmente, no que diz respeito ao capital necessário para a obtenção de um bom casamento”, o que a revista dava por certo, pois estava dividida entre “dois fortes pretendentes”.

Ao associar aquelas mulheres que se destacavam pela notoriedade pública conquistada por seus títulos de beleza a uma vida cotidiana que qualquer outra mulher poderia ter, um trabalho ideológico de tipificação de papéis é construído. De acordo com Berger e Luckmann (2010), importam os desempenhos de um indivíduo (no caso a miss retratada) em relação com os demais (as leitoras das revistas), e são tipificadas não apenas ações específicas, mas formas de ação. As revistas não somente dizem o que as boas moças e mulheres de família devem fazer, mas como fazer, pois o reconhecimento da ação poderá ser mais extenso e ela será executável por qualquer ator social a quem a ação possa ser imputada convenientemente.

Para que isso aconteça, existe uma técnica de comunicação que pode não ser percebida facilmente. Berger e Luckmann (2010, p. 98) explicam que a “tipificação das formas de ação requer um sentido objetivo de objetivação linguística”, com um vocabulário que se refira de forma conveniente a essas formas de ação. Dessa maneira, o ator social poderá se identificar e se autocompreender, identificando sua personalidade no curso de sua ação, dado o sentido objetivo. No caso das revistas femininas, ao verem fotorreportagens e anúncios de produtos, esse processo acontecia com as mulheres que identificavam parte do seu “eu” desempenhando as ações socialmente objetivadas nas matérias, e, acumulando essas objetivações, constituíam parte de seu “eu social”, distinto do “eu total”.

Percebendo a distinção do primeiro com o segundo, a mulher seria capaz de refletir sua conduta e, nos momentos necessários, agir conforme era esperado de sua parte “social”, momento em que o autor a identifica como “tipo”. Quando a tipificação acontece na coletividade criando os papéis sociais, esse processo se faz necessário para a institucionalização da conduta. Assim, no momento em que a mulher internaliza ações e comportamentos específicos valorizados pelas revistas e age socialmente de acordo com uma série de condutas acumuladas e sedimentadas pelo uso social, age assumindo o papel esperado dela. Isso é muito importante para a sociabilidade feminina nos anos dourados, pois, “ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele”. (BERGER; LUCKMANN, 2010, p. 100).

A difusão da informação das condutas esperadas pelo papel social da mulher se fazia fundamental, na medida em que os padrões de seu comportamento deveriam ser conhecidos universalmente para que tivessem validade e, assim, cada uma delas seria responsável por conformar-se àqueles padrões, que poderiam “ser julgados parte da tradição institucional e usados para verificar as credenciais de todos os executantes, e além disso servir como controles”. Ou seja, sabendo-se coletivamente o que se esperar de uma “moça direita” e de “uma mãe de família”, e cada uma representando seu papel, todas elas serviriam de agentes fiscalizadores da conduta de cada uma, garantindo a manutenção da ordem estabelecida, pois papéis representam a ordem institucional.

Braczko (1985, p. 299) refere-se a esse estabelecimento de ordem social, tal qual os autores anteriores chamam de tradição institucional, ao dizer que, quando uma sociedade produz “um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também ‘guardiões’ do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos”, os tais agentes fiscalizadores.

Talvez aquelas reportagens, também como agentes fiscalizadores e, de certa forma legisladores morais, fossem uma tentativa dos meios de comunicação de frear ou reverter um processo que vinha acontecendo na vida urbana moderna. De acordo com Bassanezi (2006) as distâncias entre homens e mulheres diminuía nas práticas sociais do namoro e da intimidade familiar. Ainda que o trabalho da mulher se tornasse cada vez mais comum, mantinha-se cercado de preconceitos, colocado em posição de inferioridade justificada pela divisão sexual que diminuía o valor do que era considerado próprio do feminino.

Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina – impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico – também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade. (BASSANEZI, 2006, p. 608).

Reis (1987, p. 120) afirma que essa divisão está calcada na dicotomia homem/razão versus mulher/emoção, fundamentada na crença de que as mulheres “definem-se pela dedicação ao marido e aos filhos [...], e por isso se veem com menos autonomia. Sua atuação caracteriza-se pelos aspectos emocionais, ao contrário dos maridos”. Se essa justificativa fosse válida, o trabalho feminino deveria ser mais valorizado que o masculino, considerando

que não cessa no ambiente público, mas assume dupla jornada continuando no espaço doméstico.

Conforme Durham (1983, p. 17), “todas as sociedades humanas conhecidas possuem uma divisão sexual do trabalho, uma diferenciação entre papéis femininos e masculinos”, mas que seguramente a configuração dessa divisão é bastante variada, assim como também “variam a extensão e a rigidez da separação entre as tarefas consideradas próprias dos homens e aquelas atribuídas às mulheres”. Reconhecer a predominância do homem na guerra e na política e da mulher no cuidado das crianças e na socialização inicial, não é o mesmo que afirmar que atividades desempenhadas em um espaço específico tenham essência de um ou outro gênero. A diferença biológica que determinou culturalmente a dominância de um sexo sobre um espaço não é a explicação natural para a distinção entre papéis de gênero.

O discurso moral tradicionalista definia as “características próprias da feminilidade como instinto materno, pureza, resignação e doçura, na prática favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional”. (BASSANEZI, 2006, p. 608). Na década estudada, a função da mulher de reprodução e de cuidado do lar e da família permaneceu inalterada desde o século anterior, mas a função de manutenção do patrimônio pelo casamento perde o foco para as motivações psicológicas e emocionais.

Prost (2009, p. 68) conta que, na primeira metade do século XX, o casamento burguês ainda priorizava a garantia da manutenção de classe. Nas camadas populares, como não havia patrimônio a zelar, os jovens podiam escolher seus cônjuges com maior liberdade, e muitas vezes tinham o interesse de fazê-lo logo para escapar do controle dos pais por meio da emancipação que o novo estado civil conferiria. Além disso, aqueles que temiam a dificuldade de uma vida solitária buscavam o conforto do auxílio mútuo e a possibilidade de realização pessoal na projeção de uma vida melhor para os filhos. “Como os valores familiares eram centrais nessa sociedade, os indivíduos eram, de fato, julgados em função do êxito de sua família e do papel que desempenhavam nesse êxito”.

Na década de 1950, o romance das histórias de amor contadas nas revistas femininas passa a se materializar, na constatação de que os sentimentos que motivam o casamento deixam de se pautar na característica de instituição social de segurança, para residirem nas emoções da relação com o outro. O amor entre o casal e o afeto entre os membros tornam-se a

base da família contemporânea e programas de preparação pré-nupcial começam a se popularizar. “O termo ‘casal’ passa a ser utilizado em expressões como ‘vida de casal’, ‘problemas de casal’. Em suma, agora o amor ocupa um lugar central no casamento: é seu próprio fundamento”. (PROST, 2009, p. 76).

A escolha do cônjuge por motivos românticos propicia que o casal se recolha mais na companhia um do outro. Para Singly (2009, p. 95), “o nós conjugal familiar e o eu pessoal reclamam a criação de fronteiras de barreiras, uma separação nítida entre o privado e o público”. Assim, ficar em casa levando a “vida de casal” representa o triunfo do casamento por amor sobre aquele arranjado por conveniência, e da liberdade do indivíduo em relação à parentela. O casamento passa a ser o estatuto de que o indivíduo tenha qualidades suficientes para ser admirado e amado pelo outro, e juntamente à cumplicidade estabelecida entre os dois, a identidade pessoal de cada um ganha reforço.

A família é construída, no imaginário social, como um espaço no qual os indivíduos podem ser mais facilmente eles mesmos, graças ao olhar de seu parceiro. [...]. Só a afeição permite essa revelação da verdadeira identidade, disfarçada sob as máscaras dos papéis sociais ou mascarada pela lógica do interesse. Os dons gratuitos, a circulação específica das trocas no seio da família, nomeiam outro tipo de reconhecimento de si mesmo que não o da excelência social. [...] As conversas entre os dois parceiros constituem um suporte privilegiado que garante “a possibilidade e a estabilidade do mundo socialmente definido” e assim, indiretamente, a unidade e a estabilidade de sua respectiva identidade. (SINGLY, 2009, p. 133).

Por outro lado, com o passar do tempo, a vida conjugal transforma a identidade dos cônjuges e ela é transformada sem que eles se deem conta, surgindo o “eu conjugal”; o indivíduo se reconhece na alteridade, mas também se ressignifica na relação com o outro. Referir-se a alguém já casado implica na constituição de uma imagem que tenha passado por um processo de construção identitária em que um terceiro esteja envolvido.

A construção da identidade de uma mulher dos anos dourados era fundamentalmente condicionada ao casamento, já que para elas, conforme vimos nos discursos daquele período, o destino natural era tornar-se mãe, esposa e dona de casa, e questioná-lo seria nadar contra a corrente e sofrer a repreensão moral da sociedade. Segundo Bassanezi (2006, p. 609) a “vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participa o no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade”. Escolher um caminho alternativo significava rebeldia, o que poderia levar   infelicidade própria e ameaça   estabilidade da ordem social, mas não se pode

ter a ingênua noção de que assumir o papel que a ideologia afirmava como sendo a garantia de felicidade, de fato o seria.

Na história de Gogoia, muito alinhada ao padrão vigente, vemos a conformação à concessão de um objetivo pelo sonho maior: gostaria de ter feito formação superior em Direito “pelo conhecimento que propiciaria”, e por gostar de estudar, sem pretensões de se tornar advogada, mas sentiu-se feliz com seu destino, pois “foi exatamente como sonhava”. Casou-se com um dentista que amava, mudou-se há quarenta anos para a casa onde mora até hoje, teve filhos e netos.

Para Silésia, sua vida foi perfeita, pois conseguiu um marido amoroso, que ofereceu a ela a realização de seu sonho de se casar e ser mãe. Quanto a ser professora, assumiu o desafio na medida em que não atrapalhava o desempenho de seus papéis de ser esposa e mãe, tendo recusado um convite para lecionar na faculdade em período noturno. Ao se casar, morou em um apartamento alugado que ela diz ter sido seu “castelo, onde com muito esforço, e pé no chão”, foram “*celebrando as primeiras conquistas*” do casal. Seus três filhos nasceram enquanto moravam na primeira casa que compraram, onde viveram por muitos anos. Sobre aquela casa, diz considerar “*apenas um lugar físico, pois toda a felicidade*” que viveu lá, carrega consigo “*onde quer que estejam o marido, filhos e netos*”, espaço que ela considera seu “verdadeiro lar”.

De outra maneira, Marta conta que até realizou seus sonhos: casou-se, tornou-se professora sendo aprovada em um concurso estadual e trabalhou na mesma escola até se aposentar, teve filhos e netos, os quais “*acabaram se espalhando*” e, por isso, apesar de não se considerar saudosista, hoje se sente muitas vezes triste pela “*sensação de ninho vazio*”.

Já Cecília, a única que não definiu seus sonhos de mocidade em consonância com o padrão vigente, sonhava “ser bailarina em Paris ou estrela em Hollywood”, e uma vez, acreditando que poderia concretizá-lo, “fugiu” para a casa de uma amiga em Belo Horizonte, pensando que, a partir de lá, conseguiria “*ir para o mundo*”, mas a família preceptora conseguiu localizá-la e exigiu seu retorno, ameaçando chamar o juizado de menores. Pouco tempo depois conheceu seu marido, casou-se e viu sua vida encaixar-se no modelo dominante. O marido era muito ciumento, tinha problemas com álcool, e quando trabalhava como caminhoneiro, chegava a passar mais de um mês longe de casa, sem fazer nenhum contato. Teve dez filhos e perdeu três ainda bebês. Seu marido faleceu quando ela tinha 38 anos, e se mantém na condição de viúva, usando sua aliança de casamento até hoje.

O reconhecimento da força do discurso dominante, dos aspectos gerais da divisão sexual do trabalho e da generalidade da dominância masculina, não significa assumir que, universalmente, a submissão da mulher seja um fenômeno natural, nem mesmo no contexto dessa pesquisa (DURHAM, 1985). Homens e mulheres dependem mutuamente na divisão das tarefas para sobrevivência econômica ou satisfação sexual; ela é, sim, arbitrária, com concepções diversas sobre o papel e a posição de cada um, e inclusive devemos considerar que há mulheres que tiranizam homens em todas as sociedades.

Após essa discussão sobre a instituição em que a dinâmicas das relações entre homem e mulher são mais evidentes, passemos ao principal fato social desta dissertação: os concursos de beleza, área em que o domínio da mulher é indiscutível.

## **5.2 A Rainha do Milho e suas representações**

Conforme discutido no capítulo anterior, mesmo no âmbito em a mulher detinha o estatuto de domínio – o da beleza – a representação de suas práticas acabava sendo relacionada ao poder masculino; deveria usá-las para conquistar o homem ou manter seu casamento, jamais para confrontá-lo. Uma matéria que apresentava as candidatas à Rainha da Primavera 1954, veiculada em um jornal de Uberlândia – MG, é analisada por Oliveira (2010), que percebe na construção da imagem daquelas mulheres o discurso do machismo.

Apresentaram-se sete candidatas à Rainha da Primavera, elegantemente vestidas com trajes de gala e caprichosos penteados. A imagem fotográfica foi cuidadosamente montada para representar mulheres puras, recorrendo a técnicas de distanciamento. Somente duas candidatas olharam diretamente para a câmera fotográfica (a quarta e a sexta). Somente uma delas posou de forma um pouco sensual (a quinta). Ela mostrou seu perfil e ficou de costas para a foto. A sombra em sua face não permite ver com nitidez o seu rosto, deixa transparecer austeridade e de forma enigmática não se mostra por completo. O fundo escuro das fotos facilita o contorno do corpo de cada uma das fotografadas. De modo geral, o olhar é fugidio, com o sentido de mulher reservada e séria. A construção desse perfil reproduz elementos da moral vigente, a qual esperava que os sujeitos femininos contornassem as situações e não confrontassem o poder masculino. (OLIVEIRA, 2010, p. 67-68).

Contudo, não podemos deixar de considerar o fato de que o título de Rainha – ou mesmo a candidatura no concurso – conferia um empoderamento simbólico às moças. A aparência tomada como estratégia social de poder justifica a mística, a atenção e o glamour que envolviam os “concursos locais e internacionais para a eleição de uma beleza

representativa de um país, de um estado, de uma cidade, de um clube, de um evento qualquer”. (SANT’ANNA, 2014, p. 175).

Sant’Anna (2014) afirma que data do final do século XIX o costume de selecionar a mais bela de um grupo, em cafés parisienses, geralmente as artistas que lá se apresentavam e se destacavam pela sensualidade. No início do século XX outros ambientes sociais adotam a prática e, ainda em 1900, a primeira Miss Brasil foi escolhida. Dentre os atributos de Bebe de Lima Castro figuravam qualidades morais, artísticas e culturais. A escolha passou a ser frequente e as mulheres que participavam já detinham exposição pública notória – não era adequado à boa reputação de mulheres anônimas – sendo que o interesse nos eventos era primordialmente admiração e julgamento estéticos, diferentemente dos concursos com pano de fundo comercial de décadas mais à frente.

Marwick (2009, p. 20) conta que uma escritora feminista observou a diferença entre a aparência da Miss América 1921 e a do ano seguinte. A escritora pretendia com isso questionar um “suposto padrão construído pelos homens de classe dominante”, considerando essa diferença uma prova da existência de estilos de beleza variados. Segundo o autor, nada de estranho existia nesse fato, pois os concursos não eram feitos com o propósito de endossar um estilo de beleza como o único válido, podendo participar moças com estilos distintos. A diferença confirmada pelos concursos se estabelecia entre aquelas que podiam participar e as que não podiam, o que dependeria da presença ou ausência de beleza.

Ainda sobre o principal concurso de beleza dos Estados Unidos, Louis Banner (1983, p. 269) considera a contradição entre o desejo de ver aqueles corpos exibidos e a forte moral da sociedade, “um expressivo exemplo da erosão do puritanismo vitoriano no início do século XX e da força do vitorianismo em determinados setores da vida social”. Os moldes em que se davam os concursos tentavam tornar “respeitável” a exibição do corpo feminino.

Essa contradição, para Oliveira (2010) acontecia inserida no conjunto simbólico das relações de gênero que transformam a beleza feminina em um atributo a ser apreciado publicamente, e apropriado pelo homem por meio do casamento, não podendo, então, a moral da possível futura esposa vir a ser colocada em dúvida.

Naquele momento, ser eleita Miss era ser modelo de beleza que constituía uma conquista significativa. Os concursos de Miss projetavam o sentido de existir da mulher. Ou seja, ela mostrava-se “em função do outro - o homem”. Ela expunha-se publicamente como candidata a Miss ou a Rainha para que sua beleza fosse apreciada pela sociedade e, principalmente, pelos homens.

Uma beleza construída para ser apropriada pelo homem no casamento. Uma estética que indicava o tipo de mulher ideal “para casar”, e que legitimava o padrão de uma boa genitora de filhos e administradora do lar. (OLIVEIRA, 2010, p. 72).

No mais importante concurso nacional, o Miss Brasil, as candidatas exibiam ao máximo sua beleza física no desfile de maiô. A mais famosa miss de todos os tempos – Martha Rocha – entrou para a história com uma polêmica envolvendo a perda do título Miss Universo creditada à medida dos seus quadris. Segundo Sant’Anna (2014, p. 192) muito além de uma miss, ela representou “o misto da esperança e do encanto de um país sobre si mesmo, estampado em suas formas físicas e sua personalidade simpática”. Martha Rocha era a representação da imagem simbólica que o Brasil buscava para configurar sua identidade nacional.

No ano seguinte viajou pelo país para participar das eletivas regionais do concurso, encantando o público em desfiles de rua sobre carros alegóricos, o que fazia com que a percepção de sua imagem fosse a de “uma verdadeira rainha”. A simplicidade dos trajes era justificada pelos jornalistas como “a prova de seu caráter superior” e parte da mística de sua aparência era construída também pelos seus gestos, sua postura e jeito de falar. A própria Sra. Maria Augusta Nielsen Socila, uma das mais famosas instrutoras de misses, conforme conta Sant’Anna (2014, p. 184), afirmou em entrevista a O Cruzeiro que uma moça bonita era como um “barro mole” que deveria ser moldado em seus gestos, forma de caminhar, falar, para que evitasse os exageros e a afetação e transmitissem elegância, sofisticação e feminilidade.

A reprodução desse conjunto de “técnicas do corpo de uma miss” é o que Marcel Mauss (2003, p. 407) considera um ato tradicional eficaz, comparado ao ato mágico e religioso simbólico, garantia da transmissão da tradição, e mais um fator contribuinte para a construção mítica de Marta Rocha. Na imagem abaixo, em um desfile de carro alegórico em que vemos Silésia em primeiro plano à direita, podemos conferir o famoso “aceno de miss”, gesto componente das técnicas do corpo que compõem esse imaginário.



Figura 14 - Desfile de candidatas sobre carro, 1964  
 Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho

O poder de fascínio e sedução dos concursos de beleza nos anos 1950, não somente sobre as jovens que deles participavam, mas sobre toda a sociedade, pode ser explicado pelos significados institucionais transmitidos que implicam em procedimentos de controle e legitimação. O padrão feminino de beleza e comportamento exaltado por aqueles eventos pode ser considerado um conhecimento de elevada importância para o contexto, e se reafirmava mediante objetos simbólicos (os maiôs recatados, a beleza natural sem intervenções) e ações simbólicas (a forma elegante de desfilar, a escolha da mais bela entre as belas), o que os autores acima chamam de “auxílios mnemotécnicos”.

O sucesso do Miss Brasil era tamanho naquela década, que outros concursos surgiram em sua esteira. Sant’Anna (2014, p. 181) conta que em 1956 realizou-se a eleição da “Rainha do Café Brasil”, no qual as candidatas não desfilavam de maiô, mas de traje típico e “passavam por ‘severa sabatina’ que envolvia tudo sobre a história, colheita, a produção e até a literatura sobre o café”. O objetivo era o de promover a propaganda do fruto nacional e incentivar o cultivo de espécies mais refinadas para a exportação. Associar a promoção do café à beleza para sua valorização era uma estratégia publicitária perfeitamente adequada ao contexto que foi utilizada na criação da Festa do Milho.

Outro concurso que se popularizou foi a eleição da “Miss Elegante Bangu”, realizado pela Tecelagem Bangu, para a promoção das novas tendências de tecidos que produzia.

Cronistas sociais e senhoras das elites locais nas cidades para onde a tecelagem levava o evento ofereciam o apoio na organização, selecionando as jovens da sociedade “que tinham condições e interesse em participar”. (SANT’ANNA, 2014, p. 182). Os tecidos eram enviados pela empresa e algum modista local de destaque, ou mesmo de fama nacional criava os modelos. Um baile beneficente era organizado para o desfile, e tinha sua renda revertida para alguma entidade de assistência social ou religiosa e a moça eleita em cada estado ia para o Rio de Janeiro concorrer na edição nacional. A imagem abaixo mostra o convite do Desfile Bangu de Patos de Minas, em 1964, organizado pela Sra. Ordalina Vieira, modista da cidade que já havia trabalhado em Paris - desfile do qual Silésia participou em traje soirée.

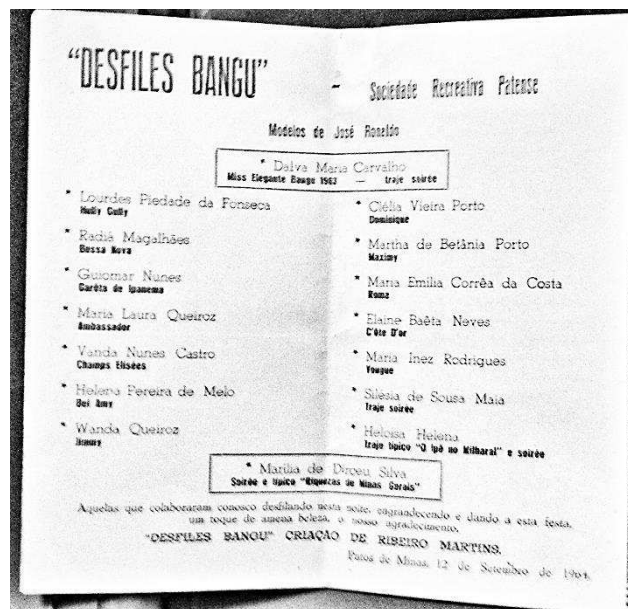


Figura 15 - Convite para desfile Miss Elegante Bangu – 1964  
Fonte: arquivo pessoal

Em fevereiro de 1959, Ordalina, Lia Brochado e Paulo Portilho desejavam organizar uma festa com desfile de modas e outras atrações para movimentar a cidade. De acordo com Coury (2008, p. 29-31), pelo fato de a região ser uma grande produtora de grãos e o milho propiciar uma grande possibilidade de uso na decoração, os três escolheram o cereal como tema para fazer uma festa inspirada na “Festa da Uva”, do Rio Grande do Sul. Pensando em como financiar a concretização de suas ideias, buscaram recursos no comércio e decidiram justificar a festa com a reversão da renda para uma causa nobre: a construção do Seminário

Pio XII. Com o apoio do Bispo Diocesano Dom José André Coimbra<sup>39</sup>, formou-se a comissão para a organização do evento, juntamente à Associação Rural<sup>40</sup>, já que a festa seria ligada à agricultura. Assim, surgiu a Festa Nacional do Milho, encerrando a Semana Ruralista de maio de 1959.

Maria Marta, candidata naquele ano, conta que recebeu o convite de Dom José para participar do concurso, já que sua mãe era uma ativa paroquiana, por intermédio da Sra. Ordalina Vieira, em uma visita a sua casa. *“Como foi a primeira edição, estava muito difícil conseguir meninas cujos pais permitissem participar, pois não se sabia exatamente do que se tratava e o que estaria envolvido”*. Marta disse que um certo clima de rivalidade entre as candidatas pode ter surgido em decorrência de quererem angariar ao máximo fundos para a obra religiosa.

---

<sup>39</sup> Dom José André Coimbra nasceu em Carbonita-MG, em 10 de novembro de 1900. Fez seus estudos primários na terra natal. Coursou o Seminário de Diamantina. Ordenou-se Sacerdote a 13 de julho de 1924. Foi vigário de Itamarandiba durante 06 meses e do Serro por 10 anos. Diretor Hebdomadário do "Estrela Polar" e professor no Seminário e no Ginário da cidade de Diamantina-MG. Sagrou-se Bispo de Barra do Piraí-RJ em 24 de junho de 1938, permanecendo até outubro de 1955. Jornalista, fundou o Semanário "O Vigilante". Em 08 de junho de 1955 é nomeado Bispo de Patos de Minas-MG, e toma posse no dia 30 de outubro de 1955, quando é instalada a Diocese. O ato foi presidido por Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, Delegado do Nuncio Apostólico. Fundou o Jornal "Folha Diocesana". Criou a Paróquia de Santa Terezinha. Amante da Música, escreveu a música do hino oficial de Patos de Minas. Como Bispo de Patos de Minas, uma de suas maiores preocupações foi o incremento das vocações sacerdotais. Sobre o tema escreveu a sua primeira Carta Pastoral aos Diocesanos de Patos de Minas. Em 2 de agosto do ano de 1958 instala o Seminário Menor Pio XII. Dom José André Coimbra foi o grande idealizador do Seminário Menor na Diocese de Barra do Piraí-RJ, construído na Estrada que liga a cidade de Barra do Piraí a cidade de Valença, hoje onde se encontra a UNGB (Universidade Geraldo de Biasi - FERP). Faleceu na cidade de Araxá-MG em 16 de agosto de 1968, foi sepultado no dia 17 de agosto, na Cripta da Catedral de Santo Antônio, em Patos de Minas-MG. Disponível em: <http://www.diocesedepatosdeminas.org.br/index.php>.

<sup>40</sup> Em março de 1943, uma caravana de 38 homens e 4 mulheres saiu de Patos de Minas com destino ao Rio de Janeiro. A finalidade era levar ao então presidente da República, Getúlio Vargas, o pedido para a construção de uma estrada de ferro. A viagem durou 15 dias. Todos os integrantes da comitiva eram fazendeiros e tornaram-se conhecidos como "Os Cascas Grossas". Apesar de não conseguirem o resultado esperado, o movimento contribuiu para o surgimento da Associação Rural. A Associação Rural de Patos de Minas foi fundada em 23 de setembro de 1945. Em 1956, a portaria 1228, do Ministério de Estado de Negócios da Agricultura reconheceu a atuação da Associação Rural de Patos de Minas, outorgando a ela, os direitos e prerrogativas estabelecidas em Lei. Em 1965, a Associação Rural transformou-se em Sindicato Rural, possibilitando a condição de atender melhor os produtores. Em 28 de abril de 1999, o Sindicato, em Assembleia Extraordinária, mudou a sigla para Sindicato dos Produtores Rurais de Patos de Minas. Seguindo a orientação da FAEMG, a entidade passou a abranger fins de estudos ligados à coordenação, desenvolvimento, proteção e representação legal da categoria econômica dos ramos da agropecuária e do extrativismo rural, de atividades pesqueiras e florestais, independente da área explorada. Incluiu-se, ainda, a agroindústria no que se refere às atividades primárias, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito de propriedade, na economia de mercado e nos interesses do país. Disponível em: <http://sindicatoruralpatos.com.br/views/index.php>.

No dia do aniversário da cidade, 24 de maio, um desfile de rua foi realizado para engrandecer a festa, com carros alegóricos idealizados para valorizar a campanha de eleição da Rainha do Milho. Eles eram decorados com milho pelas senhoras da sociedade, que também confeccionaram os trajes típicos das candidatas com a palha e os grãos. “Cada família procurou fazer os carros às escondidas, sem que o povo pudesse apreciar e proporcionaram um colorido diferenciado, que alegrou a todos aqueles que esperavam o desfile”. (COURY, 2008, p. 48). O carro de Maria Marta trouxe o detalhe então inusitado de apresentar a candidata na parte de trás e esconder o motorista, como pode ser visto abaixo.



Figura 16 - Carro alegórico de Maria Marta, 1959  
Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho

Segundo Marta, a “Sra. Ordalina ajudou na confecção dos vestidos e trajes típicos e orientou para o desfile de rua e do dia da coroação. O baile foi realizado em um grande galpão e *não ficou cheio*”. As três moças estavam tranquilas, descontraídas, sem qualquer preocupação de que algo desse errado. “*Havia torcidas separadas para cada uma e tudo transcorreu em clima de festa e celebração*”, por isso não houve nenhum tipo de animosidade devido ao resultado nada mudou na relação entre elas.



Figura 17 - Princesas e Rainha do Milho 1959  
Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho

Considera o missal com dedicatória e agradecimento do Bispo, o melhor presente que ganhou, o qual guarda até hoje e fez questão de mostrar durante a entrevista. Marta afirma sentir-se satisfeita por ter contribuído por uma causa social e religiosa e orgulhosa por ter participado do primeiro concurso. Hoje lembra-se do passado sem muito saudosismo, considera ter sido “uma época boa, mas bem diferente”, espanta-se com a dimensão que a festa tomou e o tipo de motivação que as meninas tem hoje para quererem ser a Rainha do Milho.

Em 1962 Maria da Gloria Teixeira – Gogoia – foi convidada por um dos Irmãos Maristas da cidade a participar do concurso e aceitou para ajudar, pois a renda daquele ano também seria revertida na construção do seminário. Segundo ela, o evento todo foi muito simples, as candidatas não receberam apoio financeiro e “foi feito apenas algum ensaio para o dia da coroação”.

Os carros alegóricos do desfile de rua foram confeccionados por seu tio – o artista plástico Vicente Nepomuceno – e o traje típico elaborado pelas “damas de caridade”<sup>41</sup>; era um vestido que levava a saia confeccionada em palha de milho. Ele pode ser visto na fotografia abaixo em que Gogoia aparece sobre seu carro alegórico, bem mais elaborado que os dos anos anteriores, carregando elementos que contribuía para a complexificação da rede simbólica que envolvia a representação da Festa e da Rainha do Milho. O carro mostra um prédio emblemático e uma fonte com patos, animal símbolo da cidade.

<sup>41</sup> Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paula, entidade filantrópica ainda atuante na cidade.



Figura 18 - Carro alegórico de Maria da Glória – 1962  
Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho

Já o vestido de gala para a noite da coroação foi feito por sua modista de Belo Horizonte, Célia Valadares, famosa em todo o estado de Minas. Naquele ano foi eleita a mais votada pelo público que comprasse as mesas do baile da eleição. Gogoia disse que “o importante era ajudar a causa social, não estava preocupada em ganhar”, até mesmo porque o melhor presente seria uma cota do Caiçaras Country Clube, do qual seu pai era presidente e ela já era sócia. Naquele ano as moças eram todas amigas e, “não havia clima de rivalidade”. Nas imagens a seguir, tiradas na noite do baile, vemos o traje de gala e o aparente clima de alegria e cordialidade entre as princesas e a rainha.



Figura 19 - Princesas e Rainha do Milho – 1962  
Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho

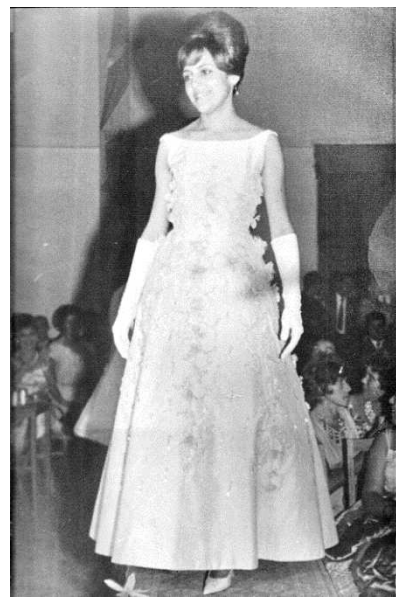


Figura 20 - Gogoia em traje de gala  
Fonte: arquivo pessoal

Gogoia disse que o maior presente que poderia ter ganhado, descobriu cinco décadas depois: como participação, os irmãos Maristas deram às candidatas bolsas de estudos no Colégio, para que elas oferecessem a quem quisessem e Gogoia escolheu três bons alunos da escola pública onde lecionava (Escola Estadual Marcolino de Barros). Há alguns anos, estava na missa de domingo e um senhor olhava para ela fixamente, o que a deixou incomodada e intrigada, pois não o reconhecia. Ao sair da igreja o homem foi até ela e, percebendo que não era reconhecido, disse que era um de seus alunos presenteados com aquelas bolsas de estudos, que até hoje se sentia grato, pois era muito pobre e não teria tido oportunidade de levar seus estudos adiante de outra maneira. Gogoia ficou bastante emocionada e, após 50 anos, sentiu que valeu à pena ter participado daquele evento.

Ao final da entrevista, para responder à pergunta de como se sentia ao resgatar todas essas lembranças, Gogoia foi até outra sala e trouxe um livro da escritora Isabel Allende, o qual continha um pensamento que ela gostaria de ler para mim: “Os instrumentos mais uteis para a vida são: memória seletiva para se recordar o bom do passado; prudência e lógica para não arruinar o presente; e otimismo desafiante para encarar o futuro”.

Silésia de Sousa Maia foi convidada a participar do concurso da Rainha do Milho no ano de 1964, o qual venceu. O convite foi feito em uma visita do presidente do sindicato rural da cidade e senhoras da comissão. Diferentemente das outras entrevistadas, o que a motivou foi o fato de ser “muito empolgante participar da festa como personagem principal. Teria oportunidade de viajar a Belo Horizonte para escolher lindos tecidos, modelos de trajes, sapatos e bolsas...”

No desfile de rua, saiu sobre um carro confeccionado pelo Sr. Vicente Nepomuceno, quem também desenhou o traje típico de holandesa adequado à alegoria do carro em que uma espiga de milho tomava a forma de um moinho. A inserção de elementos representativos de outras culturas seria uma estratégia de simbolizar a ideia de uma “internacionalização” da Festa – o que já aparece em 1962, quando a Rainha usou um kimono como vestido no baile. Em 1964 a festa estava maior e melhor organizada, assim como o concurso. As candidatas eram orientadas e treinadas pela Sra. Ordalina Vieira, que sugeria as roupas mais adequadas para cada ocasião em que apareceriam socialmente; a comissão organizadora cuidou da confecção.



Figura 22 - Carro alegórico de Silésia – 1964  
Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho



Figura 21 - Silésia em traje típico (close)  
Fonte: arquivo pessoal

Silésia supõe que, devido ao crescimento da festa, o clima entre as candidatas não era de amizade e harmonia, mas de rivalidade. Assim como nos anos anteriores, venceria quem conseguisse mais votos advindos das mesas do baile. Cada mesa tinha direito a quatro votos e, nos dias anteriores à venda dos ingressos, houve pessoas que chegaram a dormir na fila para se garantirem. Isso pode nos dar ideia da dimensão que o concurso tomou naquele ano. Segundo ela, as torcidas eram grandes, fortes e participativas, e que o mês de campanha foi exaustivo, sendo difícil conciliar os compromissos com as aulas do último ano na escola, mas pôde contar com a ajuda das colegas e professoras.

No dia da coroação recebeu em casa vizinhos, amigos e família, e todos desejavam muito boa sorte. Os irmãos acompanharam-na ao evento e ficaram nos bastidores oferecendo apoio. Subiu à passarela bem tranquila, de forma natural, pois sempre gostou de festa e de comemoração. Trajava um “vestido branco de sonho, com flores de organza presas com *pérolas*”. Silésia disse que durante o desfile estava feliz, sentindo-se já realizada, bem cuidada e amada; pensava que estava se formando, começando uma nova etapa em sua vida e que os pais já estavam orgulhosos de vê-la nesse estágio. A seguir podemos ver o momento do desfile e da coroação.



Figura 23 - Coroação da Rainha Nacional do Milho – 1964  
Fonte: Casa de Cultura Memorial do Milho



Figura 24 - Silésia em traje de gala  
Fonte: arquivo pessoal

“Quando anunciaram o resultado foi uma imensa alegria”. Sua família, que ficou em casa, soube pelo rádio, e a rua onde morava entrou em festa; as crianças saíam de casa em casa tocando a campainha para contar aos vizinhos que Silésia era a nova Rainha do Milho. Um jornal da cidade chegou a dizer que outra princesa havia sido mais aplaudida, mas ela não se importou, e disse que “a relação entre as três candidatas nunca havia sido boa e tampouco chegou a melhorar depois da coroação. Por outro lado, entre as rainhas de outros anos foi *sempre muito amistosa*”, inclusive fundaram uma associação para convivência e trabalhos comunitários.



Figura 25 - Rainha-Mirim e Rainha do Milho – 1964  
Fonte: arquivo pessoal

Durante o ano de reinado prestigiou festas de exposição agropecuária e eleição das rainhas de outras cidades e participou até mesmo de um desfile que homenageava o homem do campo na capital do estado. Depois disso continuou sendo convidada para eventos sociais pelo título recebido e sempre sentiu a receptividade e o carinho das pessoas, mesmo muitos anos depois e até nos dias de hoje. Silésia conta que dentre as inúmeras honras que recebeu, uma em especial foi ver seu nome usado por muitas mães para batizar as meninas nascidas naquele ano e nos seguintes.

Em 1960 a Comissão de Voluntárias organizou o 1º Festival da Cerveja na quadra de um colégio, que teve três edições e contou com descontraída eleição do Rei do Sabugo de Milho, em paródia ao concurso oficial, no propósito nobre de angariar fundos para a Sociedade de São Vicente de Paula (COURY, 2008, p. 120). No ano de 1964 foi a vez do concurso de Rei e Rainha-Mirim do Milho promover uma campanha social, paralela ao do concurso principal, para levantar recursos para a construção da Casa das Meninas - projeto social de assistência e acolhimento a crianças, adolescentes e idosos. Na imagem anterior, Silésia abraça a 1ª Rainha-Mirim do Milho, a qual usa uma reprodução em miniatura de seu vestido.

Conforme Laplantine e Trindade (1997, p. 23-24) os conceitos sobre algo exterior são traduzidos por uma ideia que configura uma imagem constituída como representação, envolvendo toda a tradução e interpretação mental desse processo de abstração. A dinâmica da representação se utiliza do imaginário pelo seu poder mobilizador de símbolos e capacidade de acesso a imagens que não são apreendidas diretamente pela percepção. Os autores alertam para o aspecto parcial da representação imaginária, pois ela apenas se apoia na percepção do real e se transmuta “carregada de afetividade e de emoções criadoras e poéticas”, ultrapassando “um processo mental que vai além da representação intelectual ou cognitiva”.

A ação do imaginário se faz presente em um episódio que Cecília contou ao ser perguntada sobre a imagem que as pessoas faziam das moças que participavam do concurso. Segundo ela, eram “percebidas pela população como *verdadeiras rainhas*”, sem qualquer tipo de concepção depreciativa, muito pelo contrário; participar do concurso era uma chancela de “*moça de moral ilibada, cheia de simpatia e criada em boa educação*”. Um episódio curioso que conta foi quando uma prima assistiu a um dos desfiles e disse, referindo-se às

candidatas: *“Nossos maridos veem essas espigas mais lindas e viçosas em cima dos carros, chegam em casa e têm que debulhar as espigas murchas deles”*.

O real é a interpretação que os homens atribuem à realidade. O real existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida. [...] o que interessa é o caráter substitutivo convencional ou relacional do símbolo. Nesse caso, o símbolo prevalece sobre a imagem, à medida que, enquanto a imagem está mais diretamente identificada ao seu objeto referente, o símbolo ultrapassa o seu referente e contém, através de seus estímulos afetivos, meios para agir, mobilizar os homens e atuar segundo suas próprias regras normativas (relacional ou de substituição). (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 12).

Assim, a imagem da Rainha do Milho para algumas patenses, inseria-se em uma rede de significações: milho – cereal altamente nutritivo, reverenciado por várias culturas ao longo da história; rainha – nobreza, exclusividade. Essas analogias suplantavam a ideia de mulher bonita, relacionada ao termo “espigas viçosas”, e acabava por gerar nas “mulheres comuns” frustração evidenciada pela comparação a “espigas murchas”. Está aí configurada a representação da Rainha do Milho para as mulheres da época, pois as representações são “a apresentação do objeto percebido de outra forma, atribuindo-lhe significados diferentes, mas sempre limitados pelo próprio objeto que é dado a perceber”. (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 12).

Baczko (1985, p. 302) alerta para o poder manipulador que tem a imaginação, devido às paixões acesas pelos símbolos e emblemas contidos no imaginário, que fazem com que o homem enxergue a si e a outrem de alguma determinada maneira. Assim, toda a ordenação energética contida no sistema simbólico que envolvia aqueles concursos poderia ser utilizada para atender a interesses de quem os organizava, promovia ou divulgava. Nas palavras do autor, “o homem, na sua qualidade de ser sensível, é muito menos guiado por princípios generosos do que por ‘objetos imponentes, imagens chamativas, grandes espetáculos, emoções fortes’” e evidencia como isso poderia ser articulado: “o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva. A fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo”.

Segundo Laplantine e Trindade (1997, p. 17-22) o inconsciente coletivo é o “doador de significados a situações históricas e culturais”, os símbolos mobilizam de maneira afetiva ações humanas legitimando suas ações e mobilizando os comportamentos sociais. As experiências cotidianas e especialmente os rituais, completamente inseridos em uma rede

simbólica, “fazem emergir emoções como raiva, violência, euforia” e, especialmente, nostalgia.

As experiências cotidianas, e não apenas as religiosas, são permeadas por ritos. As homenagens a fatos históricos e míticos, os aniversários, velórios, cortejos fúnebres, casamentos... são rituais de reatualização dos acontecimentos passados e de passagem de uma etapa da existência humana para outra. Esses rituais diferem das simples cerimônias à medida que marcam em suas performances, as atitudes, sentimentos e mudanças significativas na vida social dos homens. Essas marcas de comportamentos e os sentimentos de continuidade ou de mudança no cotidiano, que se significativas para os participantes, são vividos e concebidos através dos símbolos contidos nesses rituais. (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 23).

O mestre em Psicologia Marcos Alexandre (2004, p. 131-133) recorre a Serge Moscovici<sup>42</sup> para refutar a manipulação completa dos símbolos pelas instituições, afirmando que os indivíduos e grupos não estejam sempre completamente sob seu domínio ideológico, devendo ser reconhecidos como “pensadores autônomos e produtores das próprias representações”. Deve-se também levar em consideração o caráter objetivado da atividade humana, em que as próprias instituições passam a ser experimentadas como se possuíssem realidade própria e “as atitudes naturais em relação ao mundo” são compartilhadas. O conhecimento coletivo e o compartilhamento das experiências produzem coletivamente o mundo cultural e o vivifica.

A estrutura social é outro elemento essencial da realidade da vida cotidiana. É por intermédio da sociedade, da interação e das relações pessoais que o indivíduo encontra a expressão de sua subjetividade. No compartilhar da intersubjetividade, o indivíduo adquire a certeza da realidade vivida e diferencia a realidade da vida cotidiana de outras realidades de que tem consciência. (ALEXANDRE, 2009, p. 134).

Essa realidade da vida cotidiana confronta frequentemente a realidade subjetiva do indivíduo, fazendo com que surja a relação dialética com a sociedade, gerando o que pode ser entendido por identidade. As relações sociais mantêm, modificam ou remodelam as identidades conforme a estrutura social. Berger e Luckmann (2010, p. 221) alertam para que não se confunda “identidade coletiva” com “tipos de identidade reconhecíveis”. Assim, “a mulher dos anos 1950” pode ser entendida como um tipo de identidade, localizada num tempo específico, com tipificações características daquela vida cotidiana compartilhadas

---

<sup>42</sup> Ver: MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

socialmente. A identidade individual seria um fenômeno derivado da relação entre indivíduo e sociedade, mas os “tipos de identidade” são produtos sociais, “elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva”.

A persona de rainha conferida até hoje em Silésia, pode ser explicada pela noção de “capital político” em Bourdieu (2004, p. 187). Esse “poder político é uma forma de capital simbólico”, tendo seu crédito conferido pela crença ou reconhecimento de vários agentes ao longo do tempo, como produtos de atos subjetivos existentes na representação do título de Rainha do Milho pelos patenses. O poder desse status existe porque quem o exerce e aqueles que a ele estão sujeitos creem nele. Derivando de credere, “o kred, o crédito, o carisma, esse não sei quê, pelo qual se tem aqueles de quem isso se tem, é o produto do credo, da crença da obediência, que prevalece produzir o credo, a crença, a obediência”.

Em relação às memórias, disse que ainda estão vívidas e presentes. “*Nunca deixei de ser A Rainha do Milho, sempre fui procurada para falar sobre a Festa do Milho e sobre o concurso, veja você aqui hoje, depois de 50 anos...*” O título ainda lhe confere notoriedade e, recentemente, representou Patos de Minas, sua festa e cultura, em um encontro internacional do Clube Rotary na cidade de San Diego (Califórnia – EUA).

O capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação” – é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios, [...] e um domínio profissional da eloquência. (BOURDIEU, 2004, p. 190).

Silésia exemplifica essa noção de capital pessoal de notoriedade e popularidade com a afirmação de que procurou “sempre agir com ética e respeito ao próximo, pois sabia que era observada como *modelo de conduta*” e que “*suas atitudes influenciariam outras pessoas, desde amigos, familiares e alunos em sala de aula, até mesmo desconhecidos no cotidiano*”. Sobre seu legado, acredita “*ter deixado a mensagem de fé, esforço e esperança*” e, quando pensa nas inúmeras oportunidades que teve, e em todas as amizades que conquistou ao longo da vida, sente que “a vida foi maravilhosa e que tudo valeu à pena”.

Com as lembranças dessa, que é considerada pelo órgão responsável pela memória da Festa Nacional do Milho (Casa de Cultura Memorial do Milho) a mais emblemática Rainha do Milho de todos os tempos, concluímos nosso trabalho de investigação acerca do significado simbólico da beleza para sociabilidade feminina na “década de ouro”. Partimos do

resgate do contexto histórico nacional, para então conhecer o local do qual falaríamos e como seria aquela sociedade em que cresceram os sujeitos de nossa pesquisa. Passamos pela reflexão de como aquelas mulheres, enquanto crianças, receberam valores que carregariam pela vida, inculcados por duas instituições fortes no período em questão: a Família e a Escola. Percebemos que esses valores, somados a novas expectativas sociais na mocidade, influenciavam práticas comportamentais e performances da aparência. Ao presumirmos neste trabalho “casamento” e “coroação” como dois grandes sonhos, buscamos compreender de que maneira sua concretização poderia contribuir para a formação das identidades daquelas moças.

Vejamos agora como alguns questionamentos possam ter sido respondidos e outros surgidos, em decorrência de se lidar com um fato social localizado recuado no tempo, em que vários agentes sociais se fizeram envolvidos, e em torno do qual uma profusão de objetos simbólicos se aglutinou, relativizando a interpretação das observações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das primeiras observações que podemos fazer acerca deste estudo é seu recorte temporal. Chamar o período que vai de meados da década de 1950 aos da década de 1960 de “anos dourados” equivale a atribuir-lhe uma valoração especial. É comum e recorrente na poesia, na música e na literatura, o saudosismo dirigido a uma juventude vivida e ele pôde ser encontrado nos artigos sobre as revistas *O Cruzeiro* e *Capricho*, e na biografia de Martha Rocha. Talvez a demarcação daqueles tempos seja tão rígida no Brasil devido a terem começado com um presidente populista “bossa nova” e finalizado com um corte abrupto, promovido por um regime político em que não cabiam mais a idealização, os sonhos e o romantismo que caracterizaram aquela década. Aquela experiência coletiva foi encerrada objetivamente, ao passo que, subjetivamente, permanece graças à perpetuação de práticas simbólicas no imaginário, do qual os concursos de beleza faziam parte pelo fascínio que despertavam. O primeiro objetivo foi alcançado com base na discussão do capítulo 1 e complementado ao longo da investigação nos capítulos seguintes, especialmente no capítulo 4, em que abordamos o concurso de Rainha do Milho.

Se aqueles tempos são referidos mundialmente como “the golden age”, certamente isso se deve à ação imperialista norte-americana, disseminadora de sua ideologia progressista capitalista e promotora do consumismo como promessa de felicidade, realizada, sobretudo, na e pela família. Como vimos no primeiro capítulo, o Brasil foi um terreno fértil para o crescimento e a fortificação da noção de modernidade, atrelada aos valores irradiados pela produção da indústria cultural dos Estados Unidos - especialmente o cinema -, mas fazemos a ressalva de que essa modernização não foi caracterizada uniformemente pelo país, e por isso investigamos uma cidade específica. A imagem física e comportamental da mulher compunha o conjunto da concepção de sociedade moderna que era ambicionada naquele contexto, e, em Patos de Minas, ligava-se mais aos valores de pertencimento de classe.

Pelos relatos das nossas entrevistadas pudemos perceber a idolatria de estrelas em comum, tanto nacionais, quanto estrangeiras, mas particularmente a identificação com aquelas que entravam em consonância com aspectos da subjetividade individual; daí relacionarmos a moça que tinha condição social mais privilegiada com “princesas” e aquela que trabalhava

desde criança com “mulheres fortes”. Que fique compreendida a imagem simbólica da princesa como a de uma mulher nobre, frágil e preservada, a quem nada falta; e a mulher forte como aquela que precisou lutar contra adversidades variadas, que iam desde os conflitos familiares e a necessidade de subsistência, até os padrões de divisão de gênero e classe social. Aqui vale resgatar a menção de Gogoia às datas comemorativas celebradas de forma tradicional, ou seja, com festa e presentes, e aos lindos vestidos de baile que mandava fazer na capital. Por outro lado, temos a narrativa de Cecília, que foi separada cedo da família, assumiu a ocupação de babá, via a autoridade exercida por uma mulher, e na mocidade não andava em companhia das colegas de sua classe social, nem frequentava os locais a elas destinados.

O questionamento feito acerca dos discursos fundantes para moças solteiras e casadas daquele período começa a ser respondido ao nos lembrarmos de que o discurso dominante creditava ao casamento a promessa de felicidade. Parece irônico observarmos que dentre as “princesas” de Gogoia, uma manipulava o marido e vivia reclusa; outra casou-se com um “príncipe” e, indo contra as convenções, separou-se para se casar com outro homem com quem também não permaneceu, encontrando sua realização pessoal no trabalho; e, por fim, houve aquela mais próxima, mais real, que acabou sendo assassinada pelo homem que amava. Se as mulheres “nobres” não se submetiam à vitimização pelo poder da divisão hierárquica de classe ou raça, acabavam sujeitas às mazelas decorrentes da hierarquia de gênero. Aqueles discursos tentavam dar conta da tipificação dos papéis a serem desempenhados no palco urbano e a maioria procurava segui-los sob a força da coerção moral exercida. Modelos de beleza e comportamento eram eleitos para que as moças se alinhassem àqueles discursos, que tendiam à manutenção da ordem social, garantida pela divisão da sociedade em classes e a divisão sexual do trabalho.

Vimos no segundo capítulo o caráter formador da família e da escola, responsáveis pelos aportes educativos que constituem o indivíduo. A primeira influencia a criança por meio de sua visão de mundo, configurando-se no espaço onde opera a ideologia para a transmissão de valores. Esses valores foram percebidos como dependentes da moral religiosa cristã destacada nos quatro relatos: protestante no caso de Cecília e católica no das outras três. A severidade na educação familiar era percebida por elas como natural; naquele tempo a assimilação da autoridade e a submissão das meninas fazia parte da identificação do espaço social da mulher e assunção de “suas” tarefas domésticas, determinando o grau de sujeição ao discurso fundante que regia seu desenvolvimento. Daí decorre o sonho compartilhado de ser

se casar, ter sua casa (onde reproduziriam o modelo imposto), e também o de ser professora (entendida profissão autorizada às mulheres devido a sua “vocação maternal inerente” para o cuidar).

Contudo, notamos que, mesmo que houvesse um discurso oficial dominante, a realidade apresentada nas narrativas das entrevistadas dissonava na configura o da atribui o da autoridade em seus núcleos domésticos. Enquanto em um caso a autoridade correspondia ao padrão da família nuclear, em outro ela sequer se manifestava; os irmãos mais velhos, por sua vez assumiam essa responsabilidade em outra família; e, por fim, havia até o caso em que a voz de comando advinha da mulher. Talvez o caráter ativo da madrinha de Cecília possa ter influenciado em seu comportamento aparentemente rebelde, que a levava a subverter a ordem social da divisão de classes - passeando e frequentando os locais da elite - assim como acreditar que, aos 15 anos, pudesse partir para uma vida independente na cidade grande, fugindo do “destino natural” das mulheres de sua época.

A rela o com o sexo oposto sequer apareceu nas narrativas da infância (excetuando-se os irmãos), o que nos leva a refletir se não se justifica pela pedagogia feminina que catequizava as meninas na autopreserva o e socializa o entre suas iguais (gênero, classe e raça). O concurso de Rainha-Mirim do Milho era um exemplo dessa doutrina o. A mais pobre aprendia as práticas pela observa o das moças que trabalhavam na casa em que morava. As outras três compartilhavam da rígida disciplina do colégio das freiras, fisicamente apartadas dos meninos, e nelas era incutida a importância do respeito   hierarquia e a interioriza o e naturaliza o da obediência e submissão - mecanismo de reprodu o da sociedade.

“Profissionalizando” a condi o de aluno, a escola na década de 1950 acaba por aproximar emocionalmente a criança da família. O distanciamento entre pais e filhos, percebido como “respeito” pelas entrevistadas, vai diminuindo a partir da década seguinte, o que contribuiu para a decadência dos internatos. Pela narrativa de Gogoia depreendemos a importância que tinham aquelas escolas de elite, nas quais as mocinhas aprendiam os modos necessários para o bom desempenho do papel social delas esperado. Na encena o das performances da vida em sociedade essa moça podia lançar mão do conjunto de conhecimentos comuns a seu meio, assim, a preocupa o em não ferir nas normas sociais pareceu legítima e natural. Em contrapartida, Cecília conta que, quando transitava no círculo social do qual não deveria fazer parte, sentia o constante inc modo do receio de ser

“desmascarada”. Podemos ligar a compensação desse esforço à fala da Princesa de 1962 que conferia o “estar entre a sociedade” (entendido como “estar entre a elite”) o status de um prêmio.

A beleza objetificada na sociedade de consumo passa a ser acessada, manipulada e vivenciada nas práticas do cotidiano, como parte do processo de construção de identidades. Um modelo inacessível de deusa da beleza dá lugar à naturalidade da mulher real que qualquer moça possa vir a ser. Uma pretensa revolução jovem se inicia promovendo o belo, o novo e o moderno, como valores ideais a serem perseguidos. O corpo se torna cada vez mais suporte para as novas subjetividades no estreitamento do poder com esses valores, e a mulher tem a errônea interpretação de que a promoção de uma beleza mais natural e real possa libertá-la do controle e da manipulação simbólica do poder masculino.

Em relação ao objetivo de compreender a ligação dos cuidados com a aparência e como as práticas de beleza compunham as identidades das moças dos anos dourados, descobrimos que aspectos do belo possuem variantes carregadas de elementos simbólicos de status, relativos à cultura de cada sociedade. Especificamente no caso estudado, a manipulação desses elementos pelos sujeitos era influenciada pela moda, mas principalmente pelas significações que a moral social conferia. Em meados dos anos 1950, vimos Cecília passeando em um traje característico da década - cintura bem marcada, saia godê e blusa com mangas balonê - que remetia à silhueta ampulheta presente em todo século XIX, carregada de simbologia histórica do “feminino”, com forte demarcação das diferenças de gênero. Já as fotografias de Silésia e Gogoia do início da década de 1960 mostravam os elementos de modernidade que já começavam a aparecer nas roupas, nos cabelos de penteados variados, nos sapatos baixos e até mesmo no uso de calças, adequados a uma vida mais prática.

Precisamos estabelecer essa diferença temporal, ressaltando que, em decorrência das experiências pessoais de separação da família e necessidade do trabalho, Cecília iniciou as práticas da mocidade mais cedo, e, em 1954, aos 15 anos, apresentava a imagem de uma mulher adulta. Os modelos de beleza daquele período eram os das musas sensuais do cinema, com uso de maquiagem bem marcada, que Cecília reforçava ao sair de casa, já que a madrinha (de religião protestante) reprimia. Devemos também ligar o exagero à necessidade de afirmação da moça pobre e a preocupação de se apresentar de maneira “impecável”. Gogoia, dois anos mais nova, já não demonstra a preocupação em se arrumar para primordialmente se submeter à apreciação alheia, mas simplesmente pelo gosto e o prazer do

uso da moda. Lembramos que para ela isso era natural e fazia parte de suas práticas cotidianas; os bailes no clube eram frequentes, assim como as festinhas em casas de amigas. Silésia, a mais jovem, já nos anos 1960 era a que menos importância dava ao parecer; sempre ativa na sociedade, participando de eventos culturais, estudantis e beneficentes, tem em sua fala destacada a preocupação com a imagem ética e moral, ao invés da aparência física. Que não fique a impressão de que fosse desprovida de vaidade, pois conta que gostava muito de variar os penteados, e que participar do concurso seria fascinante pelas lindas roupas, bolsas e sapatos que poderia usar.

Dessas relações das mulheres com a aparência, resgatamos Marwick, Chartier, Perrot e Lipovetsky, que questionavam o nível de liberdade que tinham as mulheres na manipulação dos ícones da aparência. Talvez seja leviano de nossa parte empreender esse julgamento, portanto apontaremos possibilidades de interpretação. Quando Cecília foge da imposição da moral religiosa que rege seu ambiente doméstico e se arruma de maneira que seria reprovável, exercita conforme sua vontade a prática da beleza. Por outro lado, podemos entender a configuração de sua imagem submetida à necessidade de uma construção identitária, a um enquadramento exigido pela sociedade. A naturalidade que Gogoia confere a madrugara para se arrumar para a missa e o prazer que sentia nos rituais de beleza pressupõem a internalização, naturalização e legitimação da demarcação da diferença de classe. A aparente liberdade de Silésia, por não se preocupar tanto com a aparência, contrasta com a consciência da necessidade de adequação de seus modos a um modelo ético por acreditar que estava sendo constantemente observada. O que pretendemos afirmar é que, ao menos no nível objetivo, elas não se percebiam como vítimas ou sujeitos passivos.

Os quatro níveis de legitimação, de que falam Berger e Luckmann, conferiam sentido ao universo simbólico do qual fazem parte os concursos de beleza, de misses e de rainhas. O sucesso social de uma mulher estaria garantido pela autorização a participar daqueles concursos em decorrência da realização objetiva de uma “perfeita” feminilidade subjetiva (ter origem em uma família de boa índole, adotar comportamentos socialmente aprovados, projetar seu futuro na realização pessoal do casamento e da maternidade). Quando começamos a investigação não tínhamos a noção clara das diferenças das dimensões dos concursos nacionais (Miss Brasil) e dos concursos locais (Rainha da Primavera, Miss Bangu, Rainha do Milho, etc.), mas agora alguns paralelos podem ser traçados.

A partir da leitura da biografia de Martha Rocha, tendo em conta a possibilidade da ação de parcialidade da biógrafa e a compreensão de que um evento daquele porte envolveria maior entrega, comprometimento e proporcionais resultados e efeitos na vida da miss, buscamos encontrar alguma correspondência ou particularidade no caso de Patos de Minas. Descobrimos que, nos certames de 1959 e 1962, as candidatas se mostraram mais comprometidas com a causa social do que com o título em si. Talvez isso possa ser explicado porque, além do caráter inicial e experimental da festa, existia um alto nível de envolvimento das duas famílias com os organizadores do concurso; a família de Marta era diretamente ligada à paróquia e ao Bispo, e a família de Gogoia era ligada ao sindicato ruralista e à associação de mulheres da sociedade. Para Silésia, que não tinha nada disso, o convite surgido em reconhecimento a sua participação ativa nos eventos da sociedade foi bastante significativo.

Os ganhos que narraram decorrentes da participação nos eventos podem ser diretamente relacionados às motivações. Extremamente religiosa, Marta, que aceitou o convite em deferência ao Bispo, confere extremo valor ao missal que dele ganhou, e sente-se satisfeita por ter contribuído com a construção da sede municipal do seminário. Gogoia, moça de família de classe média alta, a quem nada faltava, confere valor à participação por ter descoberto que com ela transformou para melhor a vida de alguém. Silésia, que teve uma infância em que tudo era dividido entre os vários irmãos, sentiu-se especial com aquele acontecimento. O empoderamento simbólico da representação mítica da “rainha” permaneceu por toda a vida dessa última. A quantidade de fotografias, recortes de jornais e revistas e o tempo de entrevista concedido (2 horas e 50 minutos, devido ao detalhamento dos fatos narrados), permitem constatar o significado da alcunha que os colaboradores da Casa de Cultura Memorial do Milho atribuem a ela: “A rainha das Rainhas”. Silésia disse que ainda vive e revive aqueles fatos até hoje, e, como ela mesma disse, nossa entrevista era a comprovação da perpetuação daquele evento em sua vida.

A lembrança saudosista dos anos dourados e seus concursos de beleza pode ser creditada a todo um aparato ideológico e seu processo de sedimentação intersubjetiva, do qual todos os indivíduos participantes e testemunhas fazem parte. Eles exercem um poder de fascínio na sociedade por meio de auxílios mnemotécnicos de ações e objetos simbólicos. Os rituais, carregados de signos e significações são alguns desses artifícios. Talvez, para as primeiras participantes o concurso não tenha tido uma representação tão significativa, em

decorrência da incipiência e simplicidade do concurso; para a última é possível que tenha marcado mais, não apenas pelo crescimento da festa e dos aportes feitos em prol sua realização, mas por ter vencido e passado pelo ritual da coroação, receber o manto e o cetro de rainha - objetos cheios de significação. Aponto, ainda, a representação da figura da rainha para Silésia, considerando o fato de ter crescido em uma família cuja mãe precisou se dedicar aos cuidados com a filha excepcional, possivelmente deixando “um trono vazio”.

Com a execução da pesquisa e a elaboração desta dissertação, pudemos compreender que os romances e as representações das misses nas revistas de cotidiano faziam parte de sistemas simbólicos, difundindo formas de ação tipificadas e condutas em papéis institucionalizados, cuja interiorização dava a sensação de pertencimento ao mundo social. A valorização dessas construções, efetivadas pelos veículos de comunicação, traduzia e legitimava a tradição, buscando a manutenção da divisão sexual do trabalho. Por mais que os desejos e aspirações individuais quisessem seguir caminho diverso, a força da imposição social quase sempre prevalecia. A rede de símbolos e significações montada pelo imaginário da época induzia à concepção de que a realização pessoal e social das mulheres seria atingida por aquelas que seguissem os exemplos materializados nas figuras das misses e rainhas.

Ao finalizarmos esta reflexão, temos a percepção de que, por mais forte e impositivo que possa ter sido o discurso comportamental para as mulheres dos anos dourados, generalizações não podem ser feitas; de alguma forma os padrões eram quebrados, mesmo que timidamente, e em oportunidades menos frequentes do que aquelas em que eram seguidos. A partir da inquietação pessoal deste autor, que sempre tentou entender os porquês de a cidade onde nasceu lhe parecer um lugar onde os discursos privilegiam e cristalizam as mentalidades dominantes, os padrões tendem a prevalecer e a aparência é glorificada, consideramos que utilizar o concurso da Rainha do Milho como fato social total tenha sido eficaz para oferecer as respostas.

A origem do evento tinha caráter assistencialista e era promovido pelas “senhoras da sociedade”, em uma reprodução da filantropia praticada pelas mulheres de classe elevada, desde o século anterior, que as autorizava a participar do espaço público. A coroação de uma rainha nos moldes de eleição de uma miss (o “barro mole” de Socila, moldado para fabricar ideologicamente a imagem que atendia aos interesses dos detentores do poder) pode ser entendida como uma prática social absolutamente coerente com a herança cultural histórica da cidade; uma cidade fundada pela elite e para a elite, projetada urbanisticamente para espelhar

os valores da tradição e da nobreza, onde não havia espaço para a aparência dos “pretos, pobres e putas”.

Transcorrido meio século desde os fatos aqui relatados, em meio a uma sociedade em que a informação torna-se instantânea e largamente acessível, após décadas de conquistas femininas e transformações pelas quais passou o significado do “feminino” e o lugar da mulher (público e privado) na vida social, quais questionamentos poderiam ser significativos e relevantes derivados deste trabalho?

Hoje os valores que conferem sentido à identidade do indivíduo estão relacionados à exposição pública. Quanto mais exposto e julgado, não importando aprovação ou reprovação, mais certeza tem de sua constituição como sujeito participante da sociedade e autorizado a construir sua identidade nas alteridades. Nesse sentido, considerando que os modelos admirados, aplaudidos e assumidos como legítimos não carregam mais os valores de antes, para que serviriam ainda os concursos de misses e rainhas? Por fim, fica a sugestão de uma investigação complementar que identifique os componentes da aparência na construção das identidades na atualidade. Nesse momento o processo de legitimação do indivíduo acontece na velocidade de um clique sobre uma fotografia, em um universo virtual assumido como concreto e significativo, onde permanece a submissão da mulher à apreciação alheia e de si mesma, mas onde também pode agora ser encontrado o homem objetificado.

## REFERÊNCIAS

- ADHB – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Patos de Minas – MG**, 2015. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/patos-de-minas\\_mg](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/patos-de-minas_mg). Acesso em: 26 jul. 2015.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **Guia do passado**. Alegrias, venturas e esperanças: os anos 1950 e suas adjacências. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v.10, n.23, p. 122-138, jul/dez. 2004.
- ALMEIDA JR, Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: BORIS, Fausto (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. v.3. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 255 pp.
- APM. Olegário Dias Maciel. **Arquivo Público Mineiro** – Guia de Fundos e Coleções. [versão online] Sistema Integrado de Acesso do APM. Belo Horizonte – MG – Brasil, 2015. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/brtacervo.php?cid=50](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=50). Acesso em: 23 set. 2015.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. MetrÓpole e Cultura: o novo modernismo paulista em meados do século. **Tempo Social** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 1997. p.39-52.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et Al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BANNER, Louis W. **American Beauty**: a social history through two centuries of the American idea, ideal and image of the beautiful women. New York: Alfred Knopf, 1983.
- BARBOSA, LÍvia. CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 607-635.
- BARRIO, Angel-B. E. **Manual de antropologia cultural**. Recife: Massangana, 2005.
- BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas, **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BIO. Josephine Baker. **A&E Television Networks** [versão online]. Nova York – Estados Unidos, 2015. Disponível em: <http://www.biography.com/people/josephine-baker-9195959> Acesso em: 11 jul. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (org). **Sociologia**. São Paulo: Atica, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In: BARBOSA, L.; \_\_\_\_\_. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete P. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos** [versão online], 2009, v.39, n.3, p. 513-538. ISSN 1980-5357  
CARDOSO, Mirian. **Ideologia do desenvolvimento – JK – JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTELLO BRANCO, Helena A. **Família, indicadores sociais**. Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. São Paulo: Fundação IBGE, 1989.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1995.

\_\_\_\_\_. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**. v.5, n.11, São Paulo, jan./abr. 1991

CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 131-145, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24 set. 2015.

COURY, Marialda. **A Festa do Milho através dos tempos**. Patos de Minas: Sindicato Rural, 2008.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DIAS, Aline P., et al. “Sobre a memória social dos 'Anos Dourados': Fusca, Copa do Mundo, Bossa Nova e Miss Brasil” in: **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo. v.13, n.3, 2011. p. 110-123. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2723/3182>. Acesso em 21 jun. 2015.

DW. 1837: **Nascimento da imperatriz Sissi**. Deutsche Welle [versão online]. Bonn - Alemanha, 2015. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/1837-nascimento-da-imperatriz-sissi/a-368675>. Acesso em: 11 jul. 2015.

DURHAM, Eunice R. Família e Reprodução Humana. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 3.ed. p. 13-44.

ECO, Umberto. **História da Beleza**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador.** Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FOLHA de São Paulo. JK anuncia o fim da rebelião e promete punir os culpados. Folha da Manhã, 05 dez. 1959. **Banco de dados da Folha.** [versão online]. São Paulo – SP, 2015. Disponível em: [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_05dez\\_1959.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_05dez_1959.htm). Acesso em: 10 jul. 2015.

FRANCISCHETT, Leandra. Submissão x independência: a ambivalência da imagem feminina nas fotorreportagens de O Cruzeiro. **História, Imagem e Narrativas**, [versão online] [S.l.], n.7, setembro/outubro, 2008. ISSN 1808-9895. Disponível em: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao7setembro2008/submissao.pdf>. Acesso em 20 jun. 2015.

FROMM, Erich. Autoridade e super-ego: o papel da família. In: CANEVACCI, Massimo (Org). **Dialética da Família:** gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Brasiliense, 1985. 4.ed. p. 163-175.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Pulo: Atlas, 2008.

GODART, Frédéric. **Sociologia da moda.** São Paulo: Senac, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manual de sociologia da cultura.** Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1997.

\_\_\_\_\_. **Ritual de interação:** ensaios sobre o comportamento face a face. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, 2005. p. 65-80.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados – **Cidades.** Patos de Minas, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314800&search=minas-gerais|patos-de-minas|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 12 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Estatística - População. **Dados Históricos dos Censos.** Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm). Acesso em: 06 jun. 2015.

IZAGUIRRE, Boris. Ira de Fürstenberg y los hombres. **Revista Fanity Fair.** [versão online] Condé Nast Digital. Madrid – Espanha, 2015. Disponível em: <http://www.revistavanityfair.es/actualidad/articulos/ira-de-furstenberg-y-los-hombres/15986>. Acesso em: 12 jul. 2015.

KUBITSCHKEK, Juscelino de Oliveira. Discurso balanceando os seis primeiros meses de gestão presidencial. **A Voz do Brasil.** Rio de Janeiro, 31 de julho de 1956. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1956/37.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liane. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LANE, Silvia T. M. O processo grupal. In: LANE, Sivia T.M.; CODO, Wanderley (org). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 5.ed. p.78-98.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 2.ed.

LE GOFF, Jacques. PIERRE, Nora. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LISPECTOR, Clarice. **Correio feminino**. NUNES, Maria Aparecida (org). Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

LOURO, Guacira. Gênero e magistério: identidade, história e representação. In: CATTANI, Denise et al. (Org.). **Docência, memória e gênero**. Estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997.

MARWICK, Arthur. **Uma história da beleza humana**. São Paulo: Senac, 2009.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p.399-422.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. v.2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. p.1-37.

MELLO, Antônio de Oliveira. **Patos de Minas, meu bem querer**. Patos de Minas: Prefeitura Municipal/SEMED, 2008. 3.ed.

MELO, Max Milliano. Antônio Secundino levou o Brasil a ser o maior plantador de milho do mundo. **Correio Braziliense** – [versão online] Ciência e Saúde. Brasília 10 jan. 2011. Disponível em: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2011/01/10/interna\\_ciencia\\_saude,231596/antonio-secundino-levou-o-brasil-a-ser-maior-plantador-de-milho-do-mundo.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2011/01/10/interna_ciencia_saude,231596/antonio-secundino-levou-o-brasil-a-ser-maior-plantador-de-milho-do-mundo.shtml). Acesso em: 29 jul. 2015.

MEMORIAL GETÚLIO VARGAS. Carta-Testamento e Carta-Despedida. **Memorial Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro - RJ, 2005. Disponível em: [http://www0.rio.rj.gov.br/memorial\\_getuliovargas/conteudo/expo8.html](http://www0.rio.rj.gov.br/memorial_getuliovargas/conteudo/expo8.html). Acesso em: 20 jun. 2015.

MENDES, Valerie. **A moda do século XX**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MEYRER, Marlise R. Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro (1955-1957). **III Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. 03 a 06 de maio de 2011 - Londrina – PR. p. 2161-2177.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

MIGUEL, Raquel B.P. Mulheres em imagens: análise da publicidade na revista Capricho (décadas de 1950 e 1960). **ALCAR – Encontros Nacionais 7º encontro – UFRS**, 2009.

MIRANDA, Marília Gouvea de. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, Silvia T.M.; CODO, Wanderley (Org). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 5. ed. p.125-135.

MORGANTE, Mirela M.; NADER, Maria B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh – Rio: **Saberes e práticas científicas**. ISBN 978-85-65957-03-08, 28 jul - 01 ago de 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465\\_ARQUIVO\\_textoANPUH.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf). Acesso em: 20 set. 2015.

MÜLLER, Fernanda. Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças. **Educar**, Curitiba, n.32, p.123-141, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a10.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

NASCIMENTO, Arlindo M. População e família brasileira: ontem e hoje. **XV Encontro Nacional de Estudos populacionais**, ABEP. Caxambu, MG. 18-20 de setembro de 2006.

NOGUEIRA, Maria da Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v.13, 2001. p.107-128.

OLIVEIRA, Carmen L. de. A imprensa escrita e o imaginário social em Uberlândia/MG nos anos 1950 a 1969: percepções da racialização, das relações de gênero e classe. **Revista fato&versões**, n. 3, v. 2, 2010. p. 62-97.

PACHECO, Lourival. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. Viçosa: UFV, 2006. p. 73-76. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=antonioSecundino> Acesso em 18 set. 2015.

PEREIRA, Pedro P. G. Resenha de A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual, de Berenice Bento. **Cadernos Pagu**, n. 27, jul/dez, 2006. p.469-477.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, M. (Org). **História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.107-168.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PMPM – Prefeitura Municipal de Patos de Minas. **A Cidade – Infraestrutura**. Disponível em: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/acidade/infraestrutura.php>. Acesso em: 12 ago. 2015.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: VINCENT, Gérard (Org.). **História da Vida Privada, 5: Da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.13-136.

REIS, José Roberto T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia T.M.; CODO, Wanderley (Org). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 5. ed. p.99-124.

RIBEIRO, Lidiane M. LEMOS, Renato L. Contra-Revolução: A crise político-militar de novembro de 1955. **USOS DO PASSADO** — XII Encontro Regional de História ANPUH, Rio de Janeiro - RJ, 2006. Disponível em: [http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/ic/Lidiane %20 Monteiro%20Ribeiro.pdf](http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/ic/Lidiane%20Monteiro%20Ribeiro.pdf). Acesso: 08 jun. 2015.

ROCHA, Marta. **Uma biografia, em depoimento a Isa Pessôa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1993.

RODRIGUES, Marly. **A década de 50** – Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. Posfácio: conceituando gênero. In: SAFFIOTI, H. I. B. & MOÑOZ-VARGAS, M. (Org) **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Elegância, beleza e poder na sociedade de moda dos anos 50 e 60**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

SANTOS, Lídia N. **Brotinhos e seus problemas: juventude e gênero na imprensa fortalezense da década de 1950**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

SCOTT, Joan. “O Gênero uma categoria útil de análise histórica”. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 1990.

SILVA, Alice Inês O. **The social construction of femininity and the domestic domain of middle class woman in the brazilian 1950s**. Tese submetida ao Departamento de Antropologia da Universidade de Londres, para a obtenção do título Doctor of Philosophy. Londres, 1997.

SILVA, Rosa Maria Ferreira da. Cidade e urbanização, progresso e civilização: reflexões sobre a cidade oitocentista no sertão das Gerais (Patos de Minas, 1868-1933). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 49, jul/dez, 2013. p. 407-438.

\_\_\_\_\_. A cidade republicana do sertão mineiro: indagações sobre a memória histórica de Patos de Minas, MG. Anais do III Congresso Internacional de História da UFG/Jataí: **História e Diversidade Cultural**. Textos Completos. Realização Curso de História – ISSN 2178-1281. 25-27 set. 2012.

SINGLY, Façois de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

STEVENSON, NJ. **Cronologia da moda:** de Maria Antonieta a Alexander Mc Queen. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre - RS, n.13, jun/2000. p.15-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n13/v6n13a02.pdf>. Acesso em: 10 julho 2015.

VIANELLO, Mino. **Gênero papéis sociais, espaço e poder:** um novo paradigma para as ciências sociais. São Paulo: Rocco, 2011.

VIGARELLO, Georges. **História da Beleza.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza.** Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea:** uma perspectiva interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

## APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

PESQUISA: *Concursos de beleza e sociabilidade feminina nos “anos dourados”*.

O primeiro passo será explicar que a entrevista tem o objetivo de descobrir como era ser moça entre os anos 1950 e 1960 e que contribuirá para minha dissertação de mestrado da UFV. Então, explicar a necessidade do Termo de Conhecimento de Livre Esclarecido.

### SOBRE A INFÂNCIA E JUVENTUDE (todos os sujeitos)

- Como era sua família?  
(espera-se o direcionamento para a constituição e relação entre os membros e observar se prevalecia a competição ou cooperação).
- Como era o dia-a-dia em sua casa?  
(além da rotina familiar, pretende-se descobrir sobre a realização do trabalho doméstico e se o ambiente familiar era mais austero e discreto ou alegre e festivo).
- Quais eram seus sonhos de criança?  
(espera-se saber se estavam relacionados a assunção do papel de esposa/mãe/dona de casa ou se ela já sonhava com alguma carreira e, nesse caso, qual)
- Como foi a chegada da juventude?  
(pretende-se saber se houve influência/orientação de uma figura feminina – mãe/tia/irmã mais velha)
- Como eram suas amigas / moças do colégio?  
(detectar existência de comportamentos destoantes do padrão hegemônico e como eram vistas pela sociedade)
- \* Como as moças se vestiam?  
(com essa pergunta deseja-se saber sobre as técnicas corporais, produtos de beleza, muito além do vestuário e direcionar para questionamentos acerca da vaidade, seu incentivo ou condenação)
- Como era Patos de Minas naquela época?  
(verificar se a cidade oferecia entretenimento, de que tipo, se a vida era tranquila, se as pessoas adotavam/condenavam hábitos de cidades grandes)
- Você participava de festas, bailes ou eventos sociais?  
(espera-se saber se os pais proibiam ou autorizavam e quais as regras envolvidas)
- O que era o amor, para você?  
(averiguar se era idealizado, romantizado ou a relação amorosa era tratada com pragmatismo dependente de intervenção alheia)

### SOBRE O CONCURSO (para candidatas)

- Como foi convidada a participar?  
(saber quais os critérios/exigências para se participar, assim como se a seleção das moças era determinada por tipo físico ou classe social específicos)
- O que suas amigas acharam?  
(descobrir manifestação de inveja, relação de competição entre as moças ou admiração e apoio)
- Por que participou do concurso?  
(especificamente perceber se por necessidade de autoafirmação/busca de promoção social)
- Como foram os preparativos?  
(descobrir os investimentos físicos, psicológicos e financeiros)
- Vocês eram treinadas ou instruídas? Como?  
(essencialmente verificar a existência da determinação de agir conforme o modelo comportamental hegemônico – recato/pudor/discrição)
- Agora descreva o dia e a noite do desfile.  
(espera-se extrair o máximo de informações possível, tais como: o ânimo da candidata, tipo de traje, maquiagem, penteado)
- Como foi a vida depois do concurso?  
(caso não apareça na narrativa, perguntar para saber se ele teve relação com outros acontecimentos da trajetória da participante)

### VISÃO EXTERIOR (para senhoras testemunhas)

- O que representava a Rainha do Milho para você?  
(verificar as dimensões do concurso para a testemunha)
- O que as pessoas falavam das moças que participavam?  
(verificar a visão da sociedade na fala dessas moças sobre o concurso – admiração/inveja/desdém)

## APENDICE B - Narração de entrevista com a Sra. Maria Marta Caixeta Borges

Maria Marta narra sua infância como tendo sido *“bastante pacata, dividida entre a casa da cidade e a casa da fazenda”*. Conviveu pouco com os dois irmãos mais velhos, filhos do primeiro casamento de seu pai, pois já trabalhavam fora e ficavam muito ausentes. Teve quatro irmãos de idades esparsas, fato que a levou a ter *“uma relação mais maternal que fraternal com as duas mais novas”*.

As tarefas domésticas eram divididas entre a mãe, ela e suas irmãs mais velhas. Os pais *“eram bastante rígidos em relação à educação e comportamento das meninas”*, mas nunca lançaram mão de broncas e castigos, pois eram crianças e moças *“muito bem-comportadas, que mal saíam de casa”*.

Estudava no Colégio Nossa Senhora das Graças e o mesmo tipo de disciplina aplicada no colégio tinha ressonância em casa, já que sua mãe era muito atuante na paróquia local e utilizava no lar a moral religiosa católica praticada na igreja.

Quando jovem, Marta ia muito poucas vezes aos bailes na Sociedade Recreativa, tendo como programa mais frequente as idas aos cinemas Tupã e Olyntha, sempre em grupo com as irmãs e as primas. Não se recorda de nenhum cuidado especial com estética, a não ser os vestidos para os bailes que uma prima costureira fazia.

Marta conta que não tinha oportunidade de falar sobre paquera ou namoro com as irmãs, *“devido ao tipo de criação que tinha em casa”*, e que também *“não se usava ter esse tipo de conversa com a mãe”*. Em seu círculo de amizades não existiam moças que fugiam do padrão comportamental esperado, mas que *“ouvia histórias sobre aquelas que vinham de outras cidades para o internato”*.

Maria Marta conta que seus sonhos eram *“os mesmos de toda moça: casar, ser professora e ter filhos”*. Foi o que aconteceu; quando terminou o colegial foi aprovada em um concurso estadual e trabalhou na mesma escola até se aposentar. Casou-se, teve filhos e netos, os quais *“acabaram se espalhando”*. Mora na mesma casa há décadas com o esposo e, apesar de não se considerar saudosista, definiu a casa pela *“sensação de ninho vazio”*.

O convite para participar do primeiro concurso de Rainha do Milho foi feito por intermédio da Sra. Ordalina Vieira, tendo surgido do bispo da cidade de Patos de Minas, Dom José André Coimbra, já que a mãe de Marta era muito ativa na paróquia. *“Como foi a*

primeira edição, estava muito difícil conseguir meninas cujos pais permitissem participar, *pois não se sabia exatamente do que se tratava e o que estaria envolvido*". Seu objetivo era angariar fundos para a construção do seminário e ela acredita que essa tenha sido a motivação que levou à rivalidade entre as candidatas.

"A Sra. Ordalina ajudou na confecção dos vestidos e trajés típicos, orientou para o desfile de rua e do dia da coroação. O baile foi realizado em um grande galpão e não ficou cheio". As três moças estavam tranquilas, descontraídas, sem qualquer preocupação de que algo desse errado. "Havia torcidas separadas para cada uma e tudo transcorreu em clima de festa e celebração", por isso não houve nenhum tipo de animosidade devido ao resultado nada mudou na relação entre elas. Considera o missal com dedicatória e agradecimento do Bispo, o melhor presente que ganhou, o qual guarda até hoje.

Marta afirma sentir-se satisfeita por ter contribuído por uma causa social e religiosa e orgulhosa por ter participado do primeiro concurso. Hoje lembra-se do passado "sem muito saudosismo", considera ter sido "uma época boa, mas bem diferente", espanta-se com a dimensão que a festa tomou e o tipo de motivação que as meninas tem hoje para quererem ser a Rainha do Milho.

### **APENDICE C - Narração de entrevista com a Sra. Maria da Glória Teixeira**

Maria da Glória Teixeira, 74 anos, conhecida desde criança por Gogoia, passou a infância em "uma casa confortável", com dois irmãos e uma irmã. Seus pais eram "severos, mas bastante carinhosos" e faziam questão de celebrar todas as datas comemorativas "da maneira mais tradicional possível". "*Apesar da rigidez da educação*", Gogoia e seus irmãos usufruíam de "plena permissão para brincar" na rua em que moravam, nas pracinhas da Avenida Getúlio Vargas, na casa da avó e na fazenda. Dispunham de brinquedos variados e se recorda de serem especiais "a bicicleta e os patins, pela liberdade que permitiam".

Por outro lado, o "comportamento cobrado no colégio era extremamente rígido. As *freiras estavam sempre por perto, exercendo controle e disciplina*", até mesmo nas horas de lavarem as mãos ou tomarem banho. Segundo ela, "as frequências eram verificadas em cadernetas, assim como a prática regular das orações e a repressão veemente da cola". Gogoia conta que "uma colega foi pega colando e teve de assumir em voz alta para a sala,

pedir desculpas para a professora e para os colegas em uma situação constrangedora e vexatória”.

“Os uniformes eram cuidadosamente inspecionados, devendo sempre estar no mais perfeito padrão de apresentação. As saias pregueadas deveriam estar abaixo dos joelhos, as meias na altura da canela e os sapatinhos estilo boneca sempre brilhando. As blusas eram folgadas e levavam por cima um corpete para proteção e recato, assim como um calção com muito volume balonê para a educação física. As alunas do colégio das Irmãs eram afamadas por terem os mais lindos uniformes de gala da cidade, com boina e tudo”, usados no desfile de Independência (7 de setembro) e no dia de Nossa Senhora das Graças (13 de maio). Afirma ter tido “a oportunidade de vivenciar o internato” no colégio das freiras em Belo Horizonte e em Araxá, dos 12 aos 14 anos, “da forma que os jovens hoje consideram um intercâmbio no exterior”, e que foi muito valioso por “*todos os modos de moça elegante da capital*” que aprendeu.

Devido à forte presença da religião em sua formação, o principal evento de que se recorda em sua adolescência era a missa das 10:00 horas do domingo. Gogoia conta que “*praticamente acordava de madrugada*” para se arrumar para a missa, “*sempre com roupas novas e bonitas*”. Seu modelo ideal era a socialite belo-horizontina Ângela Diniz, que sempre aparecia nas colunas sociais fotografada, não somente nos bailes da sociedade da capital, mas também nas missas da Basílica de Nossa Senhora de Lourdes.

Além de moças da sociedade da capital, que via nos jornais e revistas, Gogoia se identificava com princesas como a Imperatriz Sissi e a herdeira Ira de Furstenberg, e seu “grande sonho era casar bem, morar numa linda casa, ser mãe e professora”. Ela conta que o “*sonho era compartilhado pelas amigas*”; praticamente todas vislumbravam em seu futuro terminar o curso normal no colégio, “virar professora no colégio Marcolino de Barros ou na Escola Normal - que era o máximo - e casar; *para quê mais*”? Contudo, recorda-se de que “algumas moças chegaram a se mudar para Belo Horizonte para terem formação superior, mas isso era muito incomum”. Lembra-se também de uma moça que foi para os Estados Unidos ser babá e acabou ficando por lá, o que acredita “ter sido algo bastante ousado e reprovado pelos pais” das amigas de sua turma.

Ainda moça, frequentava a sessão das 19:00 horas dos cinemas e os bailes do Patos Social, ocasiões para as quais “mandava fazer lindos vestidos bordados em uma concorrida costureira de Belo Horizonte”. Também eram atividades de lazer frequentes as festas que suas

amigas promoviam em casa, para as quais “*os pais levavam e buscavam, sempre com muito zelo*”, nas quais dançavam as músicas que mais gostavam, lanchavam e tomavam sucos e refrigerantes. “As moças daquela época não bebiam álcool”, pelo menos as de seu círculo de amizades. A propósito, Gogoia se lembra de ter colegas “mais atrevidas e ousadas” no colégio, com as quais não era permitido ter maior aproximação. Recorda-se de que “*havia uma ‘mais maliciosa’ que manipulava as colegas para que não contassem nada para as freiras, mas encontrava-se com um namoradinho nos intervalos na casa do zelador do colégio*”.

Nos bailes os rapazes convidavam para dançar valsa, orquestra e, mesmo “*quando um rapaz que não fosse muito apresentável ou habilidoso convidava para a dança, as moças aceitavam por educação e consideração*”. “Namorar somente era permitido sob a supervisão de um acompanhante”; no caso dela, um primo de outra cidade que morava com sua família. Uma modalidade de paquera de que se lembra ser muito popular era o “*correio elegante*” nas festas; “*era emocionante receber um bilhetezinho*”.

Apesar de gostar de estudar e desejar ter feito o curso de Direito “*pelo conhecimento que propiciaria*”, sentiu-se feliz com seu destino, pois “*foi exatamente como sonhava*”. Casou-se com um dentista que amava, mudou-se há quarenta anos para a casa onde mora até hoje, teve filhos e netos.

Em 1962 foi convidada por um dos Irmãos Maristas da cidade a participar do concurso da Rainha do Milho e aceitou para ajudar, pois a renda seria revertida na construção do seminário. O concurso todo foi muito simples, as candidatas não receberam apoio financeiro e “*foi feito apenas algum ensaio para o dia da coroação*”. Naquele ano as moças eram todas amigas e, segundo ela, “*não havia clima de rivalidade*”. Os carros alegóricos do desfile de rua foram confeccionados por seu tio – o artista plástico Vicente Nepomuceno – e o traje típico elaborado pelas “*Damas de Caridade*” – senhoras da alta sociedade que praticavam filantropia; era um vestido que levava a saia confeccionada em palha de milho. Já o vestido de gala para a noite da coroação foi feito por sua modista de Belo Horizonte, D. Célia Valadares, famosa em todo o estado de Minas.

Naquele ano foi eleita a mais votada pelo público que comprasse as mesas do baile da eleição. Gogoia disse que “*o importante era ajudar a causa social, não estava preocupada em ganhar*”, até mesmo porque o melhor presente seria uma cota do Caiçaras Country Clube, do qual seu pai era presidente e ela já era sócia presente que definiu como:

“um prêmio cujo valor maior era o de poder estar entre a sociedade”. O maior presente que poderia ter ganhado, descobriu cinco décadas depois: como participação, os irmãos Maristas deram às candidatas bolsas de estudos no colégio, para que elas oferecessem a quem quisessem e Gogoia escolheu três bons alunos da escola pública onde lecionava. Pouco tempo atrás, estava na missa de domingo e um senhor olhava para ela fixamente, o que a deixou incomodada e intrigada, pois não o reconhecia. Ao sair da igreja o homem foi até ela e, percebendo que não era reconhecido, disse que era um de seus alunos presenteados com aquelas bolsas de estudos, que até hoje se sentia grato, pois era muito pobre e não teria tido oportunidade de levar seus estudos adiante de outra maneira. Gogoia ficou bastante emocionada e, após mais de 50 anos, sentiu que valeu à pena ter participado daquele concurso.

Ao final da entrevista, para responder à pergunta de como se sentia ao resgatar todas essas lembranças, Gogoia foi até outra sala e trouxe um livro da escritora Isabel Allende, o qual continha um pensamento que ela gostaria de ler para mim: “Os instrumentos mais uteis para a vida são: memória seletiva para se recordar o bom do passado; prudência e lógica para não arruinar o presente; e otimismo desafiante para encarar o futuro”.

#### **APENDICE D - Narração de entrevista com a Sra. Silésia de Sousa Maia**

Silésia de Sousa Maia, 72 anos, teve origem em uma família grande, de onze irmãos. Seu pai era dono de um comércio, mas tinha problemas com álcool e acabava por não se fazer muito presente no ambiente familiar. Sua mãe trabalhava muito e vivia muito dedicada aos cuidados exigidos pela irmã mais nova, excepcional.

A autoridade em casa era exercida pelos dois irmãos mais velhos, os quais também cuidavam do provimento da casa. Devido às dificuldades enfrentadas, ao invés de rugas, todos eram muito unidos e dedicavam-se aos estudos. Segundo ela, “os mais velhos, ocupados em trazer o sustento para casa, não tiveram oportunidade de estudar, mas acabaram bem-sucedidos por serem muito esforçados e empreendedores. Apesar das dificuldades, as datas festivas eram comemoradas, mesmo com simplicidade. As tarefas de cuidado com a casa, com os irmãos mais novos e confecção das roupas eram exercidas pelas irmãs mais velhas”.

Silésia estudou na escola Marcolino de Barros e durante o colegial, no colégio Nossa Senhora das Graças. Quando criança, “compartilhava com as colegas o sonho de se casar e

ser professora, diferentemente das irmãs mais novas, que cresceram entre os anos de 1960 e 1970, e tiveram a oportunidade de escolher outras carreiras que se abriam para as *mulheres*”.

Para ela, a figura da mãe era de “uma lutadora”. Juntamente a seus irmãos mais velhos e outras personalidades da cidade – também pais de crianças excepcionais – fundaram a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Patos de Minas. Julga não ter tido “*uma relação próxima de diálogo e confiança*” com a mãe, talvez pelas dificuldades vividas, ou mesmo “*por não ser uma prática da época*”, mas que sabia o que sua mãe pensava apenas pela sua expressão facial.

Como influência nos cuidados com a imagem e a beleza, Silésia cita sua tia Jassy, a primeira cabeleireira da cidade. Credita a ela seu gosto pelos penteados variados e elaborados: coques, topetes, permanentes, etc; mas “em relação aos cosméticos, gostava apenas de creme hidratante e pouca maquiagem, deixando a imagem mais ao natural”. As roupas, como de costume, eram costuradas no ambiente doméstico conforme a moda da época e se recorda, especialmente, da “necessidade de permissão para usar calças Slack e apenas em ocasiões especiais”. Uma vez, ainda moça, foi conhecer o mar, no Rio de Janeiro, mas como não se tinha o costume de pegar sol, nem roupa de banho havia usado, a turma ouviu sombaria dos garotos que estavam na areia: “*Olhem os fantasmas de Minas*”!

Em relação às atividades sociais, participou do jornal do colégio das freiras, da União dos Estudantes Patenses (UEP) e do concurso da “Garota do Domingo” na Rádio Clube da cidade. As cantoras do rádio, Cauby Peixoto, Roberto Carlos, Jovem Guarda, Elvis Presley e Beatles foram lembrados como os cantores preferidos, que ouvia em reuniões com as amigas ou em casa e fotografias de seus ídolos eram colecionadas em álbuns – prática comum entre as moças. Buscava atender a todos os convites que recebia e inclusive participou do tradicional desfile dos Tecidos Bangu, organizado pela Senhora Ordalina Vieira, famosa modista da cidade que já havia trabalhado em Paris.

Quanto à moral comportamental das jovens, afirma que havia sempre muita rigidez, e até mesmo quanto à apresentação pessoal, as freiras do colégio intervinham, chegando até a desmanchar os cabelos das moças que faziam penteados, além de remover os esmaltes para garantir a uniformização e discricção. Silésia não se recorda de ter conhecido “*moças transgressoras*, mas havia algumas amigas que faziam proezas, como uma colega que era

vice-campeã nacional de natação e viajava pelo Brasil para competir, o que parecia algo *muito distante e um feito grande demais para uma moça do interior*". Para ela, as rígidas regras permeavam toda a sociedade, não somente para as moças, pois conta que seu marido – católico – não teve permissão da família para namorar uma jovem protestante. *"A paquera acontecia de maneira muito discreta no 'Vai e Vem', a caminho do cinema, e nos bailes da Sociedade Recreativa"*, ocasiões que frequentava com amigas, irmãs e primas.

De acordo com Silésia, sua vida foi perfeita, pois conseguiu um marido amoroso, que ofereceu a ela a realização de seu sonho de se casar e ser mãe. Quanto a ser professora, assumiu o desafio na medida em que não atrapalhava seu objetivo maior de ser esposa e mãe, tendo recusado um convite para dar aulas na faculdade no período noturno. Ao se casar, morou em um apartamento alugado que ela diz ter sido seu "castelo, onde com muito esforço, e pé no chão", foram *"celebrando as primeiras conquistas"* do casal. Seus três filhos nasceram enquanto moravam na primeira casa que compraram, onde viveram por muitos anos. Sobre aquela casa, diz considerar *"apenas um lugar físico, pois toda a felicidade"* que viveu lá, carrega consigo *"onde quer que estejam o marido, filhos e netos"*, local que ela considera seu "verdadeiro lar".

Silésia foi convidada a participar do concurso da Rainha do Milho no ano de 1964, o qual venceu. O convite foi feito em uma visita do presidente do sindicato rural da cidade e senhoras da comissão. Diferentemente das outras entrevistadas, o que a motivou foi o fato de ser "muito empolgante participar da festa como personagem principal. Teria oportunidade de viajar a Belo Horizonte para escolher lindos tecidos, modelos de trajes, sapatos e bolsas..."

No desfile de rua, saiu sobre um carro confeccionado pelo Sr. Vicente Nepomuceno, quem também desenhou o traje típico adequado ao carro: o de uma camponesa da Holanda. Em 1964 a festa estava maior e melhor organizada, assim como o concurso. As candidatas eram orientadas e treinadas pela Sra. Ordalina Vieira, que sugeria inclusive as roupas mais adequadas para cada ocasião em que apareceriam socialmente, e a comissão organizadora cuidou da confecção.

Silésia supõe que, devido ao crescimento da festa, o clima entre as candidatas não era de amizade e harmonia, mas de rivalidade. Assim como nos anos anteriores, venceria quem conseguisse mais votos advindos das mesas do baile. Cada mesa tinha direito a quatro votos e, nos dias anteriores à venda dos ingressos, houve pessoas que chegaram a dormir na fila para

se garantirem. Isso pode nos dar ideia da dimensão que o concurso tomou naquele ano. Segundo ela, as torcidas eram grandes, fortes e participativas, e que o mês de campanha foi exaustivo, sendo difícil conciliar os compromissos com as aulas do último ano na escola, mas pôde contar com a ajuda das colegas e professoras.

No dia da coroação recebeu em casa vizinhos, amigos e família, e todos desejavam muito boa sorte. Os irmãos acompanharam-na ao evento e ficaram nos bastidores oferecendo apoio. Subiu à passarela bem tranquila, de forma natural, pois sempre gostou de festa e de comemoração. Usava um *“lindo vestido branco de sonho, com flores de organza presas com pérolas”*. Silésia disse que durante o desfile estava feliz, sentindo-se já realizada, bem cuidada e amada; pensava que estava se formando, começando uma nova etapa em sua vida e que os pais já estavam orgulhosos de vê-la nesse estágio.

“Quando anunciaram o resultado foi uma imensa alegria”. A família, que ficou em casa, soube pelo rádio, e a rua onde morava entrou em festa; as crianças saíam de casa em casa tocando a campainha para contar aos vizinhos que Silésia era a nova Rainha do Milho. Um jornal da cidade chegou a dizer que outra princesa havia sido mais aplaudida, mas ela não se importou, e disse que “a relação entre as três candidatas nunca havia sido boa e tampouco chegou a melhorar depois da coroação. Por outro lado, entre as rainhas de outros anos foi sempre muito amistosa”, inclusive fundaram uma associação para convivência e trabalhos comunitários.

Durante o ano de reinado prestigiou festas de exposição agropecuária e eleição das rainhas de outras cidades e participou até mesmo de um desfile que homenageava o homem do campo na capital do estado. Depois disso continuou sendo convidada para eventos sociais pelo título recebido e sempre sentiu a receptividade e o carinho das pessoas, mesmo muitos anos depois e até nos dias de hoje. Silésia conta que dentre as inúmeras honras que recebeu, uma em especial foi ver seu nome usado por muitas mães para batizar as meninas nascidas naquele ano e nos seguintes.

Em relação às memórias, disse que ainda estão vívidas e presentes. *“Nunca deixei de ser A Rainha do Milho, sempre fui procurada para falar sobre a Festa do Milho e sobre o concurso, veja você aqui hoje, depois de 50 anos...”* O título ainda lhe confere notoriedade e recentemente representou Patos de Minas, sua festa e cultura, em um encontro internacional do Clube Rotary na cidade de San Diego (Califórnia – EUA). Silésia afirma que procurou

“sempre agir com ética e respeito ao próximo, pois sabia que era observada como modelo de *conduta*” e que “*suas atitudes influenciariam outras pessoas, desde amigos, familiares e alunos em sala de aula, até mesmo desconhecidos no cotidiano*”. Sobre seu legado, acredita “*ter deixado a mensagem de fé, esforço e esperança*” e, quando pensa nas inúmeras oportunidades que teve e em todas as amizades que conquistou ao longo da vida, sente que “a vida foi maravilhosa e que tudo valeu à pena”.

#### **APENDICE E – Narração de entrevista com a Sra. Cecília Maria da Silva Fonseca**

Cecília Maria Gomes da Fonseca, 76, é fruto do segundo casamento de seu pai. Havia uma grande diferença de idade entre os genitores; sua mãe ainda era moça enquanto seu pai já era avô de um rapaz que se casou ao mesmo tempo em que eles. Com uma irmã e um irmão mais velhos e uma irmã mais nova, “vivia numa casa de situação bem precária em um sítio que não dispunha de infraestrutura básica, como água encanada, sistema de esgoto ou luz elétrica”. Quando necessitavam de “algum tratamento de saúde, era feito por meio de conhecimento antigo, chás e ervas”.

A mãe trabalhava em casas de família no povoado de Quintinos (distrito de Carmo do Paranaíba, cidade que dista 65km de Patos de Minas), onde as crianças frequentavam a escola e foram alfabetizadas. Com seus irmãos “brincava e brigava muito”, e os pais “exerciam autoridade por meio de muita violência” e, devido a toda aquela dificuldade, a família se separou. Cecília e seus irmãos foram morar em Patos de Minas, cada um com seu padrinho, o que conta ter sido “algo muito comum na época para famílias pobres”.

Em relação à cidade, ela se recorda de, no final dos anos 1940, só haver asfalto nas ruas principais. As famílias financeiramente privilegiadas se consistiam dos funcionários públicos, donos de mercearias e comércio em geral e, sobretudo, os fundadores da cidade. No grupo escolar onde fez o primeiro grau teve contato com a revista O Cruzeiro e, através dela, contato com o mundo à sua volta. Na casa em que morava, passou a ser responsável, ainda criança, por cuidar do filho de sua madrinha e “lá havia, ainda, duas outras moças que dividiam as tarefas domésticas com duas empregadas”.

A relação de afeto entre os moradores daquela casa, de acordo com ela, era “uma relação neutra”. Comemorações só existiam entre a família nuclear, não se estendendo aos agregados. O chefe da casa, que falava pouco e não tinha nenhum tipo de relação com as

moças da casa, era dono de um bar e, devido a isso, “o serviço doméstico era pesado”. A preceptora “era autoritária com as duas empregadas, mas não com as moças, e as ajudava na feitura de doces, bolos, biscoitos e carnes que eram vendidas no estabelecimento da família”. Como babá, Cecília participava de passeios, visita a parentes daquela família, piqueniques e, por isso, acredita que teve mais oportunidades de diversão do que teria tido com sua própria família.

Parte importante do seu processo de socialização se deu por meio de um programa que a Rádio Difusora da cidade realizava aos domingos, no qual havia a participação de crianças que cantavam ou contavam histórias. Cecília se recorda de, em um daqueles domingos, ter sido uma caixa de lápis de cor em um estojo de madeira, o presente mais especial que ganhou na infância. De acordo com seu relato, as moças que trabalhavam na casa onde morava contavam-lhe histórias que ela recontava na rádio.

Ao chegar à adolescência o serviço de babá foi diminuindo, Cecília passou a ajudar também nas tarefas domésticas, mas começava a se envergonhar de sair à rua carregando os tabuleiros de quitutes do bar, evidenciando sua condição de “empregada”. A transição para a puberdade era um assunto proibido. As moças da casa não falavam sobre isso, nem suas irmãs nas ocasiões em que se encontravam. “Ser mulher” era algo que se apreendia observando a dona da casa no cotidiano.

O cuidado com o corpo e com a beleza também era assimilado da madrinha como modelo e socializado entre as moças da casa. Por volta dos 13-14 anos, “fazia permanente para cachear os cabelos, usava batom, rouge, pó de arroz, talco para o corpo e lápis para delinear a sobrancelha. Mais do que isso não era aconselhado ou permitido, sendo *considerado o pecado da vaidade*”, já que a moral protestante que regia a casa era rígida. Quanto à moda, as moças pobres eram incentivadas desde cedo a aprender a costurar, e trocavam os conhecimentos entre si, até porque roupa pronta não era acessível e todas queriam se vestir conforme viam nas revistas da época. Acima da preocupação de “estar na *moda*”, Cecília disse que a preocupação era “estar sempre bem alinhada e com roupas apuradas no detalhe, na qualidade do feitiço e caimento”.

Ela conta que o principal programa de lazer era ir ao cinema. Os Cines Olyntha, Tupan e Garza estavam sempre cheios, mas “a tarde de domingo era obrigatória”. Antes e depois daquela sessão, havia o “Vai e vem”, espaço social em que ocorriam as paqueras: as moças andavam na calçada da rua principal em um sentido e os rapazes passavam pela outra

no sentido oposto. Escondida da madrinha e dos conhecidos da igreja, Cecília também ia com suas amigas aos bailes do Patos Social Clube, e “preferia não frequentar os da Sociedade Recreativa, já que eram bailes mais populares e não gostava de andar na companhia das moças pobres”. Neles as moças se sentavam ao redor da pista e os rapazes as convidavam para dançar; geralmente os pares já se conheciam ou já eram combinados. Ela disse que não se sentia muito confortável para dançar, pois “ficava sempre olhando para a porta, preocupada em ser descoberta, desmascarada e passar vexame”.

Quanto aos namoros proibidos, de acordo com Cecília, “*havia moças que* namoravam escondido rapazes que a família não aprovava, mas quando eram descobertas, tinham de terminar e, por mais que tentassem, não conseguiam vencer o poder dos pais”, pois vigiavam, perseguiam e no fim faziam prevalecer suas determinações. Ela conta que isso acontecia com suas amigas de famílias mais abastadas, pois no caso das moças pobres, “era preferível que se casassem logo do que correr o risco de se perderem, e então serem expulsas de casa”. A idealização da vida passava pelas histórias que via nas fotonovelas, com amigas invejosas, rivais, com homens sedutores, que brigavam pelo amor da moça.

Em relação aos sonhos para o futuro, Cecília conta que sonhava “ser bailarina em Paris ou estrela em Hollywood”, tal como via nos filmes e nas revistas, tendo como ídolos Josephine Baker e Hedy Lamarr, porque eram mulheres fortes, bonitas e independentes. Uma vez, aos 16 anos, fugiu para a casa de uma amiga em Belo Horizonte, acreditava que, a partir de lá, conseguiria “*ir para o mundo*”, mas a família preceptora conseguiu localizá-la e exigiu seu retorno ameaçando chamar o juizado de menores. Pouco tempo depois conheceu seu marido, casou-se e viu sua vida encaixar-se no padrão esperado para as moças da época. O marido era muito ciumento e a pressionava tanto que toda a vaidade e o desejo de brilho e admiração foram logo perdidos após o casamento. O marido tinha problemas com álcool, e quando trabalhava como caminhoneiro, chegava a passar mais de um mês longe de casa, sem fazer nenhum contato, já que a comunicação na época era ainda precária. Teve dez filhos e perdeu três ainda bebês. Seu marido faleceu quando ela tinha ainda 38 anos e se mantém na condição de viúva, usando sua aliança de casamento até hoje.

Sobre as moças do concurso em questão, Cecília se recorda de serem “*percebidas* pela população como *verdadeiras rainhas*”, sem qualquer tipo de concepção depreciativa, muito pelo contrário, participar do concurso era uma chancela de “moça de moral ilibada, cheia de simpatia e criada em boa educação”. Um episódio curioso que conta foi quando uma

prima assistiu a um dos desfiles e disse, referindo-se às candidatas: “*Nossos maridos veem essas espigas mais lindas e viçosas em cima dos carros, chegam em casa e tem que debulhar as espigas murchas deles*”.